

ISSN 1516-8085

ANPOCS **bib**

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

51

Neste número:

Federalismo, Democracia e Governo

Fronteira na Antropologia Social

Música Popular no Brasil

Comportamento Eleitoral

Cidadania, Sociedade Civil e Espaço Público


EDUSC

&

*

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras.

Editor

Charles Pessanha (Iuperj, UFRJ)

Comissão Editorial

José Ricardo Ramalho (UFRJ)
Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ)
Ricardo Benzaquen (Iuperj)

Conselho Editorial

André Singer, USP
Maria Celina D'Araújo, UFF
Clarissa Baeta Neves, UFRGS
Edna Castro, UFPA
Fernanda Arêas Peixoto, Unesp, USP
John Dawsey, USP
Jorge Zaverucha, UFPE
Leonilde Sérvolo de Medeiros, UFRRJ
Marcos Lanna, UFPR

Edição

Assistente Editorial: Mírian da Silveira Pavanelli
Preparação/revisão de textos/copidesque: Ana Novais
Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans (francês) e Sandra Gomes (inglês)
Editoração eletrônica: Hilel Hugo Mazzoni

Produção gráfica:

EDITORA DA UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO
Rua Irmã Arminda, 10-50 • CEP 17011-160 - Bauru - SP
Fone (14) 235-7111 - Fax (14) 235-7219
e-mail: edusc@usc.br

Appropriate articles are abstracted/indexed in:

Hispanic American Periodicals Index
DataÍndice

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – sala 116
05508-900 São Paulo – SP
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043

Programa de apoio a Publicações Científicas

MCT



**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais****Sumário**

O Lado Americano de Richard Morse <i>Lúcia Lippi Oliveira</i>	5
Homenagem a Edmundo Campos Coelho (1939-2001) <i>Cláudio C. Beato Filho</i>	9
Federalismo, Democracia e Governo no Brasil: Idéias, Hipóteses e Evidências <i>Maria Hermínia Tavares de Almeida</i>	13
Notas sobre o Conceito de Cidadania <i>Liszt Vieira</i>	35
Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos sobre Música Popular no Brasil <i>Santuza Cambraia Naves</i> <i>Frederico Oliveira Coelho</i> <i>Tatiana Bacal</i> <i>Thais Gomes de Medeiros</i>	49
A Estrutura das Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto <i>Lúcio Rennó</i>	85
A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema <i>Priscila Faulhaber</i>	105
Perfil Institucional: Arquivo Edgard Leuenroth <i>Organizado por Elaine M. Zanatta</i>	127
Teses e Dissertações	135

Colaboraram neste número:

Cláudio Chaves Beato é coordenador do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança (CRISP) e professor do departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Elaine M. Zannatta é pesquisadora do Arquivo Edgard Leuenroth, autora de *Organização, Preservação e Disponibilidade da Informação no Arquivo Edgard Leuenroth*, em co-autoria com S. Chalhoub, R. Meneguello, E. Franzoni e M. A. Remédio (Campinas, AEL, 2000), mimeo.

Frederico Oliveira Coelho, mestre em História Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é pesquisador do Núcleo de Estudos Musicais do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESAP) da Universidade Candido Mendes e pesquisador associado do Laboratório de Estudos do Tempo Presente do IFCS/UFRJ.

Liszt Vieira, doutor em Sociologia pelo IUPERJ, é professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi pesquisador visitante na Universidade de Columbia (1997-1998) e professor visitante no Programa de Pós-Graduação de Direito e Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Publicou *Cidadania e Globalização* (Editora Record, 1997) e *Os Argonautas da Cidadania: A Sociedade Civil na Globalização* (Editora Record, 2001).

Lúcia Lippi Oliveira é pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC) e professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro

Lúcio Rennó, mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e University of Pittsburgh, é candidato a PhD em Ciência Política nesta mesma instituição. É autor de vários artigos sobre estudos legislativos e opinião pública.

Maria Herminia Tavares de Almeida é professora titular do departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). É autora, entre outras obras, do livro *Crise Econômica e Organização de Interesses* (Fapesp/Edusp, 1997).

Priscila Faulhaber é pesquisadora titular do Museu Emilio Goeldi (MPEG/MCT). Publicou *O Lago dos Espelhos: Etnografia do Saber sobre a Fronteira* (MPEG, 1998). Atua nas seguintes linhas de pesquisa: etnologia indígena, teoria antropológica, história da ciência, trajetória e memória social.

Santuza Cambraia Naves, doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), é coordenadora do Núcleo de Estudos Musicais do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESAP) da Universidade Candido Mendes e professora do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É autora de *O Violão Azul: Modernismo e Música Popular* (Ed. da FGV, 1998) e de *Da Bossa Nova à Tropicália* (Coleção Descobrimos o Brasil, Jorge Zahar Editor, 2001).

Tariana Braga Bacal, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, é pesquisadora do Núcleo de Estudos Musicais do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESAP) da Universidade Candido Mendes.

Thais Gomes de Medeiros é pesquisadora do Núcleo de Estudos Musicais do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESAP) da Universidade Candido Mendes. Em 1999 participou de intercâmbio da PUC-Rio com a Universidade Nova de Lisboa, no Departamento de Antropologia Visual, onde desenvolveu pesquisa sobre música em países de língua portuguesa.

O Lado Americano de Richard Morse

Lúcia Lippi Oliveira

Richard Morse, intelectual, ensaísta e historiador norte-americano, falecido em 17 de abril de 2001, tem sido apresentado às novas gerações como um autor singular.

No livro *Um Americano Intranquilo*, organizado em 1992 por Helena Bomeny a propósito dos setenta anos do autor, Morse recebe qualificativos de vários tipos: estudioso do Brasil que não se considerava brasilianista, autor que revigora a grande tradição ensaística brasileira. Esse livro contou com contribuições de Antonio Candido, Carlos Guilherme Mota, Francisco Falcon, Haroldo de Campos, José Murilo de Carvalho, Roberto DaMatta e Wanderley Guilherme dos Santos, o que por si só já aponta para uma galeria ilustre de amigos. Helena Bomeny refere-se a Morse em sua apresentação como um historiador mais ligado aos literatos e até aos cientistas sociais do que aos historiadores. “Da literatura teria extraído, além do humor e da erudição, a permissão para uma narrativa assistemática, intuitiva, simbólica e povoada de *insights*. Isto o afastou da matriz moderna, científica da história, que tem no rigor documental, na pesquisa empírica e no relato sistemático e imparcial seus pilares de sustentação”. E conclui: “Entre as disciplinas da história e da ciência social, Morse preferiu a *indisciplina*” (1992, pp. 4-5).

Os traços mais marcantes de sua biografia foram assim lembrados: viajou pela primeira vez para Cuba em 1940, participando da política norte-americana que visava a re-

forçar a colaboração hemisférica no Continente. Esteve envolvido na elaboração de uma história comum para as Américas e participou de um programa de intercâmbio então organizado. Morse chegou ao Brasil em 1947, com bolsa do Departamento de Estado. Passou um ano em São Paulo pesquisando para sua tese de doutorado, apresentada na Universidade de Columbia, que foi publicada no Brasil sob o título *Formação Histórica de São Paulo*. Em São Paulo interessou-se pelos modernistas, principalmente Mário e Oswald de Andrade e estabeleceu relações com uma geração de ensaístas, literatos, historiadores e cientistas sociais: Fernando de Azevedo e seus dois assistentes – Antonio Candido e Florestan Fernandes –, além de outras figuras que vieram a compor a nata da intelectualidade paulista e brasileira como Sergio Buarque de Holanda, João Cruz Costa, Sergio Milliet, Décio de Almeida Prado e Lourival Gomes Machado.

Lembro-me de um depoimento de Morse em que mencionou ter vindo para um canto remoto da América onde descobriu que estava no centro do mundo, pois foi em São Paulo que tomou conhecimento de autores europeus ignorados em Nova York e na Universidade de Columbia. Quem não gosta de ouvir isto? Mário de Andrade já observou, a propósito do reconhecimento norte-americano da qualidade excepcional da arquitetura brasileira, que a “consciência de nossa normalidade humana só mesmo os

estrangeiros é que podem nos dar. Porque nós, pelo mesmo complexo de inferioridade, ou reagimos caindo num por-que-me-ufanismo idiota, ou num jeça-tatuímo conformista e apodrecente”.

Isto se repete no caso de seu livro *O Espelho de Próspero*, publicado em 1982 no México, em 1988 no Brasil, e jamais publicado nos Estados Unidos. Esse livro atualiza a discussão em torno das civilizações anglo-americana e ibero-americana. Morse, de um lado, afirma que a sociedade individualista, racional e desencantada, representada pelos prósperos Estados Unidos, estaria precisando buscar outras fontes para sua revitalização. De outro, analisa a herança ibérica na América Latina não mais como sinônimo de atraso e anacronismo, incapaz de possibilitar a criação dos fundamentos da razão moderna. Morse em *O Espelho de Próspero* passa a mensagem de que a América Latina tem uma grande cultura e a usa como espelho para criticar a cultura norte-americana. Muito já se discutiu e escreveu sobre iberismo em decorrência desse livro.

Sem negar a relevância ou a singularidade de Morse, quero, neste momento, lançar um novo olhar sobre o autor, observando uma marca até então pouco mencionada.

Em uma entrevista com Richard Morse, publicada no número 3 da revista *Estudos Históricos* (1989), encontra-se uma boa pista do que quero destacar aqui como o lado norte-americano de Morse. Ele afirma: “Eu mesmo, quando estava pesquisando sobre São Paulo, li muitos estudos escritos por brasileiros que realmente não eram muito úteis porque não apresentavam documentação: a bibliografia era escassa, os autores não tinham acesso ao que era escrito fora do país, e sobretudo havia muito amadorismo” (p. 90).¹

Considero o lado americano de Richard Morse o esforço para organizar e racionalizar as fontes de pesquisa. Esse traço já podia ser percebido em autores como Donald Pierson e Charles Wagley, que fizeram parte de uma

geração de pesquisadores norte-americanos com fortes laços com o Brasil. Pierson, representante da chamada Escola de Chicago, participou da implantação do mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. Para ele, a sociologia no Brasil, nos anos de 1940, estava em sua “infância”, já que não constituía ainda um saber especializado. A falta de biblioteca e arquivos organizados é também mencionada no capítulo “Sociologia”, de autoria de Pierson, no *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Esse livro foi editado no Brasil em 1949, por Rubens Borba de Moraes e William Berrien, editores do *Handbook of Brazilian Studies*, e por autores que fizeram parte da experiência de intercâmbio nos tempos da Política de Boa Vizinhança. Outra figura fundamental à época foi Lewis Hanke, que, entre 1936 e 1940, editou o *Handbook of Latin American Studies*, publicado sob responsabilidade do Comitê de Estudos Latino-Americanos sob a chancela do Social Science Research Council. Hanke esteve no Brasil em 1940 e fez contatos com Rubens Borba, Sergio Buarque de Holanda e Augusto Meyer, que resultaram na visita de Sergio Buarque, do Instituto Nacional do Livro, e de Luis Jardim, do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aos Estados Unidos em 1941. Hanke, é preciso lembrar, tornou-se mais tarde professor da Universidade do Texas, em Austin, não por acaso onde fica a maior biblioteca especializada em América Latina nos Estados Unidos.

Nos anos de 1970 começa a ser organizado o *establishment* acadêmico brasileiro em seu formato atual, montado com a ajuda da Fundação Ford, dos investimentos internos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, gerenciado pela Finep, da CAPES e do CNPq, como já foi analisado por Sergio Miceli no livro *A Desilusão Americana* (1990). Durante esse período, Morse foi consultor da Fundação Ford no Brasil. Ele pode ser

considerado uma figura de transição, já que seu contato com Brasil é resultado da Política de Boa Vizinhança (anos de 1940), que teve como subproduto a formação da geração de brasilianistas, e dos novos tempos, marcados pela atuação da Fundação Ford nos anos de 1970.

Morse retoma em sua atuação uma questão que já estava presente desde a primeira geração de norte-americanos no Brasil: a necessidade de oferecer informações, bibliografias e serviços à comunidade das ciências sociais. A produção e a divulgação de guias, repertórios bibliográficos e *newsletter* são características das atividades acadêmicas dos norte-americanos no Brasil e no mundo. Isto é feito em nome da democracia, já que um dos recursos-chave do mundo tradicional é a reserva de informação.

Encontrei-me com Richard Morse e Thomas Skidmore no CPDOC e acompanhei a defesa que fizeram da importância de se publicar um boletim bibliográfico em ciências sociais reunindo instituições e pessoas que fossem sensíveis a essa demanda. Para atingir tal objetivo, Morse e Skidmore tiveram de vencer as barreiras que tínhamos, e ainda temos, contra instituições como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Nacional, Biblioteca Nacional e

Arquivo Nacional. É preciso lembrar que a geração de acadêmicos brasileiros, formada nos anos de 1960, recusava não só o passado brasileiro mas também as instituições representantes desse passado.

Em sua passagem pela Fundação Ford, Richard Morse foi um defensor da proposta de se publicar o que hoje é o Boletim Informativo e Bibliográfico (BIB). O Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDCS), criado em 1974, visava a incentivar o desenvolvimento de uma infra-estrutura de documentação e pesquisa para as ciências sociais. E foi em uma das áreas do GDCS, a que se ocupava de biblioteca, bibliografia e informação, que surgiu a proposta do BIB, então criado graças a um convênio entre o GDCS e o Iuperj. Essa área reunia representantes da história da UFF, a ciência política do Iuperj, a pesquisa histórica do CPDOC, a antropologia do Museu Nacional e a informação do Ibict. Esse grupo, de certa forma inédito, mais tarde reproduzido no Conselho Editorial do BIB, talvez possa ser lido como a marca de Richard Morse: O BIB como aparece em seu n. 1, de 1977, queria "contribuir para uma nova etapa do desenvolvimento institucional das ciências sociais no Brasil de hoje". E hoje, 2001, pode-se dizer que esse modelo norte-americano teve amplo sucesso.

Notas

1. Essa entrevista pode ser consultada no portal CPDOC www.cpdoc.fgv.br.

Homenagem a Edmundo Campos Coelho (1939-2001)

Cláudio C. Beato Filho

O professor Edmundo Campos Coelho ocupou posição bastante singular nas ciências sociais brasileiras. Acadêmico discreto por natureza, sua importância para determinadas áreas de estudo foi decisiva, fundamental e original, ainda que exercida quase silenciosamente. Avesso aos conclave e salameques acadêmicos era, contudo, um cientista bastante profícuo e ativo, cuja herança acadêmica deixará marca indelével na vida intelectual brasileira.

Tratava-se de sociólogo completo, o que o tornava liderança marcante entre seus pares. Era um estudioso que detinha formação completa e inserida no *mainstream* da disciplina. Aliava sólidos conhecimentos em estatística à teoria literária e às técnicas de narrativa e análise de texto. Extremamente preocupado com problemas nacionais, trabalhava, entretanto, a partir de uma perspectiva universal e sem provincianismos. Era talvez um dos mais ecléticos teóricos brasileiros, mas que cultivava uma genuína preocupação com os aspectos aplicados do conhecimento e com a possibilidade de se derivar políticas públicas de seus estudos.

A serviço dos múltiplos instrumentos que dominava, o autor possuía um texto maravilhoso e de estilo requintado, e produziu algumas das narrativas mais saborosas nas ciências sociais brasileiras. Livros como *As Profissões Imperiais*, *a Sinecura Acadêmica* ou *A Oficina do Diabo* são estudos com a grande qualidade de, à par da precisão e da obje-

tividade, constituírem-se em literatura de primeira grandeza.¹

A contribuição de Edmundo guardou as marcas de seu pioneirismo: tratou de organizações profissionais quando o padrão era o estudo das classes sociais; estudou militares nos anos de chumbo quando mais que compreendê-los, a idéia era temê-los e combater sua nefasta influência na vida política; começou a estudar e buscar dados sobre crimes quando se acreditava tratar-se de problema simples com diagnóstico óbvio, de fácil solução política.

“Lugares comuns”, respostas fáceis ou politicamente corretas não compunham seu poderoso arsenal de análise, permanentemente preocupado com a formulação de problemas sob novos ângulos. Em relação a estudos criminológicos, acabou sendo um dos inventores da área quando isto não era ainda um problema público muito claro. Neste sentido, o ácido diagnóstico feito da criminologia do final dos anos de 1970 e início dos de 1980 ainda é preciso e atual: “Bem feitas as contas, o que se destaca de todo o debate público sobre a crescente taxa de criminalidade nas grandes metrópoles brasileiras é a medíocre contribuição dos cientistas sociais. Das diferentes metáforas explanatórias ou da proliferação de “teorias diabólicas” sobre a gênese do crime resta, em verdade, uma mal disfarçada confissão de ignorância” (Campos, 1980). Não obstante os enormes avanços teóricos, tecnológicos e

metodológicos a que a criminologia assistiu durante as últimas décadas, o estado de indigência no Brasil seja da organização dos dados, do conhecimento acumulado, seja das proposições de políticas públicas, ainda é notável. Um grande colaborador seu, o prof. Antonio Luiz Paixão, da UFMG, dizia que esta não era bem uma área de estudos, mas uma espécie de terreno baldio, em que todo mundo, em algum momento, iria dar algum "pitaco" mais ou menos bem intencionado. Daí, talvez, uma das razões para o desolador e provinciano panorama ainda vigente em relação à compreensão e à intervenção pública nos problemas relativos à violência.

A despeito da paralisia da área que de resto é comum a outros domínios da ciência social brasileira, algo mudou para melhor em virtude de sua influência. Era característica admirável de sua produção o permanente espírito de inovação presente em muitos de seus estudos sobre violência. Sempre preocupado em resgatar a importância de uma perspectiva empírica nos estudos da área, pode-se dizer que ele inaugurou esta perspectiva no Brasil, introduzindo uma novidade que ainda é muito rara no Brasil, seja em estudos criminológicos, seja em estudos sociológicos de uma forma geral. Reflexões sobre violência produzem freqüentemente muita denúncia, indignação ou firmes tomadas de posição político partidária, mas poucos estudos úteis ou de qualidade. A escassa referência empírica compromete irremediavelmente a compreensão do fenômeno e, talvez mais importante para nós, a adoção de políticas racionais e conseqüentes. Seu estudo sobre a criminalidade urbana violenta (1988a) representou uma espécie de passagem do Rubicão nesse aspecto: do outro lado da margem haveria cada vez menos espaço para frases de efeito ou posições politicamente corretas, mas frágeis, como sustentação. Os dados utilizados apontavam para posições que, se hoje são consensuais entre muitos estudiosos, na época eram bastante polêmicas.

Basta lembrarmos os apaixonados debates contra a questão da impunidade, assumindo a posição de que, previamente uma reforma social, uma reforma no sistema de justiça seria inevitável para se fazer frente ao crescimento das taxas de criminalidade urbana. A sustentar o argumento encontramos análises de tendências, uso de bases agregadas de dados, referência a experiências internacionais e uma inteligente análise da realidade brasileira.

A amparar as considerações de ordem empírica encontram-se sofisticadas discussões teóricas importantes tais como teoria da dissuasão, abordagens ecológicas clássicas, teoria dos rótulos e análise das organizações. Nos anos de 1970 já eram antecipadas muitas questões que hoje são bastante desenvolvidas na economia, na abordagem espacial do fenômeno da criminalidade e da violência, na análise das organizações policiais e no plano das políticas públicas.

Razões de ordem acadêmica institucional contribuem para a ausência de uma perspectiva mais analítica em relação às políticas públicas no Brasil. Não por acaso o rico ambiente intelectual do IUPERJ dos anos de 1980 foi o local onde foram forjadas importantes orientações acerca das ciências sociais aplicadas. Esta é uma perspectiva onipresente em seus estudos sobre o sistema penitenciário, a evolução da criminalidade violenta, ou das reflexões a respeito do aparato policial. Reflexões sobre a violência suscitam densas reflexões teóricas e conceituais, mas escassas considerações de ordem prática. O diagnóstico da impunidade, tão em voga em nossos dias, surgiu como medida viável em contexto adverso ao pragmatismo das ações do Estado. Até hoje prefere-se discutir o conceito de justiça, em vez de sugerir duas ou três formas factíveis de como ela pode ser aplicada ou estendida a populações classicamente excluídas do sistema de justiça. Em vez da discussão do significado da "violência", propostas de como reverter seu crescimento nos grandes centros

urbanos. No lugar da denúncia pura e simples das polícias, medidas concretas para reformá-la. Direitos humanos eram dimensões que deveriam se corporificar no cotidiano da população e na prática das organizações do sistema de justiça.

Qualidade adicional e admirável era sua coragem, expressa em vários momentos de sua vida acadêmica. Avesso ao jogo para a platéia, era genuinamente interessado no debate universal de idéias, o que o levava, às vezes, a entrar em conflito com o mundo dos interesses políticos das mais diversas colorações. Ao tentar dissociar estudos da violência de ideologias políticas acabou entrando em terreno minado, onde estudos criminológicos e política partidária muitas vezes se confundem. Do argumento de que todo ato é político, muitos cientistas sociais derivam a duvidosa posição de que qualquer base racional de avaliação é ideológica ou partidariamente comprometida. Isto os exime de discutir a substância de argumentos apresentados a partir de dados e as conseqüentes conclusões acerca da ineficácia de administrações estaduais (federais e municipais também) na área da justiça. Posições já estão firmadas e os dados, ora os dados... cada um que tenha algum

que lhe convenha mais. Infelizmente isto terminou por afastá-lo dos estudos da violência, ao vetar-lhe o acesso às informações que tanto necessitava e ao sonegar-lhe interlocutores qualificados para o debate.

Curiosamente, sempre tive a impressão de que todas estas qualidades o tornavam uma espécie de *outsider* no contexto da sociologia brasileira. Como não era dado a frases de efeitos e ao populismo acadêmico, isto freqüentemente lhe valia injustos e apressados qualificativos ideológicos. O "brilhareco" fugaz, tão ao gosto de alguns notáveis intelectuais, não encontrava ressonância na austera orientação de quem buscava dialogar com o que havia de mais canônico no conhecimento acadêmico.

Não hesitaria em afirmar que este legado de pioneirismo, inovação e coragem manifestou-se nas outras inúmeras áreas em que Edmundo contribuiu largamente, tais como a sociologia da ciência e das profissões, o estudo das universidades, os militares e o sistema prisional, a etnometodologia ou a teoria social. Essa herança traduz-se no cosmopolitismo, na ampla perspectiva teórica e sólida base empírica, na inteligência, sagacidade e na objetividade de suas análises.

Notas

1. *A Oficina do Diabo: Crises e Conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*, 1987; *A Sincera Acadêmica: A Ética Universitária em Questão*, Rio de Janeiro, Vértice/Iuperj, 1988; *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*, Rio de Janeiro, Record, 1999.

Bibliografia de Edmundo Campos Coelho sobre Violência e Criminalidade

Coelho, Edmundo Campos

- 1978 "A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, FGV, 12 (2): 139-161, abr./jun.
- 1978 *A Ecologia do Crime na Guanabara*. Rio de Janeiro, Comissão de Justiça e Paz/Educam.

- 1980 "Sobre Sociólogos, Pobreza e Crime". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 23 (3).
- 1986 "A Administração da Justiça Criminal no Rio de Janeiro: 1942-1967". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro.
- 1987 *A Oficina do Diabo: Crises e Conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo/Iuperj.
- 1988a "A Criminalidade Urbana Violenta". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 31 (2): 145-183.
- 1988 "Da Falange Vermelha a Escadinha: O Poder nas Prisões". *Presença*, Rio de Janeiro, 11.
- 1989 "Constituição e Segurança Pública". *Indicador*, 28: 1003-1006.
- 1993 "Estudo Descritivo do Censo Penitenciário do Rio de Janeiro, 1988". *Textos e Pesquisas*, Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa do Iser.
- Coelho, Edmundo C.; Magalhães, Geraldo E. & Ferreira, Lílian M.
 1978 *A Ecologia do Crime; a Fusão; Política de Dispendio*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Justiça e Paz/Educaor.
- Coelho, Edmundo C. & Paixão, Antonio Luiz
 1984 *Caracterização da População Prisional em Minas Gerais e no Rio de Janeiro*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.

Federalismo, Democracia e Governo no Brasil: Idéias, Hipóteses e Evidências*

Maria Herminia Tavares de Almeida

A organização federativa do Estado brasileiro vem se tornando objeto de interesse crescente de analistas políticos dentro e fora do universo acadêmico.

A reforma da Federação promovida pela Constituição de 1988 e uma nova sensibilidade para a dimensão institucional na vida política, trazida pelo neo-institucionalismo, parecem ter contribuído igualmente para que o federalismo ganhasse espaço na agenda de pesquisa da ciência política nacional. O Brasil é uma república federal há pouco mais de um século e algumas das conseqüências desse fato para o funcionamento do sistema político são reconhecidas há muito tempo. Entretanto, salvo raras exceções, só recentemente o federalismo tornou-se objeto de análise dos cientistas políticos. Antes, eram principalmente os juristas e os historiadores que se ocupavam do tema.¹

Por esta razão, os estudos sobre o federalismo são, na ciência política brasileira, um campo em formação. Nele não há consensos mínimos sobre os termos utilizados; não estão claras as teorias em competição; e muitas hipóteses interessantes formuladas pelos que se dedicam ao tema carecem, em boa medida, de adequada fundamentação empírica.

O propósito deste trabalho é fazer um balanço desse campo temático de desenvolvimento ainda incipiente. A intenção é destacar a contribuição própria da ciência política, assinalando avanços, vicissitudes e desafios em nosso terreno disciplinar.

Como as fronteiras entre disciplinas de ciências humanas em geral não são claramente definidas, a escolha do que deveria ser necessariamente considerado e do que poderia ser descartado foi pessoal e, em certa medida, arbitrária. Foram incluídos os estudos que propõem questões costumeiramente enfrentadas pela ciência política. Ficaram de fora os trabalhos de cunho jurídico ou econômico, ainda que se ocupassem de dimensões extremamente relevantes para o entendimento pleno do federalismo brasileiro. Da mesma forma, foram deixados de lado os estudos de história, embora alguns autores aqui discutidos preferam ser considerados historiadores e não cientistas políticos.

A discussão tem um suposto (neo)institucionalista óbvio, mas que convém relembrar. O estudo do federalismo só tem sentido para aqueles que consideram que as instituições têm efeitos discerníveis e relevantes na vida política, influenciando sobre as decisões dos atores e sobre os resultados de suas ações.

* Este artigo é parte da pesquisa *Democracia e Governo Local* que conta com apoio da Fapesp (Projeto temático 97/02292-4). Foi apresentado no Seminário da ABCP, em junho de 2000, em Ouro Preto, e beneficiou-se muito da rica discussão que ali ocorreu. Sou particularmente grata a meus debatedores e amigos Celine Souza e Fernando Abrucio, pelas comentários agudos e pertinentes à primeira versão deste texto.

Com o objetivo de discutir a contribuição própria dos estudos de ciência política para o entendimento da experiência federalista brasileira, a exposição está estruturada por temas e não por autores ou trabalhos específicos. Dessa forma, os mesmos autores e trabalhos podem aparecer na discussão de mais de um tema. É bem possível que essa opção não faça justiça à complexidade dos argumentos dos autores e trabalhos discutidos.

Os temas que organizam a discussão são: 1) a gênese do federalismo brasileiro; 2) federalismo, representação política e democracia; 3) federalismo e governabilidade; e 4) federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas. Cada um deles será tratado a seguir. No final, serão indicados alguns problemas conceituais e metodológicos que os estudos sobre federalismo no Brasil não podem ignorar.

Adota-se aqui a definição comumente aceita de federalismo, segundo a qual o conceito pode ser entendido como um conjunto de instituições políticas que dão forma à combinação de dois princípios: autogoverno e governo compartilhado (*selfrule plus shared rule*). A federação é, assim, uma forma de organização política baseada na distribuição territorial de poder e autoridade entre instâncias de governo, constitucionalmente definida e assegurada, de tal maneira que o governo nacional e os subnacionais são independentes nas suas esferas próprias de ação.²

Na verdade, o federalismo constitui um compromisso peculiar entre difusão e concentração do poder político em função da luta política e das concepções predominantes sobre os contornos do Estado nacional e sobre os graus desejáveis de integração política e de equidade social. Assim, Elazar (1986, p. 33) lembra que “o federalismo trata simultaneamente de difundir o poder político em nome da liberdade e de concentrá-lo em nome da unidade ou de um governo atuante”.

Por serem estruturas não-centralizadas, os sistemas federais moldam formas peculia-

res de relações intergovernamentais, *constitucionalmente competitivas e cooperativas*, e necessariamente caracterizadas tanto pelo conflito de poder, como pela negociação entre esferas de governo. A latitude que há de ter a jurisdição política autônoma do governo nacional e das unidades subnacionais situa-se no cerne daquele conflito de poder.³

A Gênese do Federalismo Brasileiro

Polemizando com a influente teoria de Riker (1964) sobre a gênese do federalismo,⁴ Stepan (1999) argumenta que há duas lógicas de formação das federações: a primeira, reconhecida por Riker, consiste em juntar unidades político-territoriais previamente existentes; a segunda trata de “manter juntos” membros de uma coletividade que poderiam aspirar à existência como unidades político-territoriais independentes. A formulação de Stepan parece mais adequada à análise da gênese da federação brasileira, um caso claro de operação da lógica do “manter juntos”.

Para o entendimento das condições que deram origem ao sistema federativo, como, por sinal, de qualquer forma de organização política, ganham relevo as idéias dominantes entre os atores com poder de decisão. José Murillo de Carvalho (1995) dá uma importante contribuição nesse sentido, reconstruindo os eixos do debate político e intelectual que, ao longo do período monárquico, preparou o terreno para a solução republicana federativa.

Carvalho argumenta que, desde muito cedo, a federação aparece como uma das alternativas vislumbradas pelas elites. Primeiro, quando se trata de redefinir as relações no interior do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, após a derrota de Napoleão. E, depois, fechado o caminho de uma solução unitária, quando se trata de organizar politicamente a antiga colônia portuguesa. Manter a sua integridade territorial transfor-

ma-se na questão central e recorrente da agenda política, desde a independência. Monarquia e república, centralização e descentralização, Estado unitário e federação foram respostas institucionais, vislumbradas pelas elites, ao desafio de “manter junto” um país, onde eram fortes as tradições localistas herdadas do período colonial.

Nesse contexto, a alternativa de organização federativa jamais desaparece dos debates políticos e, em consequência, do horizonte de soluções possíveis. Trata-se de uma leitura particular do significado da federação, esclarece Carvalho:

Se tomamos as duas tradições federalistas norte-americanas, a hamiltoniana, exposta no clássico *O Federalista*, preocupada com o fortalecimento do governo central, e a jeffersoniana, depois desenvolvida por Tocqueville, que enfatizava o *self-government*, concluiremos que a cópia feita pelo Brasil e por vários países da América Latina tinha em vista a segunda tradição. Federalismo entre nós significava e significa descentralização, *self-government*, condição para a liberdade, se não é a própria liberdade (1995, p. 75).

A força da proposta federalista, que a torna recorrente, segundo Carvalho, é a sua correspondência com uma realidade sociológica, cristalizada na colônia. Ela encontra, porém, diversas formulações, cujos significados são dados pela estrutura do conflito político e ideológico em cada momento.

Associado à demanda de descentralização, o ideal federativo está presente no debate constitucional do início da década de 1930 e na Reforma Constitucional de 1834, que

adotou alguns elementos federais como as assembleias provinciais, a divisão de recursos fiscais e a eliminação do Conselho de Estado. [...] No que se refere à federação, faltava somente a eleição dos presidentes de provín-

cia para que se aproximasse do modelo norte-americano (Carvalho, 1995, p. 60).

Derrotada outra vez, no começo dos anos de 1840, com a imposição do centralismo monárquico, a proposta de federação volta a ganhar força a partir dos anos de 1860, agora associada não apenas à demanda de descentralização, mas também à idéia de república, tanto na obra de polemista de Tavares Bastos – “absolutismo, centralização e império são expressões sinônimas” – quanto no lema sintético do *Manifesto Republicano* – “centralização-desmembramento; descentralização-unidade” (Carvalho, 1995, pp. 65-66).

Se o foco de Carvalho incide nas idéias que conferiram sentido às ações das elites, Eduardo Kugelmas (1986) põe ênfase nos interesses e no processo político que, finalmente, deram vida ao ideal federalista, materializado nas instituições da República. Ao fazê-lo torna mais nítidas as características específicas do modelo de federação adotado no país.

A federação extraordinariamente descentralizada, que resulta da Constituição de 1891 e da construção política realizada pelos primeiros presidentes civis, é obra das elites paulistas. Elas se movem, segundo o autor, não por um projeto nacional de hegemonia, mas pelo objetivo de assegurar condições para o funcionamento, no Estado de São Paulo, de um poder público capaz de atender às necessidades do complexo de atividades estruturadas em torno da cafeicultura. É um projeto de construção estatal no nível estadual que molda o arcabouço político nacional segundo um modelo federativo dual e descentralizado:

Vimos como a óbvia preponderância paulista na fase inicial da República, plasmada na própria construção institucional em marcha, teve como registro central a cristalização da esfera do poder público a nível estadual. Com relação aos rumos do poder central, o que se buscou foi o estabelecimento de regras do jogo políticas consentâneas com a consolidação desta esfera estadual. A [...] insistên-

cia na tese da “dupla soberania” conduzia, no limite, a uma visão “confederacionista” da Federação, o que significa, em última análise, um poder central *limitado*. Forte o suficiente para garantir a estabilidade republicana e “frear os excessos” das lutas faccionais através da tutela exercida sobre os “Estados fracos”, as oligarquias débeis. Respeitador, por outro lado, de autonomia de quem tem condições financeiras e militares para exercê-la. E, insistimos uma vez mais, desempenhando o papel de *mediação* com o sistema internacional, reafirmado no período Campos Salles. Nem “forte” nem “fraco”, mas limitado pelo que Faoro denominou “federalismo hegemônico” (Kugelmas, 1986, p. 97).

Kugelmas sugere que, além de dual e descentralizado, o federalismo brasileiro é também, de fato, assimétrico, posto que a autonomia estadual não tem, na prática, a mesma latitude para todos os membros da federação. Ela depende das condições financeiras, militares e políticas de cada Estado. A capacidade de unificação política das elites estaduais tem, para o autor, importância particular. Existe em São Paulo e em Minas Gerais e está ausente em muitos Estados frequentemente convulsionados pelas dissensões entre oligarquias.

Em suma, a literatura de ciência política que tratou da gênese do federalismo brasileiro, embora muito reduzida, foi direto ao ponto, mostrando não só o contexto de idéias e de interesses que produziu nossa fórmula federalista, como a sua especificidade quando comparada ao modelo norte-americano e aos adotados em outros países da América Latina, no mesmo século.

Federalismo, Representação Política e Democracia

A representação distorcida em uma das câmaras legislativas é característica dos siste-

mas federais. Lijphart (1984, p. 173) considera a “sobre-representação das unidades territoriais menores na câmara federativa do legislativo bi-cameral” um traço constitutivo de toda e qualquer federação.

Entretanto, como é sabido, no Brasil, aquela distorção existe não apenas no Senado, mas também na Câmara, onde estão representados os cidadãos. E ocorre, em graus variáveis, a cada legislatura, desde o início da federação brasileira (Nicolau, 1997, pp. 446-451).

Ademais, ela é considerada, pela imensa maioria dos autores que se ocuparam do federalismo brasileiro, um fato saliente – e anômalo – de nosso sistema federativo. Dado que aqui Estado e distrito eleitoral se confundem, a distorção é designada pelos analistas políticos, dentro e fora da academia, na linguagem do federalismo, como um fenômeno de sobre-representação de alguns Estados e sub-representação de outros.

As conseqüências desse fenômeno foram tratadas de duas maneiras pela literatura. A primeira chamou a atenção para o efeito da sobre-representação/sub-representação de Estados na distribuição de poder entre grupos da sociedade, nas orientações do Legislativo e, em decorrência, nas características das políticas públicas. De maneira mais precisa, a sobre-representação de Estados social e economicamente mais atrasados – e a sub-representação do Estado mais desenvolvido, São Paulo – teria redundado, por via do arranjo político, no reforço do poder de elites políticas e econômicas mais conservadoras, assegurado por sua atuação no Congresso Nacional.

A formulação canônica dessa tese é de Celso Furtado, em seu célebre artigo de 1965, “Os Obstáculos Políticos ao Desenvolvimento Econômico”. O Congresso conservador, resultante da sobre-representação de Estados do Norte e Nordeste, seria o principal obstáculo à realização das reformas necessárias à industrialização do país que ti-

nam no Executivo seu grande dinamizador. A oposição entre Executivo progressista e Congresso conservador, geradora de impasse ou de crise política, seria, portanto, uma possibilidade inscrita no desenho institucional da federação brasileira.

Sua formulação mais acabada foi feita por Soares (1971, p. 7), quando tratou do período 1946-1965:

[...] al aumentar artificialmente la representación política de una cultura política tradicional atrasada, dominada por los líderes locales, frecuentemente latifundistas, hacendados, coroneles de todo tipo, o personas de su elección, el sistema electoral terminó por perjudicar a la mayoría de la población de esas áreas. Al aumentar el poder político de la élite dirigente de esa cultura política rural, tradicional y preideológica, al super-representar en el Congreso y en el Senado a esta área subdesarrollada económica, social y políticamente, esta legislación disminuyó las probabilidades de aprobación por las dos Cámaras de reformas que vendrían a beneficiar la mayoría de la población rural que habita principalmente en estas áreas subdesarrolladas. Este fué, fundamentalmente, el caso de la reforma agraria.

A tese voltou a aparecer nos escritos sobre o longo processo de passagem do autoritarismo para a democracia, a partir da segunda metade dos anos de 1970. Neste caso, o mesmo mecanismo, reforçado pelo “pacote de abril” de 1977, teria assegurado uma sobrevida política ao regime autocrático e propiciado uma transição “negociada” e conservadora.

Finalmente, além de se haver transformado em ponto da agenda de reformas políticas que acompanhou a volta à democracia,⁵ a sobre-representação continua a ser apontada pela literatura recente como fator de reforço do conservadorismo no Congresso e

de potencial tensão entre legislativo e executivo. Kinzo (1990, p. 41) resume com clareza o argumento conhecido e repetido por quase todos os cientistas políticos que estudam o Brasil:

Primeiro, não há dúvida de que uma sobre-representação da região Norte e uma sub-representação da região Sudeste podem significar um acentuado viés conservador e governista na representação parlamentar da Câmara Federal. Segundo, sendo a eleição para a Presidência da República realizada pelo sistema majoritário, baseado em uma circunscrição eleitoral nacional, é alta a probabilidade de que o Poder Executivo e o Legislativo configurem apoios diferenciados e até mesmo incompatíveis. Isto porque, ao contrário do que ocorre nas eleições proporcionais para o Legislativo, na eleição para presidente da República o peso do eleitorado do Sudeste e Sul – nada menos que 63% – é realmente decisivo. E a natureza diferente e possivelmente contrastante da representação dos dois poderes – propiciada em grande parte pelo presidencialismo – pode levar ao estreitamento das margens de governabilidade do Executivo, caso suas políticas não se adequem à correlação de forças existente no Congresso.⁶

A segunda maneira de tratar as consequências da representação distorcida é aquela que a transforma no cerne do argumento que problematiza as relações entre federalismo e democracia. Nesse caso, trata-se de uma indagação mais geral e abrangente, situada seja no plano das conexões entre teorias do federalismo e teorias da democracia, seja no terreno empírico do funcionamento das poliarquias organizadas como federação. Nos termos em que foi colocado por Stepan (1999), em polémica com Riker, o problema diz respeito aos efeitos “demolimitadores” – isto é, limitadores do princípio da igualdade política entre cidadãos – provocados pela re-

apresentação de unidades territoriais, característica de todo e qualquer sistema federativo.

Quatro seriam as razões pelas quais todas as federações democráticas restringem o poder do *demos*: 1) porque a dupla soberania impede a existência de uma agenda inteiramente aberta, expressão da “incerteza institucionalizada” que caracteriza a democracia; 2) porque o *demos* é limitado verticalmente, devido à existência de várias estruturas de autoridade, e horizontalmente, em razão do bi-cameralismo; 3) porque as Constituições federais amarram as gerações futuras aos compromissos dos fundadores, que requerem supermaiorias para ser alterados; e 4) porque, dada a complexidade das Constituições federais, os tribunais constitucionais, cujo princípio de composição não é democrático, exercem de fato função legislativa (Stepan, 1999, pp. 212-214).

Partindo da premissa da tensão entre federalismo e democracia, Stepan (1999, pp. 218-219) propõe quatro critérios para classificar as federações existentes, em termos da maior ou menor restrição que impõem ao princípio da igualdade política: 1) o grau de super-representação da câmara territorial; 2) a abrangência das políticas formuladas pela câmara territorial; 3) o grau de poder que a Constituição confere às unidades subnacionais para elaborar políticas; e 4) o grau de nacionalização do sistema partidário em suas orientações e sistemas de incentivo.

Submetido a esses critérios, o sistema federativo brasileiro, de acordo com Stepan, está entre os mais restritivos do poder da maioria: a sobre-representação das unidades com eleitorado menor não se limita ao Senado, mas existe também na Câmara Federal; o Senado tem poderes legislativos amplos; o sistema partidário é fragmentado e pouco nacionalizado; desde a Constituição de 1988, Estados e municípios possuem um rol amplo de competências legislativas.

Resumindo, no que diz respeito à relação entre federalismo e democracia dois ti-

pos de afirmação foram feitos sobre o sistema brasileiro. O primeiro – e mais geral – o classifica como caso extremo de uma forma de organização do Estado que seria constitutivamente limitadora do poder da maioria. O segundo tipo não se ocupa dos traços comuns às federações, mas enfatiza a distorção do princípio democrático da representação, gerada pela forma como é composta a câmara de representantes dos cidadãos. Vai mais além, discutindo seus efeitos sobre a distribuição de poder entre elites estaduais, o que favoreceria o conservadorismo, e sobre o seu potencial para gerar impasse entre poderes de Estado, sob o presidencialismo.

O primeiro tipo de argumento anti-federalista mais abrangente e normativo, formulado por Stepan, pode ser criticado, pelo menos em parte. Com efeito, nem todos os critérios utilizados pelo autor para classificar as federações segundo as restrições que impõem à igualdade política são claros. Enquanto os dois primeiros dizem respeito diretamente à violação do princípio de “a cada cidadão um voto”, definidor da democracia, os dois últimos parecem sustentar-se em duas premissas mais discutíveis do ponto de vista da normatividade democrática. A primeira é que, em qualquer circunstância e para qualquer assunto, o *demos* nacional tem precedência sobre os *demos* das unidades subnacionais. A segunda é que todas as decisões, qualquer que seja o seu escopo, afetam o conjunto dos cidadãos da nação, razão pela qual, sempre que forem tomadas por um subconjunto territorialmente delimitado dos eleitores, podem ser interpretadas como decisões de minoria que limitam o poder da maioria.

As duas premissas implicam negar a existência de problemas, interesses e aspirações territorialmente circunscritos que podem ser tratados no âmbito em que se manifestam. Finalmente – e esta é a objeção mais séria –, ao avaliar a relação entre federalismo e democracia, Stepan toma partido por um

modelo de democracia majoritária, como se fosse a única possibilidade aceitável do ponto de vista normativo.⁷ Ora, como assinala Lijphart, aquele não apenas não é o único modelo possível, como tem sofrido críticas contundentes dos partidários do modelo consociativo, que o consideram, no limite, não-democrático, por consagrar, de alguma forma, a tirania da maioria.⁸

Por outro lado, embora predominante, não é consensual o diagnóstico sobre as conseqüências políticas das distorções na representação promovidas pelo arranjo federativo brasileiro. Campello de Souza (1976) discorda da hipótese de Soares, antes apresentada, como explicação para a origem do artigo 58, que instaurou a desproporcionalidade da representação na Constituição de 1946:⁹

À primeira vista convincente, dando conta de maneira simples e direta de um dos problemas mais importantes nas interpretações do período 1946-1964, a saber, a contraposição de um legislativo conservador ao executivo populista e progressista, a explicação de Glaucio Soares na verdade suscita mais dúvidas do que as resolve. Embora seja verdadeiro que os estados beneficiados pelo artigo 58 sejam em conjunto os mais atrasados, e portanto mais caracteristicamente retrógrados no tocante à estrutura agrária, é também óbvio que não eram, em 1945, Estados agrícolas importantes. A menos que se pretenda atribuir uma grande soma de poder econômico e político a vastas extensões de terra não cultivada, distantes e sem vias de acesso aos mercados urbanos, esta conclusão é patente. A consideração do latifúndio como empresa essencialmente exportadora, voltada para o exterior, em nada altera este raciocínio, pois aí estão, entre os sub-representados, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul. Tampouco o modifica a qualificação de que os beneficiados seriam "latifundistas, hacendados y coroneles de todo

tipo", personagens de uma "cultura política tradicional y preideológica", pois aí está, *com dezessete deputados a menos* em 1962, o Estado de Minas Gerais.

Apoiada em evidências empíricas, a autora mostra que a questão em pauta era a oposição entre a maioria anti-getulista das bancadas mineira e paulista do PSD e da UDN e "o resto", articulado pelo "getulismo e os remanescentes do Estado Novo", ou seja a "oligarquia dos Estados menos desenvolvidos, por isso mesmo voltada para o centralismo autoritário; contra a oligarquia dos dois maiores Estados" (Campello de Souza, 1976, pp. 128-134).

Mais tarde, Wanderley Guilherme dos Santos, contrapondo-se à sabedoria convencional, *construiu um argumento caracteristicamente antimajoritário*, ao afirmar que, depois de 1950, "o sistema parlamentar brasileiro preencheu de forma substancialmente adequada o [...] critério de avaliação de um sistema representativo, a saber, promovendo um equilíbrio na representação de tal modo que ficavam impedidos tanto o veto da minoria quanto a tirania da maioria" (1987, p. 94). Estudando a distribuição de cadeiras na Câmara Federal entre 1945 e 1982, ele verificou que a possibilidade de veto da minoria jamais ocorreu, pois, para controlar 50% das cadeiras, sempre se requereu um número de Estados correspondente a cerca de 50% do eleitorado nacional. Tampouco a tirania da maioria foi uma possibilidade, salvo sob o autoritarismo, já que nunca a maioria conseguiu atingir 50% das cadeiras sem o apoio de pelo menos um Estado "minoritário". Conclui, em conseqüência, que

[...] o funcionamento do parlamento dependia de coalizões partidárias, respeito às minorias de opinião e negociações entre bancadas estaduais, o que significa proteção à justiça federativa. Tal resultado foi possível pela razoável estabilidade da distribuição propor-

cional da população, do eleitorado e da representação pelos diversos Estados da federação (Santos, 1987, p. 82).

O mesmo autor tendeu a descartar também a tese da oligarquização da representação política, mostrando que a taxa de renovação na Câmara dos Deputados nunca foi compatível com a hipótese do controle do voto por oligarquias nos Estados economicamente mais atrasados e de menor eleitorado.

O argumento de Santos é importante porque afirma que, do ponto de vista normativo, há outros critérios para avaliar uma democracia representativa, além do estrito cumprimento do princípio da igualdade política. A proteção aos direitos das minorias também constitui um critério digno de consideração, como vimos há pouco.

Do ponto de vista empírico, ele chama a atenção para o fato de que a sobre-representação resultante das regras federativas de composição da Câmara e do Senado não são as únicas instituições a definir o funcionamento do sistema político brasileiro. Voltarei ao tema no final do trabalho.

Por seu turno, Nicolau (1997), ao mesmo tempo em que mostrou que sobre-representação e sub-representação na Câmara federal constituem uma característica permanente de nosso sistema político,¹⁰ sugeriu que as conclusões daí extraídas sobre as consequências políticas do fenômeno carecem ainda de teste empírico mais rigoroso. Ele sugere que existe uma espécie de falácia ecológica na proposição que deduz o predomínio do conservadorismo na Câmara da desproporção entre cadeiras e dimensão do eleitorado.

O mais correto seria verificar que partidos políticos se beneficiam ou se prejudicam, nacionalmente, quando o eleitorado de um ou mais Estados é sub ou sobre-representado. Além do mais, as distorções da representação dos partidos não derivariam apenas do desenho federativo, mas de regras eleitorais, como a que permite as coalisões e

a que estabelece a forma de cômputo do ciente eleitoral.¹¹ Finalmente, o autor mostra que, em certas circunstâncias, a proporção de votos nas coalisões pode permanecer estável, embora alguns partidos percam e outros ganhem com a distorção da representação (Nicolau, 1997).

Dos trabalhos de Santos e, especialmente, de Nicolau é possível tirar algumas conclusões importantes para a presente discussão. A primeira é que não há pesquisas empíricas suficientes para fazer afirmações sobre as consequências políticas da sobre-representação/sub-representação dos eleitorados estaduais no Congresso. A segunda é que a tese de que a sobre-representação entrega poder de veto a minorias conservadoras requer que se faça para cada legislatura o cálculo das perdas e ganhos em termos partidários – e não estaduais. A terceira é que a sobre-representação/sub-representação de partidos na Câmara Federal não é resultado apenas das instituições federativas, mas também das regras eleitorais.

Federalismo e Governabilidade

Para os estudiosos, a representação distorcida constituiu um problema da Federação brasileira pelo menos desde 1945. Seu efeito, como vimos, seria o de aumentar, por meio de um artifício político, o poder das elites conservadoras.

A esse diagnóstico veio se sobrepor outro, resultante da avaliação das instituições criadas pela Constituição de 1988. Segundo este, o sistema federativo de 1988 constitui um fator de ingovernabilidade.

Por ingovernabilidade se tem entendido a dificuldade – real ou suposta – que o governo federal teria para fazer cumprir sua agenda, especialmente a de estabilização monetária, ajustamento do setor público e reformas econômicas de mercado. Assim, nos estudos sobre o federalismo pós-1988, os in-

dicadores mais freqüentes da dificuldade de governar são: a “guerra fiscal” entre Estados; a dificuldade, até 1994, de implementar medidas antiinflacionárias eficazes; a complicada negociação entre governo federal e governos estaduais dos termos do ajuste fiscal nas duas esferas, incluindo a situação dos bancos estaduais, o encontro de contas e o equacionamento das dívidas dos Estados; a lentidão da transferência de competências e atribuições na área social da União para as unidades subnacionais, em especial para aos municípios; bem como os percalços à aprovação de legislação reformista que possa atingir direta ou indiretamente os interesses de Estados, como as reformas previdenciária, administrativa e, sobretudo, a tributária.

Os adjetivos usados para qualificar o sistema federativo recente não deixam lugar a dúvida sobre a avaliação que dele fazem os cientistas políticos: “predatório” (Abrucio e Costa, 1998), “fragmentado” e “regional” (Camargo, 1999), “incompleto” (Camargo, 1999, Kugelmas e Sola, 1999), “desequilibrado” (Camargo, 1999), “estadualista” (Abrucio, 1998; Kugelmas e Sola, 1999).

Embora seja comum às mais importantes e instigantes análises do sistema atual o diagnóstico que associa o novo federalismo a problemas de governabilidade, variam as ênfases sobre os aspectos da organização federativa que dificultariam as tarefas de governo. Dois deles, que não se excluem necessariamente, parecem ser os mais importantes.

O primeiro resulta da existência de um arranjo federativo cujo centro de gravidade são os governos estaduais, com as seguintes conseqüências: 1) os governadores, ao controlarem as bancadas estaduais no Congresso, transformam-se em atores nacionais poderosos; 2) são maximizadores egoístas que não cooperam entre si; 3) eles tampouco cooperam com o governo federal, usando de preferência seu poder de veto. Nas palavras de Abrucio (1998, pp. 217-218):

A atuação dos governadores se inseriu no contexto do federalismo estadualista, assumindo, em linhas bem gerais, três características:

a) os governadores eram fortes no cenário nacional graças à forte influência exercida sobre os parlamentares federais. Dessa maneira, os governadores conseguiram contrapor-se a qualquer iniciativa presidencial que visasse alterar a ordem federativa vigente, a qual era extremamente favorável às unidades estaduais;

b) os governadores não atuavam de forma coordenada e cooperativa, mas, ao contrário, prevalecia a conduta individualista e não cooperativa. Apesar de deterem grande poder político, os governadores não estabeleciam alianças duradouras para estabelecer um projeto político hegemônico; as únicas alianças que os chefes dos Executivos estaduais conseguiam firmar eram de caráter meramente defensivo e pontual;

c) os governadores não estabeleciam relações cooperativas com o Governo Federal, de modo a instituir uma *accountability* intergovernamental. Ao longo da redemocratização, os governadores aumentaram seu poder, mas não suas responsabilidades, assumindo uma lógica de facção, que é propícia à dinâmica do veto e não a da negociação.

Não se trata apenas de os governadores exercerem poder incontestemente em seus Estados. Eles também são capazes de bloquear as reformas propostas pelo governo federal que possam ameaçar os poderes adquiridos durante a democratização. Enfatizam Abrucio e Samuels (1997, p. 34):

[...] no Brasil, a elite política concentra seus esforços eleitorais de carreira no nível estadual, e, em perspectiva comparada, os governadores possuem um extraordinário poder de manipular a política nos limites de seus Estados. Como reconheceram alguns estu-

diosos, a "Reforma do Estado", depois de seus estágios iniciais, depende muito da capacidade de o país construir coalizões políticas estáveis (Haggard, 1996). No Brasil de hoje, por causa da "Nova política dos governadores, informalmente, governadores de Estado e os interesses que eles representam colocam obstáculos a tais coalizões, agindo como *veto players* que personificam, concentram e dão voz a interesses institucionais".

O segundo aspecto é a existência de um sistema de decisões fragmentado, com muitos pontos de veto, resultante da combinação de descentralização de recursos financeiros e fiscais, poder político dos governadores e fragmentação do sistema de partidos. Kugelmas e Sola (1999, p. 79) resumem o argumento com elegância, enfatizando a natureza institucional do problema de governabilidade. Ele afetaria qualquer governo, não importa qual fosse sua agenda:

O regime federativo no país é um dos elementos constituintes de um *imbroglio* político-institucional caracterizado por uma multiplicidade de *veto points*. Deve ser lembrado que a preocupação com as reformas e o problema da governabilidade não são apenas uma queixa do governo federal e independe do conteúdo específico das políticas por este definidas. Não é difícil imaginar a extensão das dificuldades que um presidente eleito pela atual oposição teria em realizar seu programa.

Souza (1997, p. 99) relaciona a fragmentação política e a sua manifestação em um Congresso com poderes acrescidos, como obstáculos à governabilidade:

[...] a descentralização financeira para os governos subnacionais é apenas parcialmente responsável pelos problemas do executivo para construir coalizões de governo. Outras limitações vêm do Congresso, espe-

cialmente devido a seu crescente papel. O Congresso substituiu o governo federal na mediação para manter os vínculos parciais e para acomodar as diferenças regionais. O Congresso decide onde os recursos federais serão alocados. Esse papel foi possível devido ao imenso poder do Congresso para emendar o orçamento. Os novos papéis do Congresso aumentaram a fragmentação política, estimulando a tomada de decisões caso a caso. O Congresso é o ator mais importante no processo de tomada de decisões, menos por propor e mais por vetar, dados seus poderes acrescidos e a falta de apoio aos presidentes civis. [...]

O objetivo central da Constituição de legitimação da nova ordem democrática colocou o Congresso e os políticos locais e regionais no centro do processo de tomada de decisões. Muitos jogadores, todos com poder de veto, estão congestionando a agenda política com suas demandas contraditórias.

Eu mesma usei um argumento semelhante ao tratar do andamento das reformas econômicas de mercado (Almeida, 1996, p. 226):

As reformas econômicas apenas começaram. A fim de ganhar vida, devem transitar por um sistema político complexo que dispõe de poderes de veto institucionalmente enraizados e enfrentar influentes detentores de poder de veto. Um sistema com tais características, sem dúvida, multiplica as possibilidades de paralisia do processo decisório no plano governamental. Nas circunstâncias brasileiras, a distância entre reforma gradual e nenhuma reforma às vezes se torna perigosamente reduzida.

Entre os fenômenos que considere relevantes para a multiplicação dos atores com poder de veto, destaquei: o poder e o perfil das organizações de interesse, a descentralização das estruturas governamentais, o con-

seqüente aumento da influência dos governadores e o enfraquecimento da capacidade decisória do governo federal.

Em resumo, o processo de democratização e a Constituição de 1988, que foi seu desaguadouro, teriam produzido uma distribuição de poder e uma arquitetura institucional geradoras de impasse, quando não de crise. A nova estrutura federativa brasileira, descentralizada, estadualista e incompleta no que se refere à atribuição de competências e responsabilidades, teria impacto negativo sobre a capacidade do governo federal de aprovar e executar sua agenda.

Voltarei ao tema das competências e atribuições dos níveis de governo. Gostaria antes de discutir com mais vagar o argumento da multiplicação dos poderes de veto. Ele é constituído de duas partes: uma, empiricamente bem fundamentada; e outra, a meu juízo, carente ainda de demonstração.

Bem demonstradas e convincentes são as afirmações sobre a importância política dos governadores na transição do autoritarismo para a democracia; bem como aquelas acerca do controle político que exercem sobre os legislativos de seus Estados e que os fez "barões da Federação" (Abrucio, 1998). Na mesma direção, cabe lembrar, também, que até 1990 as eleições para os Executivos estaduais foram centrais para a conformação do sistema de partidos, na medida em que estruturavam a competição partidária-eleitoral para os Legislativos estaduais e o Congresso.

Entretanto, existe uma parte não demonstrada no argumento. Trata-se da afirmação de que o poder acumulado e enraizado nos Estados tenha transformado os governadores, automaticamente, em *jogadores com poder de veto*, com controle sobre as bancadas estaduais no Senado e na Câmara. O único estudo empírico feito a respeito do comportamento do Congresso não parece indicar que isso tenha ocorrido com a intensidade que se supõe. Assim, Limongi e Figueiredo (2000), depois de testar sistematicamente a

hipótese da existência de diferenças intrapartidárias estaduais fortes, concluem:

Os dados não suportam a tese segundo a qual governadores exerçam controle sobre as respectivas bancadas no Congresso Nacional. Maiorias são formadas em bases partidárias e não pela adição de bancadas estaduais controladas pelos governadores. As bancadas estaduais dos diferentes partidos seguem a orientação nacional do partido. Não há bases para sustentar a afirmação de que o Executivo negocie com governadores e não com os partidos.

[...]

Para que as bancadas estaduais ditassem o tom do processo decisório agindo como um ator de veto, seria necessário que este veto fosse exercido sobre questões que não envolvessem diretamente os interesses estaduais. Seria preciso que observássemos algum tipo de troca, de ação estratégica das bancadas estaduais, de tal forma que estas condicionassem seu apoio à aprovação de uma matéria de interesse do Executivo ao atendimento dos interesses de seu Estado. Não há qualquer indicação de que isso venha ocorrendo. Isso não é o mesmo que afirmar que a clivagem regional (ou estadual) não se faça presente e/ou não seja importante no interior do processo decisório brasileiro.

Os autores argumentam ainda que a taxa de aprovação das iniciativas legislativas de interesse do Executivo, desde 1990, é semelhante a de sistemas parlamentaristas, o que enfraquece, também, a hipótese da crise de governabilidade.

Não resta dúvida de que a transformação do sistema federativo centralizado do período autoritário numa federação mais descentralizada sob regime democrático complica enormemente o processo de decisão. Essa passagem efetivamente multiplica o número de participantes no jogo, como resultado tanto da democratização quanto da re-

forma federativa. Mais complexo fica o processo decisório quando a agenda governamental inclui um robusto conjunto de mudanças econômicas e político-institucionais, como ocorreu nos anos de 1990.

Não se trata aqui de minimizar os problemas que acompanharam a democratização no Brasil, a começar pela superinflação e continuando pelo desmoronamento da administração Collor. Foram anos em que a sociedade, os grupos organizados e as elites dividiram-se com relação às opções de políticas a seguir quanto ao enfrentamento da inflação, à definição das atribuições do governo na esfera econômica e às formas possíveis de ajustamento do país ao novo ambiente econômico internacional.

Penso, entretanto, que a tese da existência de uma crise de governabilidade resultante, ou, pelo menos, sensivelmente agravada, por fatores institucionais, entre os quais o desenho da Federação no pós-1988, não parece sustentar-se em evidências empíricas sólidas. Nem o Congresso, nem os partidos, nem os governadores foram *jogadores com poder de veto* capazes de bloquear a agenda no Executivo. O que parece notável, ao contrário, é a quantidade de iniciativas legislativas que introduziram reformas profundas – algumas das quais requerendo mudança constitucional – e terminaram aprovadas no Congresso. Isto não significa que tenham sido aprovadas sem alterações ou que o Executivo não tenha sido obrigado a negociar com partidos, governadores e prefeitos, antes e durante a tramitação de seus projetos – como é próprio das democracias e, especialmente, daquelas que se organizam como federações.

Com efeito, federações são arranjos institucionais que propiciam e requerem a negociação entre esferas de governo, dotadas de certo grau de autonomia e recursos próprios de poder. Logo, decisões em sistemas federativos, sobretudo quando descentralizados e democráticos, implicam necessariamente numerosas e complicadas transações.

Olhando os anos de 1990 com o benefício da perspectiva do tempo e do crescente conhecimento empírico sobre as relações Executivo/Legislativo, parece difícil sustentar a tese da crise de governabilidade de raiz institucional. Igualmente difícil é atribuí-la, ainda que em parte, ao modelo federativo descentralizado inscrito na Constituição de 1988.

De um lado, não parece haver evidências de que as instituições federativas, ao multiplicar pontos de veto potenciais, tenham contribuído significativamente para bloquear as iniciativas do governo federal. Outros mecanismos institucionais podem atuar em sentido contrário, reduzindo as oportunidades efetivas de veto. É o que parecem evidenciar os trabalhos de Figueiredo e Limongi (2000) sobre as relações Executivo/Legislativo.

De outro lado, nem tudo pode ser atribuído apenas ao efeito das instituições. Também conta a distribuição efetiva de preferências entre atores políticos relevantes – mesmo quando alguns o são por força do desenho institucional, como os governadores. Ao que tudo indica, não foram adiante itens da agenda de reformas em torno dos quais existia grande controvérsia entre atores com poder decisório, mesmo dentro do governo federal e da coalisão política que o sustenta. O caso mais notório é o da mudança do sistema tributário.

Federalismo, Relações Intergovernamentais e Políticas Públicas

A responsabilidade pela definição e implementação de políticas públicas, especialmente as de corte social, constitui outro ângulo de abordagem da experiência federativa brasileira. Excluída a fase da Primeira República, durante a qual prevaleceu um modelo dual¹² e os Estados acumularam considerável volume de atribuições, governo

federal e governos subnacionais sempre estiveram envolvidos na decisão sobre políticas e no provimento de bens e serviços coletivos. O grau e a forma de participação das esferas de governo dependeram do caráter menos ou mais centralizado do arranjo federativo prevalecente.

Com efeito, a literatura especializada é unânime em apontar a alternância entre períodos de centralização e descentralização como um traço saliente da história do federalismo brasileiro. Eles tendem a coincidir, respectivamente, com o predomínio de regimes autoritários e com a vigência da ordem democrática (Camargo, 1992; Kugelmas e Sola, 1999; Souza, 2000; Carvalho, 1995; Souza, 1997). Selcher (1989, 1990) põe em dúvida a existência de uma Federação efetiva quando o autoritarismo prevalece. Referindo-se ao período militar, argumentou que o formalismo federal encobria a realidade de um Estado unitário.

No que concerne às políticas sociais, vale notar que foi durante as fases de centralização autoritária (1930-1945 e 1964-1984) que se construíram e expandiram o marco legal, as organizações e os programas que compõem o multifacetado aparato de proteção social brasileiro. A extrema centralização de recursos e de capacidade decisória conviveu, em muitos casos, com uma desconcentração da gestão de programas (Arretche, 2000).

Medeiros (1986) discutiu as principais características do federalismo centralizado e da complexa trama de relações intergovernamentais que o caracterizaram, sob o autoritarismo burocrático. Mostrou, também, como os governos subnacionais contribuíram para a legitimação do regime e prolongaram sua sobrevivência. Saddi (1999), seguindo as pistas sugeridas por Dias e Aguirre (1992), apontou a importância das mudanças na representação dos Estados na Câmara e de uma certa distribuição regional de recursos econômico-financeiros do II PND,

para a estratégia de liberalização controlada adotada pelo governo Geisel.

Finalmente, Souza (1997, 2000) enfatizou os elos entre redemocratização e descentralização federativa e discutiu o processo político que desembocou na Assembléia Nacional Constituinte, as estratégias ali predominantes e a sua materialização na Carta de 1988. Também chamou a atenção para os mecanismos financeiros e políticos de acomodação das disparidades regionais, possibilitados pela nova organização federativa, mostrando as limitações desse processo.

A Constituição de 1988 redesenhou a estrutura do Estado, dando-lhe as feições de uma federação descentralizada. Uma das dimensões importantes desse processo foi a redefinição de competências e atribuições das esferas de governo no âmbito da proteção social. Eis por que os estudos sobre mudanças nessa área de atuação governamental tiveram de se haver necessariamente com o tema da descentralização.

A descentralização em sistemas federativos tem peculiaridades que não podem ser desconsideradas. O projeto *Federalismo no Brasil*, realizado pela Fundap/SP, em 1992/1993, sob a coordenação de Ruy Afonso, tratou, em um de seus subprojetos, de observar o processo de descentralização da políticas sociais como parte das transformações do sistema federativo brasileiro. Entretanto, o subprojeto que se ocupou da questão, por mim coordenado, não tirou todas as implicações do que havia de específico na transferência de competências e atribuições em uma federação.

A maior parte das variáveis ali utilizadas para explicar o ritmo e os resultados das iniciativas de descentralização nas áreas de educação, saúde, habitação e assistência social serviriam, também, para dar conta de processos de descentralização em Estados unitários. Em particular, não se explorou a fundo as características do modelo federativo que a Constituição definia para as áreas sociais, o

que impediu de discutir também de maneira mais adequada as condições que o tornariam possível em escala ampla. Tampouco enfatizamos suficientemente a relação entre a natureza do jogo político característico das federações e o caráter necessariamente negociado – e demorado – do processo de transferência de responsabilidades.

Arretche (2000), que também participou do projeto *Federalismo no Brasil*, deu um significativo passo adiante no conhecimento sobre a descentralização de responsabilidades pela proteção social em sistemas federativos. Estudando oito programas, em cinco áreas – saúde, habitação, saneamento básico e educação fundamental –, em seis Estados, examinou o impacto de fatores estruturais das unidades de governo (capacidade econômica, fiscal e administrativa); as características institucionais das políticas (regras constitucionais, requisitos de engenharia operacional e legado de políticas prévias); e os fatores ligados à ação política (relações entre Estado e sociedade e relações intergovernamentais). Sua pesquisa mostrou que, em sistemas federativos, as estratégias de indução com incentivos adequados, implementadas pela esfera de governo que transfere atribuições – federal ou estadual, conforme o caso –, são fundamentais para a adesão da esfera de governo que recebe a responsabilidade transferida.

Não são poucos os autores que consideram que o modelo federativo atual dificulta esse processo de transferência e, em consequência, tem pelo menos parte da responsabilidade pela baixa eficácia das ações públicas na área social. Segundo eles, no âmbito das políticas sociais, prevaleceria no modelo federativo brasileiro uma injustificável e indesejável superposição de competências e atribuições entre as três esferas de governo. Ela redundaria na prestação descoordenada do mesmo tipo de serviço ou bem coletivo por mais de uma esfera governamental, ou em um jogo de empurra que acarretaria ine-

ficiência e, no limite, não provimento de certos bens ou serviços. Assim, o desenho constitucional seria apenas um esboço, com muitas áreas de sombra, competências indefinidas, mecanismos de responsabilização por desenhar. Esta é a conclusão de estudo dirigido por Aspásia Camargo (1999, p. 30):

Considerada a abrangência das competências comuns e concorrentes, conclui-se que são ambíguas as fronteiras funcionais para a atuação das diferentes instâncias de governo, nas mesmas áreas, o que gera inúmeros conflitos e rivalidades; superposições de esforços e pulverização de recursos; políticas e ações contraditórias; omissões no atendimento à população; dificuldades para se caracterizar responsabilidades e se implantar o controle social

Em consequência, caberia definir com clareza – de preferência por meio de lei – as competências e as responsabilidades que tocam ao governo federal, aos Estados e municípios em cada um dos âmbitos nos quais a ação social do poder público se tornou praxe. A dificuldade de fazê-lo seria uma evidência de que o federalismo brasileiro é uma obra de arquitetura política incompleta.

A partir desse diagnóstico, com o qual parecem concordar Kugelmas e Sola (1999, p. 77), a autora, em texto posterior, agora de sua responsabilidade exclusiva, afirma:

Para converter um conjunto de “ajustes” federativos em um “pacto” é preciso, antes de mais nada, obter consenso da classe política e das lideranças civis em geral, em torno de regras do jogo a serem introduzidas. Em primeiro lugar, as atribuições de cada ator (Governo federal, Estados e municípios), o seu *modus-operandi* e seus limites de ação [...] (Camargo, 1992, p. 82).

Acredito que, postos dessa maneira, tanto o diagnóstico quanto a prescrição são equivocados. O modelo constitucional é claro e não

há nada de errado com a superposição de competências e atribuições entre as esferas de governo. *A existência de competências legislativas concorrentes e de competências comuns na oferta de bens e serviços é da essência do federalismo.* Nas federações contemporâneas, a tendência à participação das diferentes esferas de governo nas distintas atividades públicas é universal, como tratei de mostrar em artigo recente (Almeida, 2000). Ela, ademais, permite uma flexibilidade na distribuição de responsabilidades muito adequada às circunstâncias de um país onde as capacidades financeira e administrativa das unidades subnacionais – especialmente dos municípios – são tão notoriamente desiguais.

De fato, no terreno das políticas sociais, a Constituição de 1988 apontou na direção de uma modalidade de *federalismo cooperativo*, um sistema caracterizado pela existência de funções compartilhadas pelas diferentes esferas de governo e pelo “fim de padrões de autoridade e responsabilidade claramente delimitados” (Acir, 1981, p. 4).¹³ O sistema havia de ser também marcadamente descentralizado, por oposição à lei e à prática vigentes sob o autoritarismo burocrático.

A nova Carta estabeleceu competências comuns para a União, Estados e municípios nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, habitação e saneamento, meio ambiente, proteção do patrimônio histórico; combate à pobreza e integração social dos setores desfavorecidos e educação para o trânsito. As formas de cooperação entre os três níveis de governo deveriam ser definidas por legislação complementar (*Constituição Federal*, art. 23).

A Carta atribuiu competências legislativas concorrentes¹⁴ aos governos federal e estaduais em uma ampla gama de temas: proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais; conservação do patrimônio cultural, artístico e histórico; educação, cultura e esportes; juizado de pequenas causas; saúde e previdência social; assistência judiciária e defensoria pública; proteção à infância, à adolescência e aos portadores de deficiências; orga-

nização da polícia civil (*Constituição federal*, art. 24).

A definição do conteúdo concreto da cooperação, bem como os mecanismos que a possibilitariam caberiam seja à legislação ordinária, seja a iniciativas governamentais, nos três âmbitos. Acredito que as vicissitudes da transferência de responsabilidades não podem ser atribuídas ao desenho constitucional. Os que assim consideram parecem ter como modelo experiências de descentralização em Estados unitários, sem levar em consideração que a existência da Federação influi sobre o ritmo e a própria forma da transferência de responsabilidades. Em primeiro lugar, trata-se de processo necessariamente lento e negociado, pois supõe o entendimento entre autoridades públicas dotadas de autonomia de decisão, mesmo que em graus diversos.

Outros fatores, apontados pela literatura recente, parecem igualmente relevantes para o entendimento do processo em curso. Arretche (2000) e Almeida (1996, 2000) enfatizaram a importância de o governo federal ter políticas deliberadas de descentralização que contenham garantias e incentivos às esferas de governo para as quais se pretende transferir responsabilidades. Mostraram, também, que a atuação do governo central com relação às diferentes áreas sociais tem variado da inação à definição de regras e instrumentos que dão incentivos claros à descentralização de responsabilidades.

Na mesma direção, Abrucio e Costa (1998) reconheceram a existência, entre as forças políticas e a sociedade civil organizada, de duas orientações diferentes. A primeira seria “favorável a algum tipo de ‘federalismo mais ou menos cooperativo’”, no qual o governo federal exerceria papel coordenador. A segunda seria mais “liberal” no que toca às relações intergovernamentais, apontando na direção de um federalismo competitivo. Os autores propõem uma terceira possibilidade, com ênfase na formação de instâncias intergovernamen-

tais de planejamento, coordenação e avaliação, as quais, conforme o escopo da política, poderiam tanto integrar horizontalmente vários governos da mesma esfera, quanto verticalmente esferas de governo distintas.

Finalmente, Souza (2000) chamou a atenção para o impacto das fortes desigualdades regionais às quais estão associadas diferenças muito significativas de capacidade econômica e administrativa dos governos locais. Souza alerta, também, para um problema igualmente apontado por Arretche (2000) e Almeida (1996, 2000): a tensão entre a descentralização de atribuições na área social e as políticas de ajustamento fiscal do governo federal.

Em suma, os estudos apoiados em pesquisa empírica tenderam a desviar a explicação sobre as dificuldades da descentralização na área social do modelo federativo da Constituição para outras variáveis estruturais ou intencionais, ou mesmo institucionais.

Observações Finais

Embora recente, os estudos sobre federalismo no Brasil, em ciência política, já definiram um conjunto significativo de problemas e hipóteses. Muitas delas carecem ainda de mais pesquisa empírica para se tornarem proposições aceitas.

A pesquisa brasileira está referida à produção acadêmica internacional sobre o tema, especialmente àquela que trata de classificar os vários tipos de arranjos federativos. No entanto, falta ainda uma discussão mais sistemática e crítica sobre as tipologias que tomamos de empréstimo, bem como sobre os qualificativos usados para caracterizar o sistema federativo brasileiro, especialmente o atual. Emprega-se, com razoável imprecisão, termos como federalismo centralizado ou descentralizado, federalismo cooperativo ou competitivo, e por aí vai. Pois seria necessário saber, por exem-

plo, quais os indicadores de centralização/descentralização? Qual a diferença entre um arranjo federal cooperativo e uma distribuição vertical de funções entre os níveis de governo, definida e controlada pelo governo nacional?

Essa discussão implica reconhecer que as tipologias em uso na ciência política em escala internacional – assim como no Brasil – são ainda toscas, excessivamente referidas ao caso nacional ao qual se aplicam e sem relação clara com alguma teoria minimamente construída. Há quem acredite, como Riker (1964), que a única teoria possível é a da gênese da federação. Mas essa afirmação é discutível, como tratou de mostrar Stepan (1999).

Muitas das hipóteses que a literatura tem formulado no Brasil requerem um desenho de pesquisa comparada, de preferência, com o maior número possível de casos.

Finalmente, se quisermos avançar o conhecimento sobre o impacto do sistema federativo em relação a algum fenômeno definido – a fragmentação partidária, a força política de certos grupos de interesse ou o ritmo do processo de descentralização –, devemos ser capazes de enfrentar um dos maiores desafios da análise institucionalista.

Consiste em isolar o impacto da instituição escolhida – no caso, um arranjo federativo específico – da influência de outras instituições que operam simultaneamente e que podem tanto ampliar quanto contrabalançar o efeito da primeira. Esse parece ser o caso, em muitos exemplos vistos, quando tratamos das distorções da representação na Câmara ou da fragmentação por Estado das bancadas partidárias no Congresso.

A tarefa está longe de ser banal e, mais uma vez, parece requerer um cuidadoso desenho de pesquisa, comparando um grande número de casos. Mas, deixá-la de lado pode significar o abandono de qualquer pretensão a fazer da abordagem institucionalista algo mais do que um gesto inconsequente de reverência a um modismo intelectual.

Notas

1. No Brasil, o interesse da ciência econômica pelo tema é também recente.
2. Elazar (1986) define o federalismo por três características: 1. Constituição escrita, que estabelece os termos em que o poder é compartilhado, termos que só podem ser alterados por meio de procedimentos extraordinários. (Juridicamente, segundo Elazar, as constituições federativas são diferentes porque constituem pactos não apenas entre indivíduos mas envolvem, também, as unidades constitutivas da federação, que retém direitos de fazer constituições próprias.); 2. Não-centralização: independente de como os poderes são compartilhados entre o governo nacional e os governos subnacionais, a autoridade para participar no exercício daqueles poderes não pode ser tirada de uns e outros sem consentimento mútuo. 3. Divisão do poder em bases territoriais. Já Lijphardt define o federalismo por cinco características: 1. Uma constituição escrita que especifica a divisão de poderes e garante tanto ao governo nacional quanto aos governos subnacionais que os poderes a eles atribuídos não podem ser unilateralmente tirados; 2. Um legislativo bi-cameral no qual uma câmara representa o povo em geral e a outra as unidades componentes da federação; 3. Sobre-representação das unidades componentes menores na câmara federativa do legislativo bi-cameral; 4. Direito de as unidades constitutivas de se envolver nos processos de emendar a constituição, mas não de emendar suas próprias constituições unilateralmente; 5. Governo descentralizado, i.e., a parcela de poder dos governos subnacionais é relativamente grande quando comparada à dos governos regionais em Estados unitários.
3. Agradeço a Celina Souza por ter me chamado atenção para essa questão.
4. Segundo Riker (1964, pp. 113-114), o federalismo é uma barganha constitucional entre políticos racionais cujas únicas duas condições são: 1) Desejo da parte dos políticos que oferecem o acordo de expandir seu controle territorial por meios pacíficos. 2) Desejo da parte dos políticos que aceitam a barganha proposta de abrir mão de sua independência em benefício da união.
5. Ela foi objeto da Emenda Passos Porto, de 1983, que aumentou o número de deputados de São Paulo, ainda que não tenha solucionado o problema do desequilíbrio da representação.
6. A própria autora, na continuação do argumento, discute as condições concretas e dificilmente verificáveis que possibilitariam ao eleitorado do Sul e Sudeste um papel decisivo na escolha presidencial.
7. Agradeço a Marcus Mello por ter-me chamado a atenção para essa traço da análise de Stepan.
8. “[...] governo da maioria e o padrão governo *versus* oposição que ele implica pode ser considerado não democrático porque eles são princípios de exclusão. Lewis afirma que o sentido primeiro de democracia é o de que ‘todos que são afetados por uma decisão devem ter a chance de participar na produção da decisão, diretamente ou por meios de seus representantes. ‘Seu significado secundário é o de que ‘a vontade da maioria deve prevalecer’. Se isso significa que os partidos vencedores podem tomar todas as decisões de governo e que os derrotados podem apenas criticar, mas não governar, argumenta Lewis, os dois significados são incompatíveis: ‘excluir os grupos perdedores de participar das decisões viola claramente o sentido primeiro de democracia’” (Lipjhart, 1984, p. 21).

9. Agradeço a Fernando Limongi ter me lembrado dessa contribuição de Campello de Souza à discussão.
10. Segundo seus cálculos a distorção média é de aproximadamente 10%, ou seja, essa é a porcentagem total ganha pelos Estados sobre-representados e perdida pelos sub-representados (Nicolau, 1997, p. 457).
11. Analisando o resultado das eleições de 1994, o autor verifica que 22 cadeiras estariam fora de lugar transformando o PT e o PSDB em perdedores líquidos, enquanto, PFL, PPB e PP teriam sido os principais beneficiados. Mostra, entretanto, que, se corrigida a distorção federativa, o PFL continuaria sobre-representado e o PMDB viria a ele se juntar (Nicolau, 1997, p. 456).
12. Dá-se o nome de federalismo dual ao arranjo no qual “os poderes do governo geral e do Estado, ainda que existam e sejam exercidos nos mesmos limites territoriais, constituem soberanias distintas e separadas, que atuam de forma separada e independente, nas esferas que lhes são próprias” (Acir, 1981, p. 3).
13. A noção de federalismo cooperativo diz respeito tão somente à ausência de delimitação clara dos âmbitos de autoridade e de responsabilidade das esferas de governo e à consequente possibilidade de ação conjunta e coordenada entre elas. Não existe, por conseguinte, conteúdo valorativo.
14. A União tem competência para estabelecer normas gerais que podem ser complementadas por legislação estadual. Na ausência de legislação federal, os Estados exercem competência legislativa plena.

Bibliografia

- Abrucio, Fernando
 1994 “Os Barões da Federação”. *Lua Nova*, 33, São Paulo, Cedec.
- 1998 *Os Barões da Federação: Os Governadores e a Redemocratização Brasileira*. São Paulo, DCP/USP/Hucitec.
- Abrucio, Fernando & Costa, Valeriano
 1998 *Reforma do Estado e o Contexto Federativo Brasileiro*, Série Pesquisa, n. 2, São Paulo, Fundação Konrad Adenauer-Stiftung.
- Abrucio, Fernando & Samuels, David
 1997 “A Nova Política dos Governadores”. *Lua Nova*, 40/41, São Paulo, Cedec.
- Acir – Advisory Commission on Intergovernmental Relations
 1981 *The Condition of Contemporary Federalism: Conflicting Theories and Collapsing Constraints*. Washington, Acir.
- 1986 *The Transformation on American Politics: Implications for Federalism*. Washington, Acir.
- Affonso, Ruy & Silva, Pedro Barros (eds.)
 1995 *A Federação em Perspectiva: Ensaio Selecionados*. São Paulo, Fundap/lesp.

- 1996 *Descentralização e Políticas Sociais*. São Paulo, Fundap/Iesp.
- Almeida, Maria Hermínia Tavares
 1995 "Federalismo e Políticas Sociais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28 (10): 88-108, jun.
- 1996 "Pragmatismo por Necessidade: Os Rumos da Reforma Econômica no Brasil". *Dados* 39 (2): 213-235.
- 2000 "Federalismo e Proteção Social: A Experiência Brasileira em Perspectiva Comparada". Trabalho apresentado no seminário "Pacto Federativo e Guerra Fiscal no Brasil", São Paulo.
- Arretche, Marta
 2000 *Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização*. Rio de Janeiro, Revan/Fapesp.
- Arretche, Marta & Rodriguez, Vicente (eds.)
 1999 *Descentralização das Políticas Sociais no Brasil*. São Paulo, Fundap/Ipea/Fapesp.
- Camargo, Aspasia
 1992 "A Federação Acorrentada: Nacionalismo Desenvolvimentista e Instabilidade Democrática". *XV Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu.
- 1999 "A Reforma Mater: Os Riscos (e os Custos) do Federalismo Incompleto". *Parcerias Estratégicas*, 6, mar., Brasília, Centro de Estudos Estratégicos/Ministério Extraordinário de Projetos Especiais.
- 1999 "Do Federalismo Oligárquico ao Federalismo Democrático". In: Dulce Pandolfi (org.), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Campello de Souza, Maria do Carmo
 1976 *Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930-1964*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- 1993 "Aspectos Político-Institucionais do Federalismo (1945-1964)". Relatório de pesquisa, projeto "Federalismo no Brasil", São Paulo, Iesp/Fundap.
- Carvalho, José Murillo de
 1995 "Federalismo y Centralización en el Imperio Brasileño: Historia y Argumento". In: Marcello Carmagnani (ed.), *Federalismos Latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*, México, El Colegio de México/Fondo de Cultura Económica.
- Cintra, Antonio Octavio
 1974 "A Política Tradicional Brasileira: Uma Interpretação das Relações entre Centro e Periferia". In: Jorge Balan (org.), *Centro e Periferia do Desenvolvimento Brasileiro*, São Paulo, Difel.
- Dias, Guilherme Silva & Aguirre, Basília
 1992 "Crise Político-econômica: As Raízes do Impasse". *Estudos Avançados*, 14, São Paulo, IEA/USP.
- Elazar, Daniel
 1986 *Exploring Federalism*, Alabama, University of Alabama Press.

- Figueiredo, Argelina & Limongi, Fernando
2000 *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Furtado, Celso
1965 "Os Obstáculos Políticos ao Desenvolvimento Econômico". *Revista da Civilização Brasileira*, 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Kinzo, Maria D'Alva,
1990 *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade.
- Kugelmas, Eduardo
1986 *Difícil Hegemonia: Um Estudo sobre São Paulo na Primeira República*. Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de Ciência Política, FFLCH/USP.
- Kugelmas, Eduardo & Sola, Lourdes
1999 "Recentralização/Descentralização: Dinâmica do Regime Federativo no Brasil dos Anos 90". *Tempo Social*, 11 (2), São Paulo, FFLCH/USP.
- Kugelmas, Eduardo; Sallum Filho, Brasílio & Graeff, Eduardo
1989 "Conflito Federativo e Transição Política". *São Paulo em Perspectiva*, 3 (3), São Paulo, Fundação Seade.
- Leme, Heládio José de C.
s. d. *O Federalismo na Constituição de 1988: Representação Política e Distribuição de Recursos Tributários*. Dissertação de mestrado, Campinas, IFCH/Unicamp.
- Lijphart, Arendt
1984 *As Democracias Contemporâneas*. Rio de Janeiro, Gradiva.
- Limongi, Fernando & Figueiredo, Argelina
2000 "O Presidencialismo Brasileiro Pós-1988: Fusão de Poderes e Representação Política". Trabalho apresentado na I Conferência sobre Federalismo Cooperativo, Globalização e Democracia, Brasília.
- Mainwaring, Scott & Samuels, David
1997 *Robust Federalism and Democracy in Contemporary Brazil*, manuscrito.
- Medeiros, Antonio Carlos
1986 *Politics and Intergovernmental Relations in Brazil. 1964-1982*. Nova York, Garland Publishing.
- Nicolau, Jairo Marconi
1997 "As Distorções na Representação dos Estados na Câmara dos Deputados Brasileira". *Dados*, 40 (3), Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Riker, William H.
1964 "Federalism". In: Nelson Polsby (ed.), *Handbook of Political Science*, Oxford, Oxford University Press, vol. 3.
- Saddi, Fabiana da Cunha
1999 *Estado e Federalismo no Governo Geisel*. Dissertação de mestrado, São Paulo, DCP/FFLCH/USP.

- Sallum Filho, Brasília
 1994 "Federação e Regime Militar Autoritário". Relatório final de pesquisa, Projeto Federalismo no Brasil, São Paulo, Fundap/Iesp.
- Santos, Wanderley Guilherme dos Santos
 1987 *Crise e Castigo: Partidos e Generais na Política Brasileira*. São Paulo, Vértice.
- Schwartzmann, Simon
 1975 *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel.
- Selcher, Wayne
 1989 "A New Start Toward a More Decentralized Federalism in Brazil?". *Publius: The Journal of Federalism*, 19: 167-183, verão.
- 1991 "Futuro do Federalismo na Nova República". *Revista de Administração Pública*, 24 (1), Rio de Janeiro.
- Soares, Glaucio Ary Dillon
 1971 "El Sistema Electoral y la Representación de los Grupos Sociales en Brasil, 1945-1962", *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*, 2 (1). Santiago/Flasco.
- Souza, Amaury & Mattos Dias, J. L.
 s. d. *Presidencia y Federación: Caminos de la Reforma Institucional en Brasil*, manuscrito.
- Souza, Celina
 1996 "Reinventando o Poder Local: Limites e Possibilidades do Federalismo e da Descentralização". *São Paulo em Perspectiva*, 10 (3): 38-52, jul./set., São Paulo, Fundação Seade.
- 1997 *Constitutional Engineering in Brazil: The Politics of Federalism and Decentralization*. Londres/Nova York, MacMillan/St. Martin's Press.
- 2000 "The Prospects of a Center-constraining Federation in a Fragmented Polity". Trabalho a ser publicado em *Publius – The Journal of Federalism*, Easton, Meyner Center for the Study of State and Local Government.
- Stepan, Alfred
 1999 "Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem e Ampliam o Poder do Demos". *Dados*, 42 (2): 197-252, Rio de Janeiro, Iuperj.

Resumo

Federalismo, Democracia e Governo no Brasil: Idéias, Hipóteses e Evidências

O texto faz um balanço da literatura sobre o federalismo. A intenção é destacar a contribuição própria da ciência política, assinalando avanços, vicissitudes e desafios em nosso terreno disciplinar. A exposição está estruturada por temas e não por autores ou trabalhos específicos. Os temas que organizam a discussão são: 1) a gênese do federalismo brasileiro; 2) federalismo, representação política e democracia; 3) federalismo e governabilidade; 4) federalismo, relações

intergovernamentais e políticas públicas. No final, são indicados alguns problemas conceituais e metodológicos que os estudos sobre federalismo no Brasil não podem ignorar.

Palavras-chave: federalismo; federação; relações intergovernamentais.

Abstract

Federalism, Democracy and Government in Brazil: Issues, Hypothesis and Evidences

The article is a review essay of the studies on federalism in Brazil. The aim is to discuss the specific contribution of Political Science, showing the analytical developments, shortcomings and challenges confronted by the discipline. The discussion is organized around four main themes: 1) the origins of Brazilian federalism; 2) federalism, political representation and democracy; 3) federalism and governability; 4) federalism, intergovernmental relations and public policies. In the final remarks, there is a suggestion of some conceptual and methodological issues that the studies on federalism in Brazil should consider.

Keywords: federalism; federation; intergovernmental relations.

Résumé

Fédéralisme, Démocratie et Gouvernement au Brésil : Idées, Hypothèses et Évidences

Le texte fait le point sur la littérature à propos du fédéralisme. L'intention est de mettre en évidence la contribution propre de la science politique, en indiquant les avancées, les vicissitudes et les défis de cette discipline. L'exposition est structurée par thèmes et non par auteurs ou travaux spécifiques. Ces thèmes sont les suivants : 1) genèse du fédéralisme brésilien ; 2) fédéralisme, représentation politique et démocratie ; 3) fédéralisme et gouvernabilité ; 4) fédéralisme, relations intergouvernementales et politiques publiques. En conclusion, nous indiquons quelques problèmes conceptuels et méthodologiques que les études sur le fédéralisme au Brésil ne peuvent ignorer.

Mots-clés: fédéralisme ; fédération ; relations intergouvernementales.

Notas sobre o Conceito de Cidadania

Liszt Vieira

O conceito de cidadania, como direito a ter direitos, foi abordado de variadas perspectivas. Em recente trabalho, Janoski (1998) destaca três vertentes teóricas que se ocupam de fenômenos relacionados à cidadania, quais sejam: a teoria de Marshall acerca dos direitos de cidadania; a abordagem de Tocqueville/Durkheim a respeito da cultura cívica; e a teoria marxista/gramsciana acerca da sociedade civil.

Tornou-se clássica, como referência, a concepção de Thomas H. Marshall que, em 1949, propôs a primeira teoria sociológica de cidadania ao incluir os direitos e as obrigações inerentes à condição de cidadão. Centrado na realidade britânica da época, em especial no conflito frontal entre capitalismo e igualdade, Marshall estabeleceu uma tipologia dos direitos de cidadania: os direitos civis, conquistados no século XVIII, os direitos políticos, no século XIX – ambos chamados direitos de primeira geração – e os direitos sociais, alcançados no século XX, chamados direitos de segunda geração (Marshall 1967, Vieira, 1997).

Posteriormente, autores diversos analisaram suas realidades nacionais valendo-se desta concepção, à qual acrescentaram nuances teóricas, como se vê em Reinhard Bendix (1964), que enfocou a ampliação da cidadania às classes trabalhadoras, através dos direitos de associação, educação e voto, bem como em Turner (1986), que, voltando sua atenção para a teoria do conflito, considera

os movimentos sociais uma força dinâmica necessária ao desenvolvimento dos direitos de cidadania.

Para as teorias durkheimianas, a cidadania não se restringe àquela sancionada por lei e tem na virtude cívica um outro aspecto capital. Em decorrência desta concepção, abre-se espaço para que, na esfera pública, grupos voluntários, privados e sem fins lucrativos, formem a assim denominada sociedade civil.

As teorias marxistas, por sua vez, enfatizam a reconstituição da sociedade civil – idéia primeiramente ventilada por Hegel, retomada por Marx e de maneira significativa revisitada por Gramsci, em 1920. Na realidade, pode-se afirmar que Gramsci opera uma mudança paradigmática com sua visão tripartite, Estado-Mercado-Sociedade Civil, uma vez que, para Marx e Hegel, a noção de sociedade civil abrangia todas as organizações e atividades fora do Estado, inclusive as atividades econômicas das empresas.

A atual referência à sociedade civil traz o viés gramsciano de proteção contra os abusos estatais e do mercado. Esta terceira vertente teórica pode ser compreendida como uma intermediação entre o enfoque estatal adotado por Marshall e o enfoque da virtude cívica centrada na sociedade, característico das teorias durkheimianas.

Com o intuito de melhor compreender a cidadania, contudo, vale lançar mão de elementos de outras linhas teóricas.

Para Conceituar Cidadania

Não obstante constituir a *lingua franca* da socialização, reivindicação de diversos movimentos sociais e mesmo palavra reiteradamente repetida em discursos, a cidadania não constitui idéia central nas ciências sociais. Buscando os atributos do termo, Janoski agrupa as perspectivas encontradas em diversos dicionários – legal, normativa e das ciências sociais –, considerando esta última mais própria a uma possível reconstrução de uma teoria da cidadania: “Cidadania é a pertença passiva e ativa de indivíduos em um Estado-nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade (Janoski, 1998)”.

Por *pertença* a um Estado-nação entende-se o estabelecimento de uma personalidade em um território geográfico. Historicamente, a cidadania foi concedida a restritos grupos de elite – homens ricos de Atenas e barões ingleses do século XIII – e posteriormente estendida a uma grande porção dos residentes de um país. Há, assim, duas possibilidades de pertença: a *interna*, que pauta o modo pelo qual um não-cidadão nos limites do Estado – grupos estigmatizados por etnia, raça, gênero, classe, entre outros – adquire direitos e reconhecimento como cidadão; e a *externa*, que estabelece como estrangeiros fora do território nacional obtêm entrada e naturalização de forma a conquistar a cidadania.

Quanto ao segundo elemento da definição – a distinção entre direitos e deveres ativos e passivos – pode-se dizer que a cidadania é constituída tanto por direitos passivos de existência, legalmente limitados, como por direitos ativos que propiciam a capacidade presente e futura de influenciar o poder político.

A terceira idéia-força da definição exclui o caráter informal ou particularista dos direitos de cidadania, que necessariamente devem ser direitos universais promulgados em lei e garantidos a todos. Pessoas e coletivida-

des podem possuir seus próprios imperativos morais, costumes ou mesmo direitos específicos, mas estes só se tornarão direitos de cidadania se forem universalmente aplicados e garantidos pelo Estado.

O quarto elemento envolve a idéia de que a cidadania é uma afirmação de igualdade, equilibrando-se direitos e deveres dentro de certos limites. A igualdade é formal, garantindo a possibilidade de acesso aos tribunais, às legislaturas e às burocracias. Não se trata de igualdade completa, mas em geral garante-se o aumento nos direitos dos subordinados em relação às elites dominantes.

A definição de cidadania fornecida pelas ciências sociais, conforme explicitada acima, difere das demais, seja por não se restringir ao processo de naturalização, como as definições legais, por exemplo; seja por não se esforçar em definir o que seja um “bom cidadão”. É assim que Somers rejeita a cidadania como *status* e propõe sua definição como “processo” constituído por uma rede de relações e idiomas políticos que acentuam a pertença e os direitos e deveres universais em uma comunidade nacional (Somers, 1993).

Por sua vez, Turner considera a cidadania um conjunto de práticas políticas, econômicas, jurídicas e culturais que definem uma pessoa como membro competente da sociedade. No entanto, a inclusão do elemento “competência” no conceito é passível de crítica, uma vez que se podem encontrar em uma sociedade cidadãos que não se acham em condições de exercer direitos políticos, e nem por isso perdem direitos civis ou sociais, como é o caso dos portadores de deficiências mentais ou das pessoas em coma, por exemplo (Janoski, 1998).

Os direitos e as obrigações de cidadania existem, portanto, quando o Estado valida as normas de cidadania e adota medidas para implementá-las. Segundo essa visão, os processos de cidadania – lutas por poder entre grupos e classes – não são necessariamente direitos de cidadania, mas constituem variá-

veis independentes para sua formação. Em outras palavras, tais processos seriam partes constitutivas da teoria, mas não do conceito definidor do termo.

Cidadania e Sociedade Civil

A cidadania concerne, deste modo, à relação entre Estado e cidadão, especialmente no tocante a direitos e obrigações. Teorias acerca da sociedade civil, preocupadas com as instituições mediadoras entre o cidadão e o Estado, adicionam à compreensão desta relação uma gama mais variada de possibilidades. É importante observar, contudo, que, assim como a cidadania, a noção de sociedade civil nunca foi uma idéia central nas ciências sociais.

Foram principalmente as construções teóricas de Habermas (espaço público) e de Cohen e Arato (reconstrução da sociedade civil), proporcionando a interação de quatro esferas da sociedade – privada, de mercado, pública e estatal –, que permitiram a conexão entre os conceitos de sociedade civil e cidadania.

O termo “sociedade civil”, da mesma maneira que “cidadania”, também é alvo de discussão. Também aqui poderíamos isolar três perspectivas principais. Para a teoria marxista, sociedade civil constitui uma esfera não-estatal de influência que emerge do capitalismo e da industrialização. A definição normativa, por sua vez, leva em conta o desenvolvimento de efetiva proteção dos cidadãos contra abusos de direitos. Já a perspectiva das ciências sociais enfatiza a interação entre grupos voluntários na esfera não-estatal, conforme a definição:

Sociedade civil representa uma esfera de discurso público dinâmico e participativo entre o Estado, a esfera pública composta de organizações voluntárias, e a esfera do mercado referente a empresas privadas e sindicatos.¹

Constata-se, assim, que cidadania e sociedade civil são noções diferentes: a primeira é reforçada pelo Estado e a última abrange os grupos em harmonia ou conflito; ambas, porém, são empiricamente contingentes. A sociedade civil cria grupos e pressiona em direção a determinadas opções políticas, produzindo, conseqüentemente, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. Uma sociedade civil fraca, por outro lado, será comumente dominada pelas esferas do Estado ou do mercado. Além disso, a sociedade civil articula-se, primordialmente, na esfera pública, onde associações e organizações se engajam em debates. Assim, a maior parte das lutas pela cidadania é realizada no âmbito público em torno dos interesses de grupos sociais, embora – cabe a ressalva – a sociedade civil não possa constituir o *locus* dos direitos de cidadania, por não se tratar da esfera estatal, que assegura proteção oficial mediante sanções legais.

A integração entre a teoria política e um viés mais empírico torna-se impositiva, quando se busca uma relação entre cidadania e sociedade civil. É preciso avaliar e comparar as teorias políticas com os tipos particulares de regimes, isto é, a teoria liberal com os regimes liberais, o comunitarismo com os regimes tradicionais e a teoria da democracia extensiva com os regimes de social-democracia. Para uma melhor compreensão das distinções entre tais regimes, é necessário se considerar os direitos e as obrigações do cidadão em cada circunstância (Janoski, 1998).

O Liberalismo e suas Críticas

O liberalismo é a teoria dominante nos países industrializados, especialmente anglo-saxões, onde tanto a teoria comunitarista quanto a democrática extensiva (ou social-democrata) têm menos simpatizantes. Com ênfase no indivíduo, o liberalismo propõe que a maioria dos direitos envolve liberdades

inerentes a cada pessoa. Não obstante as poucas obrigações de contrapartida, como o pagamento de impostos ou o serviço militar, as liberdades civis e os direitos de propriedade constituem pontos centrais. Os direitos individuais são vitais para a liberdade de ação do indivíduo. Em contraposição, os direitos sociais ou os pertencentes a grupos representam uma violação aos princípios liberais, sendo assim evitados. Para o liberalismo, a relação entre direitos e obrigações é essencialmente contratual, trazendo em si uma forte carga de reciprocidade: a cada direito corresponde em geral uma obrigação.

Revisitando a posição liberal, em *Uma Teoria da Justiça* (1971) e *Liberalismo Político* (1993), o pensador norte-americano John Rawls busca substituir, nos limites do liberalismo, a justificativa utilitária por uma moralidade pública. O autor é liberal por acentuar a noção de indivíduo como portador de direitos inalienáveis, mas diverge de outros liberais por discutir tais direitos de liberdade e igualdade em um contexto de cooperação social.

Tal *modus* de viver em sociedade justifica-se apenas se a justiça for entendida como equidade: a cooperação entre indivíduos em uma realidade social ocorre pelo benefício mútuo da própria cooperação. Esta mudança de concepção é decisiva para o liberalismo, uma vez que a justiça é permutada da esfera privada para a pública.

A contribuição de Rawls vai ainda mais além: considerando a diversidade inerente às sociedades democráticas contemporâneas, o autor tece sua teoria tendo em consideração, especialmente em *Liberalismo Político*, o fato de que nem todos os seres racionais e bem informados possuem a mesma idéia de bem. É precisamente neste ponto que se localiza seu esforço em conceber um modelo de sociedade bem-ordenada, na qual se possa assegurar a cooperação na diversidade.

Tal é sua idéia de democracia constitucional moderna, norteada por dois princípios centrais: um “esquema adequado de di-

reitos e liberdades iguais básicos”, e igual oportunidade combinada ao princípio da diferença, ou seja, “desigualdades sociais e econômicas somente são aceitas se operarem em favor dos membros menos beneficiados da sociedade” (Shafir, 1998).

De cunho liberal, esses princípios apresentam-se em ordem de prioridade. Somente depois de garantidos os direitos e as liberdades básicos – os direitos civis de cidadania – é que os direitos dos menos beneficiados – seus direitos sociais de cidadania – podem ser objeto de nossas preocupações.

Rawls adverte, reiteradamente, que sua teoria deve ser tida como uma teoria política para uma cidadania democrática. A ênfase na democracia justifica-se precisamente pelo fato de sua noção de justiça como equidade proporcionar a possibilidade prática de um *consenso justaposto* entre as diversas, e mesmo discordantes, doutrinas e princípios morais.

Partindo-se da premissa da diversidade, uma concepção única de justiça evidencia-se inviável. “A força da sociedade liberal é precisamente sua habilidade em tolerar a diversidade, criando um domínio político auto-limitado de direitos individuais e estabelecendo uma estrutura institucional no bojo da qual disputas são evitadas, permitindo a expressão política apenas de concepções de bem que não sejam monopolísticas” (Shafir, 1998).

Em decorrência, o cidadão é concebido, pela teoria liberal, como um indivíduo dotado de liberdade e responsável pelo exercício de seus direitos. A cidadania encontra-se, assim, estreitamente relacionada à imagem pública do indivíduo como cidadão livre e igual, e não às características que determinam sua identidade.

Não obstante a prioridade concedida aos direitos individuais, Rawls enfatiza a idéia de cooperação, acrescentando que os cidadãos possuem como que *virtudes cooperativas*, as quais possibilitam não apenas parcerias e associações, mas também víncu-

los fortes e estáveis entre os membros de uma sociedade. A aceitação do princípio moral de justiça como equidade, mediante um consenso justaposto, e não apenas adesão aos aspectos formais da estrutura político-institucional, constitui para Rawls, na observação de inúmeros críticos, o fundamento da unidade social.

Dois aspectos devem ser ressaltados no quadro teórico apresentado por Rawls: uma normatividade inerente à teoria – sociedade bem-ordenada, justa e ideal – aliada a um caráter histórico-contingente. De modo geral, o corpo de idéias trazido pelo autor se insere numa cultura política marcada pela influência da tradição grega de cidadania, e reconstituída na era moderna pela confluência da tolerância religiosa, após as guerras e os conflitos de religião, da economia de mercado e dos princípios constitucionais de governo (Shafir, 1998).

A Crítica Comunitarista

Ao assumir uma posição oposta ao liberalismo, o comunitarismo prioriza a comunidade, sociedade ou nação, invocando a solidariedade e o senso de um destino comum como pedra de toque da coesão social. Na perspectiva comunitarista, a sociedade sustenta-se pela ação e pelo apoio dos grupos, contrariamente às decisões atomistas do indivíduo no âmbito liberal. Seu principal objetivo consiste em construir uma comunidade baseada em valores centrais, como identidade comum, solidariedade, participação e integração.

Por conseguinte, as obrigações tornam-se predominantes em face dos direitos, os quais se restringem oficialmente à proteção contra o inimigo externo. Critica-se, assim, de forma pontual, a fixação nos direitos realizada pelo liberalismo. Todavia, a reciprocidade entre direitos e obrigações é amenizada para a perspectiva comunitarista: direitos são conferidos à medida que uma série de obrigações é cumprida.

A mais incisiva crítica realizada pela corrente comunitarista ao liberalismo, quer em sua versão utilitarista, ou mesmo na rawlsiana, deve-se ao fato de este apresentar forte acento individualista. O declínio da solidariedade entre os cidadãos e a ausência do senso de destino único estariam na raiz dos grandes males da modernidade. Enquanto a visão liberal, individualista e legalista de cidadania sofre influência do modelo de cidadania da Roma imperial – em que pese a possível influência do modelo grego em Rawls –, a visão comunitarista inspira-se visivelmente no ideal de cidadania da *polis* grega e no republicanismo cívico, de inspiração aristotélica, que se afirma no Ocidente a partir do Renascimento.

Contudo, na visão comunitarista, bem como na liberal, a cidadania assume papel normativo, embora com características diferentes. Por um lado, a perspectiva liberal lhe confere o caráter acessório de *status*, em que a proteção dos direitos inalienáveis se dá em contraprestação a tarefas políticas mínimas, como o voto periódico e o serviço militar, por exemplo. Por outro, os comunitaristas conferem à cidadania o caráter de virtude. Na visão liberal, a cidadania é um acessório, não um valor em si mesmo. Na visão comunitarista, os indivíduos são membros de unidades maiores, e uma delas é a comunidade política.

A comunidade política desempenha, na perspectiva comunitarista, papel central, irredutível a outros elementos. É entendida, de um lado, como relação que fornece ao cidadão a sua *identidade* e, de outro, como unidade social e espaço para o exercício da virtude de *participação*. A cidadania deve ser considerada uma atividade ou uma *prática*, e não – como sustentam os liberais – simplesmente um *status* de pertença.² A precedência deve ser concedida não aos direitos individuais, mas à busca do bem comum.

A cidadania, assim, somente pode ser compreendida como prática, de modo que a eterna balança entre direitos e bem comum

pende, nesta perspectiva, para o último. Mas como seria possível atingir o bem comum? Que projeto de comunidade de cidadãos pode ser efetivamente oferecido a uma sociedade multifacetada?

Adrian Oldfield aponta dois modelos: no primeiro, encontram-se cidadãos engajados em contextos de revolução ou guerra de liberação, contextos estes em que a cidadania passa a funcionar como identidade política aglutinadora contra o inimigo. Todavia, a efemeridade dos acontecimentos impede que o endosso do coletivo perdure por muito tempo. No segundo, encontram-se formas de vida comunal em unidades políticas menos extensas, caso em que se reconhece ser quase impossível a constituição da comunidade em nível nacional. Assim, resta a questão de como compatibilizar as minorias e a coesão da comunidade (Oldfield, *in* Shafir, 1998).

O filósofo alemão Jurgen Habermas critica as perspectivas liberal e comunitarista de cidadania. O papel do cidadão limita-se a uma visão individualista e instrumental na tradição liberal do direito natural iniciada com Locke, enquanto uma compreensão comunitária e ética emerge na tradição de filosofia política originária de Aristóteles. O modelo liberal focaliza principalmente direitos individuais e tratamento igual, enquanto para a visão comunitarista a participação no governo é a essência da liberdade (Habermas, 1995).

Habermas busca ultrapassar a dicotomia liberal *versus* comunitarista incorporando as dimensões *status* e *prática* num modelo analítico próprio.

A Crítica Social-Democrata

Na visão de Janoski (1998), a teoria da *democracia expansiva*⁴ constituiria uma terceira via, desvinculando-se de qualquer intermediação entre as visões liberal e comunitarista. Esta teoria preconiza a expansão de direitos individuais ou coletivos a sujeitos

historicamente discriminados por sua classe, gênero ou etnia. A teoria democrática expansiva reivindica o aumento da participação coletiva nas decisões e uma maior interação entre o cidadão e as instituições.

Apesar de partilhar com o comunitarismo a crítica à centralização liberal no indivíduo, os representantes da teoria democrática expansiva enfatizam os direitos de participação, resistindo em aceitar o papel secundário delegado aos direitos por parte da perspectiva comunitarista. Reivindicam um equilíbrio entre direitos individuais, direitos do grupo e obrigações: o resultado é um complexo sistema identitário, construído a partir da noção do indivíduo como participante das atividades da comunidade.

Já em 1949, data de publicação de *Cidadania e Classe Social*, Marshall vislumbrava a cidadania como o verdadeiro elemento de mudança social no contexto da realidade industrial e a correlata experiência do *Welfare State* do pós-guerra. A expansão de direitos corresponderia primeiramente ao fortalecimento de direitos previamente adquiridos, mas também à incorporação de novos grupos ao Estado.

Observe-se aqui que a base territorial da cidadania transformou-se historicamente, passando na Antiguidade da *polis* grega ao império romano, deste à cidade medieval e finalmente ao Estado moderno, após o Renascimento. O processo de centralização do qual o Estado é produto corresponde precisamente à expansão da forma local para a institucional de cidadania. Deste ponto de vista, a expansão dos direitos é parte de um processo de democratização, entendida como aquisição por parte das classes inferiores dos direitos originalmente criados pela e para as classes superiores.

Três gerações de direitos de cidadania podem ser, assim, descritas: civis, políticos e sociais. Primeiramente, os direitos civis, correspondendo aos direitos necessários para o exercício das liberdades, originados no século XVIII; depois, os direitos políticos, consa-

grados no século XIX, os quais garantem a participação, tanto ativa quanto passiva, no processo político; e finalmente, já no século XX, os direitos sociais de cidadania, correspondentes à aquisição de um padrão mínimo de bem-estar e segurança sociais que deve prevalecer na sociedade.

É imprescindível, entretanto, evitar o habitual equívoco de equiparar os direitos de *welfare* com a cidadania social: “os primeiros baseiam-se em meios e destacam os indivíduos vulneráveis que necessitam proteção; a última é universal e adquirida como um direito pelo fato de pertencer à comunidade” (Shafir, 1998).

Considerando a potencialidade de conflito na expansão cumulativa de direitos, Marshall direciona sua atenção ao antagonismo existente entre direitos civis, os quais consagram a proteção do indivíduo contra o Estado, e os direitos sociais, que devem garantir o *direito a uma renda real*, sem considerar o valor de mercado, por meio de benefícios assegurados pelo Estado. Por conseguinte, a cidadania social colide com as condições do capitalismo e seu exercício gera conflito.

Marshall conclui que a cidadania social e o capitalismo estão em guerra. Ao mesmo tempo, argumenta que “cidadania e classe social são compatíveis em nossa sociedade na medida em que a cidadania tornou-se a arqui-

teta da desigualdade social legitimada”. Tal ambigüidade ecoará, nas décadas posteriores, no debate entre marxistas e social-democratas.

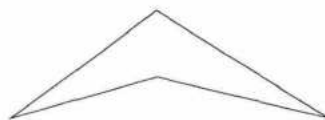
Estudos empíricos demonstram a multiplicidade das relações entre diferentes tipos de direitos em diversas formas de organização social. Coube a Nancy Fraser e Linda Gordon (*in* Shafir, 1998) a análise dos direitos de cidadania nos contornos da realidade norte-americana, constatando que tal processo ocorreu em contraste com o modelo linear e evolucionista traçado por Marshall.

Nos Estados Unidos da América, a tradicional luta pelos direitos civis obstou o crescimento dos direitos sociais de cidadania. Em contrapartida, o fascismo e o comunismo apresentaram-se como forma de conquista da cidadania social em detrimento dos direitos civis e políticos. Mesmo a realidade diferenciada das regiões da Grã-Bretanha desafia esta espécie de análise evolucionista da cidadania.

A vertente social democrata também foi criticada por deixar lacunas na crítica à perspectiva liberal. Na realidade, restringiu seu olhar apenas à classe trabalhadora, em detrimento de outros conflitos, como os de gênero, étnicos, nacionalistas etc.

A figura a seguir esquematiza, na visão de Janoski (1998), o confronto entre liberalismo, social-democracia e comunitarismo.

Liberalismo é baseado no individualismo; direitos civis são contratualmente relacionados (troca restrita) apenas a algumas obrigações mais essenciais.
Direitos > Obrigações



Democracia Social ou Expansiva é baseada na participação igualitária de grupos e indivíduos; toda uma série de direitos e obrigações é balanceada por trocas restritas e generalizadas.
Direitos = Obrigações

Comunitarismo é baseado em forte hierarquia comunitária; as obrigações da comunidade correspondem aos direitos em relações de longo prazo (troca generalizada) e têm prioridade na salvaguarda do bem-estar da comunidade.
Direitos < Obrigações

Ainda segundo Janoski, essas três teorias políticas podem ser associadas a regimes estatais: o liberalismo aos direitos civis nos regimes liberais; o comunitarismo e sua priorização das obrigações sobre os direitos aos regimes tradicionais; e a democracia expansiva com seus altos níveis de direitos políticos, sociais e de participação aos regimes social-democráticos.

Resulta daí o fato de a sociedade civil adquirir contornos particulares em cada um dos regimes descritos: nos Estados considerados liberais – Austrália, Canadá, Japão, Suíça e Estados Unidos – há maior separação entre as esferas estatal, mercantil e pública. Os regimes de cunho tradicional – Áustria, Bélgica, França, Alemanha e Itália – utilizam a perspectiva comunitarista para justificar uma ampla justaposição entre as esferas do mercado e pública, e muitas vezes também a estatal. Os regimes da social-democracia – Dinamarca, Noruega, Suécia, Holanda, Finlândia – utilizam-se da teoria da democracia expansiva para incentivar a participação social, tanto no governo quanto na economia. (Janoski, 1998).

Tal modelo pode apresentar certa utilidade analítica, mas não é isento de críticas. A separação entre social-democracia e comunitarismo parece excessivamente radical. Causa estranheza ainda a denominação de “tradicionais” aos países de visível inspiração republicana, como a França, por exemplo.

Ao lado das vertentes comunitarista e social-democrata, e de certo modo completando-as em sua crítica ao liberalismo, possibilidades alternativas de cidadania são oferecidas por outras correntes críticas, como o nacionalismo, o feminismo e o multiculturalismo.

A Crítica Nacionalista

Na leitura nacionalista, a cidadania moderna encontra-se diretamente relacionada à formação da consciência nacional, a qual imprime nos indivíduos um senso de pertenc-

ça à comunidade e de herança comum. A extensão dos direitos de cidadania acompanhou a formação de instituições nacionais (mercado, educação, planejamento), tornando-se o Estado-nação o agente garantidor dos direitos de cidadania.

A expressão nação surge, com seu moderno significado político, no bojo da erupção revolucionária francesa do fim do século XVIII. O diploma jurídico da Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, trouxe em seu texto duas bandeiras simultâneas: *a soberania democrática da nação e os direitos civis de cidadania*.

Além disso, a coincidência entre nacionalidade e cidadania deve-se também à longa existência do antigo regime francês que levou a uma crescente homogenização da população, desdobrada em processos diversos, como administração pública, educação, forças armadas etc. Outro fator relevante foi a visão cívica de cidadania do Iluminismo que forneceu um importante corpo de valores fundamentando o nacionalismo liberal (Brubaker *in* Shafir, 1998).

Por sua vez, no modelo alemão, baseado nos reinos e principados germânicos fragmentados, a separação entre cidadania política e nação deu lugar ao nacionalismo romântico de caráter étnico. Em vez da visão iluminista de nação como parceria entre cidadãos com idênticos direitos civis universais, o *Volk* étnico foi situado como um corpo orgânico com vida própria. Nações, no nacionalismo romântico, são todas radicalmente diferentes umas das outras, pois seus membros possuem marcas culturais distintas, como língua, religião e história.

O elemento nação vincula-se nesse modelo à identidade de seus membros, ou seja, enquanto no modelo francês o indivíduo é reconhecido por seus direitos, no alemão os indivíduos são caracterizados por suas identidades. É interessante observar que a diversa caracterização da cidadania produz dife-

rentes políticas de imigração. A política francesa de incorporação e assimilação a uma cultura nacional garante a cidadania *jus soli*, ao passo que o nacionalismo étnico alemão adotou o critério do *jus sanguinis*, priorizando a herança sanguínea.

A Crítica Multiculturalista

Não obstante o esforço das tendências nacionalistas para que o Estado-nação se mantivesse como espaço de uma cidadania homogênea, a realidade migratória global, mormente no pós-guerra, desafia os nacionalismos em busca de uma constante extensão dos direitos de cidadania. Duas perspectivas, potencialmente opostas, tentam dar conta das novas direções a serem tomadas pela cidadania, diante da acelerada erosão da homogeneidade nos limites do Estado-nação.

De um lado, a aspiração da cidadania multicultural de Will Kymlicka tem seu foco central na diversidade étnica entre grupos conviventes em uma mesma sociedade. Direitos não devem ser garantidos somente a indivíduos, mas também a estes grupos, defendendo-se a necessidade de uma *cidadania diferenciada*. O objetivo do critério identitário, como no caso específico dos imigrantes, não consiste em um movimento de auto-exclusão do corpo social, mas antes em garantir sua inclusão, mantendo-se o respeito por sua cultura. Destarte, propõe-se uma extensão do esquema linear de Marshall: a garantia de uma quarta geração de direitos, ou melhor, dos direitos culturais de cidadania (Kymlicka, 1995).

Em sua formulação mais radical, a visão multiculturalista sustenta que a cidadania como identidade deve ter precedência sobre a cidadania como *status* legal. Passaríamos, assim, da *cidadania comum*, típica das sociedades liberais, a uma *cidadania diferenciada*, concedida aos grupos de imigrantes.

Yasemin Soysal, por sua vez, constata a existência de alguma garantia de direitos –

em geral, civis e sociais, e não os direitos políticos – aos imigrantes, particularmente na Europa, identificando o fenômeno contemporâneo de desacoplamento dos direitos de cidadania e identidade.

No interior do processo de globalização, no qual o Estado-nação tende a declinar em importância, Soysal vislumbra a transição para um novo espaço de cidadania, que teria passado da *polis* ao império, à cidade, ao Estado-nação e agora ao espaço global ou transnacional. A consagração universal dos direitos humanos sublinha a transição da cidadania vinculada aos direitos individuais para cidadania vinculada à *pessoa universal*.

Vale ressaltar que, a despeito de sua tendência ao declínio, o Estado-nação não estaria desaparecendo; antes, sua estrutura é essencial para a garantia seja da cidadania nacional, seja pós-nacional.

A Crítica Feminista

Também o feminismo vem contribuir para a crítica do liberalismo. A cidadania liberal perpetua as mulheres como cidadãs de segunda classe, fato que constitui o ponto comum entre as diversas críticas feministas. Persiste, mesmo nas democracias ocidentais, a dicotomia, de inspiração grega, entre a esfera pública racional e masculina, e a esfera privada como domínio emocional feminino.

Parte da crítica feminista prefere trabalhar com a questão dos direitos sociais de cidadania descritos por Marshall, por acreditar que sua garantia possa alterar a estratificação de gênero. Outra parte propõe a noção de comunidade de mulheres, baseada em laços voluntários primários entre suas constituintes. Na realidade, surgiram diversas perspectivas feministas – comunitaristas, social-democratas, multiculturalistas e neo-liberais. Muitas delas começaram priorizando a bandeira da *igualdade*, sofrendo posteriormente uma mudança paradigmática, para se deslocar em direção à bandeira da *diferença*.

A mais contundente oposição à perspectiva liberal provém dos defensores do *feminismo da diferença*. Iris Young, uma de suas principais representantes, lembra que a demanda por direitos e liberdades iguais, inerente ao liberalismo, nega as diferenças e recria a situação paradoxal em que a igualdade se baseia na rejeição às necessidades e às características essenciais das mulheres (Young, *in* Shafir, 1998).

A cidadania, da Grécia à modernidade, baseou-se em uma prática abstrata, na qual as identidades concretas foram, de algum modo, excluídas em nome de uma identidade pública e universal. Em sua crítica, o feminismo propõe a reconstrução da esfera pública de forma a incluir questões privadas e pessoais de interesse das mulheres, contribuindo, assim, para publicizar ou politizar questões até então consideradas privadas.

Múltiplas Cidades

Diante deste quadro, teórico e empírico, a preocupação contemporânea direciona-se fundamentalmente para a busca de compatibilizar a existência de diversas possibilidades e gradações de cidadania: a vida em pequenas comunidades, a reformulação da cidadania no Estado-nação, ou mesmo em nível global.

A cidadania, no âmbito deste esforço coletivo, não pode mais ser vista como um conjunto de direitos formais, mas como um modo de incorporação de indivíduos e grupos ao contexto social. No intuito de solucionar a relação conflituosa entre as múltiplas tradições de cidadania, baseadas em *status*, participação e identidade, alguns autores pretendem formular um complexo sistema, com o acesso a direitos garantidos por instituições locais, nacionais ou transnacionais.

Duas abordagens principais serão aqui destacadas. Primeiramente, para Iris Young, é importante a institucionalização de cidadanias múltiplas, de forma a assegurar justiça e

equidade. É preciso que se concretizem os direitos em relação aos grupos sociais uma vez que, sob os auspícios da universalidade, a exclusão sempre existiu e continuará existindo: “a igualdade formal, ironicamente, cria desigualdade substantiva” (Young, *in* Shafir, 1998).

Qualquer concepção de justiça como equidade (como consta na proposta rawlsiana) deve levar em conta a heterogeneidade e a conseqüente multiplicidade de perspectivas. Endossa-se, assim, a proposta de cidadania diferenciada de autoria de Kymlicka. No entanto, ao passo que este propõe a cidadania em prol da representação das diferenças culturais, Young vislumbra sua aplicação mais precisamente em razão dos grupos oprimidos, entre os quais encontram-se, no contexto norte-americano, mulheres, negros, indígenas, “chicanos”, porto-riquenhos, homossexuais, idosos, trabalhadores, pobres, deficientes físicos e mentais, entre outros.

Em segundo lugar, apresenta-se a alternativa de Michael Walzer, para quem o centro desta diversidade de cidadanias reside precisamente em uma delas: a política. Elegendo e comparando quatro “ideais de vida digna” – cidadão, produtor, consumidor e membro da nação – Walzer conclui pela predominância do primeiro no engajamento público, rejeitando os outros discursos de cidadania baseados nos outros três ideais de vida digna.

É clara, na preeminência conferida por Walzer à cidadania política, sua admiração pela tradição grega, na qual a participação política assume a *mais alta forma de humanidade* como princípio de incorporação e unidade social. Walzer explora ainda o conceito de sociedade civil como arena de enfrentamento: enquanto a cidadania é a base da unidade social, a sociedade civil, ao permitir o enfrentamento crítico das diversas reivindicações sociais, desempenha sua tarefa clássica de gerar civilidade.

O respeito à diversidade e ao pluralismo social deve ser parte integrante do discurso da cidadania. Para Walzer, a cidadania política é a arena onde se estabelece um mínimo de unidade social (Walzer, 1992).

À Guisa de Conclusão

Encontramo-nos, sem dúvida, em um momento de revitalização do conceito de cidadania. Segundo Janoski (1998), o desenvolvimento de uma teoria pertinente e cuidadosamente elaborada se faz necessário, com vista a três metas principais:

- a) Proporcionar a oportunidade de se analisar os sistemas econômicos e políticos de diversos países em uma perspectiva comparativa, de modo a auxiliar o desenvolvimento dos direitos, sobretudo os direitos de participação.
- b) Possibilitar a explicação de aspectos da sociedade civil e da organização social. Uma teoria da cidadania tem o fito de organizar as reivindicações dos diversos grupos sociais e prever os resultados dos conflitos das diversas bases ideológicas.

c) Dar margem à compreensão do nexo de solidariedade que mantém o conjunto social. A cidadania presume a existência de uma sociedade civil inserida em redes e conexões entre pessoas e grupos, e ainda normas e valores que exerçam papel significativo na vida social. Afinal, a cidadania desenvolve-se em comunidades de cidadãos responsáveis através da estrutura da sociedade civil.

Por fim, Janoski afirma que os indivíduos e seus grupos podem adotar valores diversos e "pós-modernos" e demandam ainda a aplicação universalista de políticas estatais aos diversos grupos, de gênero, idade, classe ou etnia. Enquanto muitas das teorias de cidadania requerem uma universalidade de direito e obrigações, cada um destes direitos de fato beneficia certos grupos mais do que outros.

Assim, a participação de uma diversidade de cidadãos expressa reivindicações específicas por cidadania; todavia, esses grupos "pós-modernos" poderiam lutar por novos direitos e obrigações não só de forma a se beneficiarem especificamente, mas também a outros. É precisamente neste sentido que esses direitos mantêm-se nas fronteiras de uma cidadania universal.

Notas

1. Janoski (1998). Para a discussão do conceito de sociedade civil, consultar Vieira, *Cidadania e Globalização*, 1997.
2. Um exemplo recente da visão liberal que aqui criticamos pode ser encontrado em "A Cidadania Multidimensional na Era dos Direitos" (Torres, 1999).
3. A expressão "democracia expansiva", associada à social-democracia, foi adotada por Mark Warren em 1992 no artigo "Democratic Theory and Self-Transformation", *American Political Science Review*, 86 (I): 8-23.

Bibliografia

Bendix, Reinhard
1964 *Nation-Building and Citizenship*. Nova York, John Wiley and Sons.

- Habermas, Jurgen
 1995 "Citizenship and National Identity: Some Reflections on the Future of Europe".
In: Ronald Beiner (org.), Theorizing Citizenship, Nova York, State University of
 New York Press.
- Janoski, Thomas
 1998 *Citizenship and Civil Society*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Kymlicka, Will
 1995 *Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights*. Oxford, Clarendon
 Press.
- Marshall, T. H.
 1967 *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Rawls, John
 1971 *A Theory of Justice*. Cambridge, Belknap.
 1993 *Political Liberalism*. Nova York, Columbia University Press.
- Shafir, Gershon
 1998 *The Citizenship Debates*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Somers, Margaret
 1993 "Citizenship and the Place of the Public Sphere". *American Sociological Review*, 58:
 587-620, out.
- Torres, R. L.
 1999 "A Cidadania Multidimensional da Era dos Direitos". *In: _____, Teoria dos Di-
 reitos Fundamentais*, Rio de Janeiro, Editora Renovar.
- Turner, Bryan
 1986 *Citizenship and Capitalism*. Londres, Allen & Unwin.
- Vieira, Liszt
 1997 *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro, Record.
- Walzer, Michael
 1992 "The Civil Society Argument". *In: C. Mouffe (org.), Dimensions of Radical Demo-
 cracy*, Londres, Verso.

Resumo

Notas sobre o Conceito de Cidadania

O artigo analisa o conceito de cidadania a partir de três linhas teóricas principais: a teoria de Marshall acerca dos direitos de cidadania; a abordagem de Tocqueville/Durkheim a respeito da cultura cívica; e a teoria marxista/gramsciana acerca da sociedade civil. Aborda-se, assim, a inter-relação entre cidadania, sociedade civil e espaço público.

A segunda parte trata da problemática da cidadania à luz do liberalismo e de suas principais críticas. Analisam-se as críticas comunitarista, social-democrata, nacionalista, multiculturalista, feminista e a perspectiva de múltiplas cidadanias.

Palavras-chave: cidadania; sociedade civil; liberalismo x comunitarismo.

Abstract

Notes on the Concept of Citizenship

This article analyses the concept of citizenship based on three major theoretical lines: Marshall theory about the rights of citizenship; the Tocqueville/Durkheim approach on civic culture; and the Marxist Gramsci theory on civil society. The relationship among citizenship, civil society and public space is thus approached.

A second part deals with the citizenship issue from the viewpoint of liberalism and of some of its major criticisms. The communitarian, social-democrat, nationalist, multiculturalist, feminist as well as the multiple citizenship perspective are then analysed.

Keywords: citizenship; civil society; liberalism x communitarianism.

Résumé

Notes à propos du Concept de Citoyenneté

L'article analyse le concept de citoyenneté à partir de trois lignes théoriques principales : la théorie de Marshall à propos des droits de citoyenneté ; l'abordage de Tocqueville/Durkheim à propos du respect de la culture civique ; et la théorie marxiste/gramscienne à propos de la société civile. Nous abordons, ainsi l'interrelation entre la citoyenneté, la société civile et l'espace public. La seconde partie aborde le problème de la citoyenneté à la lumière du libéralisme et de ses principales critiques. Ainsi, sont analysées les critiques communiste, social-démocrate, nationaliste, multiculturaliste, féministe et la perspective de multiples citoyennetés.

Mots-clés: citoyenneté ; société civile ; libéralisme x communisme.

Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos sobre Música Popular no Brasil*

Santuza Cambraia Naves

Frederico Oliveira Coêlho

Tatiana Bacal

Thais Gomes de Medeiros

Introdução

Nossa intenção, ao projetarmos este levantamento bibliográfico, foi fazer um mapeamento inicial, não exaustivo, de temas já consagrados pelos estudiosos da música popular no Brasil e refletir sobre a maneira de abordá-los. Optamos por selecionar trabalhos estritamente acadêmicos, dada a infinidade de publicações de textos jornalísticos, biográficos e de crítica musical em geral que, se fossem levantados, demandariam um espaço muito maior. Essa exclusão não se deve, entretanto, a critérios de qualidade, pois nomes como Tárík de Souza, Sérgio Cabral, João Máximo, Zuzi Homem de Mello e Arthur Dapieve, entre outros, são referências constantes de trabalhos acadêmicos.

Este tipo de recorte, por outro lado, permite que observemos o interesse cada vez maior de estudiosos da área de Ciências Humanas pela música popular desenvolvida no Brasil. De fato, ao iniciarmos nossas pesquisas para a realização deste levantamento bibliográfico, deparamo-nos com um grande número de trabalhos vinculados a diferentes

áreas do conhecimento, como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Teoria Literária e a Teoria da Comunicação, entre outras, que buscam através da música popular uma reflexão mais ampla sobre a tradição cultural brasileira. E é também importante lembrar que o estudo da canção popular exige que o pesquisador recorra a ferramentas metodológicas de áreas circunvizinhas. Assim, cabe ao cientista social entender um pouco de música e dialogar com as teorias literárias, da mesma forma que cabe ao musicólogo se inteirar de trabalhos históricos e sociológicos. Essas condições para o estudo da canção são responsáveis pelo desenvolvimento de uma bibliografia extensa e multifacetada, em que perspectivas epistemológicas diferenciadas constroem um intrincado mosaico. Suscitam-se questões que remontam às temáticas nacionalistas do modernismo (operando, na maioria dos casos, com um conceito de cultura totalizante e unificador) e que se atualizam hoje com a perspectiva multicultural, mais apta para lidar com a fragmentação do mundo contemporâneo. Assim, alguns fenômenos musicais – como a expansão da cultu-

* A pesquisa bibliográfica e a resenha crítica foram realizadas no Núcleo de Estudos Musicais do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESAP) da Universidade Candido Mendes. Agradecemos aos pesquisadores de música popular que, muito prontamente, nos ajudaram a atualizar este levantamento bibliográfico, particularmente a Christopher Dunn, Charles Perrone, Carlos Sandroni, Elizabeth Travassos, Liv Sovik e Marcos Napolitano.

ra de massa, o trânsito incessante entre a “alta” e a “baixa” cultura e entre o “erudito” e o “popular” – recebem atenção privilegiada dos pesquisadores, porque apontam para a configuração de novos textos culturais e para a necessidade de se redirecionarem as fronteiras disciplinares e de se proporem metodologias adequadas para o seu estudo.

O Estatuto da Canção Popular

Uma das principais correntes de estudo da música popular produzidas no Brasil é a que se dedica à sua forma mais bem acabada e difundida: a canção. Sua hegemonia no Brasil, entre todas as outras manifestações musicais, em muito se deve à sua atuação impactante nos diversos espaços culturais e entre os diferentes segmentos sociais ao longo do século XX. A canção tornou-se, de fato, o produto artístico de maior penetração em um país de maioria analfabeta, principalmente a partir das décadas de 1920 e 1930. As composições de Noel Rosa, Ary Barroso, Cartola, Lamartine Babo, Braguinha, Pixinguinha, Dorival Caymmi e Ismael Silva, entre outros nomes desse período, fundaram a tradição de se experimentar novas formas no terreno do popular e, ao mesmo tempo, conquistar um público fiel (os ouvintes das rádios recém-implantadas no país). Com a difusão do rádio ao longo dos anos de 1930, a canção popular passou a ocupar espaços cada vez maiores no campo cultural brasileiro. A ascensão da Rádio Nacional, a partir dos anos de 1940, com seu extenso elenco de estrelas, concorria para a popularização de cantores, instrumentistas e compositores.

A partir da bossa-nova, com a nova batida introduzida por João Gilberto e a harmonia requintada de Tom Jobim, a canção popular perde de início seu público de massa no Brasil, mas logo em seguida ganha o mundo. Ao longo dos anos de 1960, os ouvintes menos atentos aos sons inovadores

tornam-se mais familiarizados com a bossa nova, graças ao sucesso extraordinário de canções como “Garota de Ipanema”, de Tom Jobim e Vinícius de Moraes (1963). O apuro formal das composições da bossa nova passa a estimular o estudo do processo de composição da canção, o que, de certa forma, é iniciado pela coletânea de artigos jornalísticos organizada por Augusto de Campos, publicada em 1968 com o nome de *Balanço da bossa*.

Em seguida, com o surgimento de uma nova categoria de compositores populares, formada por jovens universitários politizados, muitos deles imbuídos da concepção nacional-popular então predominante entre os grupos esquerdistas, constitui-se a sigla MPB (Música Popular Brasileira). As canções caracterizadas por este rótulo aliavam complexidade formal a substância política. Apesar da influência marcante de músicos e letristas fundamentais de períodos anteriores, como Tom Jobim, Vinícius de Moraes e Carlos Lyra, as canções que participaram da era dos festivais e da expansão da televisão nos lares brasileiros ganharam um *status* poético diferente junto à intelectualidade brasileira. Se no período da era do rádio a recepção das músicas divulgadas era de largo espectro, incluindo os vários segmentos sociais, a partir dos anos de 1960 a música popular passa a ter um público mais segmentado, identificado com a classe média intelectualizada, conquistando, dessa maneira, espaço nos suplementos literários dos principais jornais do país e nas revistas acadêmicas. Em suma, a canção torna-se o meio privilegiado para discutir os temas culturais e políticos, ultrapassando as questões meramente musicais e estéticas.

É representativo dessa curiosidade acadêmica pela canção o trabalho de certa forma inaugural de Walnice Nogueira Galvão, intitulado “MMPB: uma análise ideológica”, publicado em *Saco de gatos* (1968), uma coletânea de ensaios da autora. Na década de 1970,

essas abordagens passam a ser frequentes, buscando-se na canção, além dos elementos contraculturais, a crítica aos rumos da ditadura militar. Para os estudiosos, tornou-se tentador encontrar, em letras amorosas ou com temáticas subjetivas, metáforas e mensagens cifradas contra o regime ditatorial. Além da censura, outros temas povoaram a discussão intelectual sobre a canção popular nos anos de 1970, como sua íntima relação com a crescente indústria de massa e o flerte de alguns compositores com a contracultura. O florescimento, nesse período, de uma música cada vez mais comercial e voltada para o consumo fácil, contrastava com a atitude *gauche*, com relação ao mercado, de uma parcela de compositores que a própria intelectualidade e a mídia da época classificaram como “pós-tropicalistas” ou “malditos”. A canção popular, difundida como objeto cultural de qualidade indiscutível nos anos de 1960, se torna, na década seguinte, cada vez mais múltipla e fragmentada.

Com a difusão e o crescimento das bandas de *rock* nos anos de 1980, essa multiplicidade se intensifica a ponto de surgirem cisões entre diversas tendências, que passam pelo crivo do “experimental” ou do “comercialesco”, do “transgressor” ou do “festivo”, entre outras oposições criadas no período. A partir dessa década, o *rock* brasileiro torna-se um tema pertinente para ser estudado por acadêmicos e intelectuais em geral. Os analistas culturais interessam-se pelas referências constantes, nas letras das canções, à situação de redemocratização e à crise econômica e política por que passou o país no período.

Hoje em dia o cenário musical mostra-se extremamente diversificado; em nenhuma época anterior houve tantos gêneros musicais diferentes veiculados pela mídia. Presencia-se, de igual forma, uma novidade em termos de recepção, pois os estilos contemporâneos, como o *funk*, o *hip-hop*, o pagode, a música sertaneja e os ritmos baianos, ao se pautarem por critérios de etnia, de orienta-

ção sexual, de estilos de vida, ou mesmo geracionais, promovem uma segmentação no público. O *hip-hop*, por exemplo, entrou no país com força a partir dos anos de 1980 e se consolidou na década de 1990, introduzindo novidades não apenas musicais, mas também comportamentais. Reconstituiu com um formato novo a relação entre arte e vida no contexto da música popular, ao permitir, através de seu canto falado, que o compositor privilegiasse a experiência cotidiana na comunidade de origem. Introduziu o *sampler*, a figura forte do DJ, a coreografia *break*, além de indumentárias próprias, da divulgação boca-a-boca e de um tipo de edição mais artesanal, que escapa da centralização promovida pelas grandes gravadoras.

Além disso, vivemos um momento sem precedentes de interpenetração das diferentes músicas do mundo. Ao mesmo tempo em que se relativizam as barreiras entre o popular e o erudito, entre música de consumo e música de experimentação, em todos os lugares do mundo tem-se acesso a uma diversidade extraordinária de concepções diferentes de música, um fenômeno do qual o rótulo *world music* das grandes lojas de disco e das premiações da indústria fonográfica é apenas a face mais visível. A difusão do formato MP3 pela *internet* flexibilizou ainda mais o intercâmbio musical em escala planetária. Citando Otto Maria Carpeaux, Wisnik (1999) vê o atual momento como o “fim do grande arco evolutivo da música ocidental”, que tem início com o cantochão e se dispersa “no atonalismo, no serialismo e na música eletrônica”. Para Wisnik, talvez estejamos vivendo “o intermezzo de um grande deslocamento de parâmetros”, em que o tonalismo ocidental, centrado na *altura melódica*, passa a dar lugar a uma nova estrutura musical em que o *pulso*, central no período modal do Ocidente, “volta a ter uma atuação decisiva (as músicas populares, o *jazz*, o *rock* e o minimalismo dão sinais dessa direção)” (Wisnik, 1999, p. 11).

Mapeamento dos Trabalhos

Questões Epistemológicas, Críticas e Antropológicas

Gostaríamos de enfatizar, num primeiro momento - até pela necessidade de conceder os créditos necessários a quem pesquisou anteriormente títulos sobre música popular -, os levantamentos bibliográficos de música popular e erudita produzidos no Brasil, particularmente o trabalho mais recente de Tiago de Melo Gomes, voltado para a música popular e publicado na revista *História - Questões & Debates. MPB*, da Editora UFPR (1999), devidamente incorporado a este texto. A partir desta referência inicial, podemos analisar os diversos tipos de investigação do tema proposto.

Seria interessante começar pela menção ao levantamento de títulos voltados para os aspectos epistemológicos da pesquisa de música popular, que incluem as abordagens marxistas da música, as que recorrem à história social e outros recortes historiográficos, as que trazem reflexões sobre a interdisciplinaridade (ou transdisciplinaridade) e, finalmente, as propostas concretas de se instituir uma metodologia da canção popular, como o artigo de Marcos Napolitano intitulado "Pretexto, texto e contexto na análise da canção" (1998).

Vinculados à discussão anterior, uma série de textos reconstituem a construção do conceito de MPB nos anos de 1960. Os estudiosos do conceito mostram-se atentos para os aspectos ideológicos da categoria MPB e para a maneira como se utiliza a sigla na prática corrente de se reinventar tradições e, de certa forma, de se reconstruir politicamente a memória popular. Essas reflexões em torno do conceito são bastante importantes, ao mostrarem como a utilização do termo MPB implica, em certos casos, uma reificação de uma categoria criada num momento - início a meados dos anos de 1960 - de efervescência política e de preeminência

do ideário nacional-popular. Com sua especificidade bem demarcada por trabalhos como os de Marcos Napolitano (1999), a MPB, em vez de englobar a nossa música popular por excelência, aparece cada vez mais como um "conjunto de valores estéticos e ideológicos" cujo processo histórico ocorrido ao longo da década de 1960 mescla-se com a própria institucionalização da indústria cultural e de um discurso sociocultural acerca do Brasil "urbano e moderno" que se configurava naquele momento.

Uma das linhas de trabalho dedica-se à análise de questões estéticas, privilegiando os aspectos artesanais da canção, aplicando-lhe leituras semióticas e partindo, em muitos casos, para a crítica musical. Provenientes, via de regra, das áreas de Letras, Musicologia e Comunicação, analisam aspectos da prosódia musical (no que tendem a proceder criticamente) e as práticas dos músicos brasileiros de incorporar ritmos estrangeiros. Uma outra linha consiste basicamente em abordagens etnomusicológicas e musicológicas de criações musicais (urbanas e rurais) comprometidas com a indústria cultural, a partir dos gêneros que se desenvolveram no século XIX e no início do século XX, como a modinha, o lundu, o tango brasileiro, o choro e o samba carioca.

São numerosos os textos antropológicos que procuram pensar identidades culturais através de manifestações musicais, carnavalescas e de outra ordem. Os estudos sobre samba e carnaval, por exemplo, temas consagrados na área da música popular, pressupõem trabalhos de campo realizados em quadras e barracões de escolas e agremiações, em que se analisam tanto o cotidiano quanto o extra-cotidiano dos grupos envolvidos. São também comuns os trabalhos que lidam com representações sociais através dos rituais carnavalescos, ou os que enfatizam o potencial transgressor e desestabilizador da ordem do período associado ao Rei Momo. Alguns outros textos, embora partilhem com os anteriormente citados a

reflexão antropológica, assumem um tom militante, geralmente associado a questões de identidade étnica, como a “consciência negra”, o processo de “reafricanização” entre segmentos sociais na Bahia, em que se misturam ritmos da tradição africana com o *pop* emergente e estrangeiro; aos efeitos da centralização promovida pela indústria cultural, em que as minorias étnicas, as criadoras de fato das criações musicais, vêm-se destituídas de benefícios; e à participação de negros nos meios de comunicação.

Recriação Musical e Intertextualidade

O fenômeno da recriação musical, fruto de uma atitude bastante comum entre os músicos brasileiros – antes confinada aos artistas eruditos do cenário modernista – de juntar tradição e novidade, é analisado em vários trabalhos sobre o *rock* brasileiro em suas diversas vertentes, como a Jovem Guarda e o “Brazilian Heavy Metal”. Também é comum um tipo de reflexão sobre a flexibilidade do *rock* brasileiro ao incorporar determinados pressupostos vanguardistas oriundos de áreas eruditas, como a sensibilidade utópica, a tradição de ruptura e de transgressão legada pelas vanguardas históricas, e o diálogo com um certo tipo de memória. O tema da transgressão é muitas vezes abordado além dos parâmetros estéticos, privilegiando-se o ângulo comportamental, relacionado à associação entre arte e vida. No universo do *rock*, não há como abordar este assunto sem a menção ao uso de drogas e ao seu aspecto simbólico, contribuindo decisivamente para a formação da identidade artística.

Os estudos literários da canção popular tendem mais que os outros a explorar as fronteiras disciplinares, pois grande parte deles não se limita a trabalhar com as letras de música. Pelo contrário, levam em conta todos os componentes da canção, em seus aspectos musicais, performáticos, orquestrais e gráficos (capas de discos), e exami-

nam a relação entre arte e vida, como o fazem Walnice Nogueira Galvão em sua análise de Noel Rosa (1982) e Silviano Santiago ao tomar o superastro como “espetáculo” (1978). É muito comum também se busquem convergências entre movimentos musicais e literários, como os pontos de contato entre a poesia concreta e o tropicalismo, entre a poética contracultural e a sensibilidade dos compositores dos anos de 1960 e 1970, ou mesmo, como procede José Miguel Wisnik em “A gaia ciência – literatura e música popular no Brasil” (2001), aproximar determinadas sensibilidades literárias, como a de Guimarães Rosa, à de compositores populares, como Caetano Veloso e Milton Nascimento. Em sua história da música, embora tome como eixo básico a passagem da música modal para a tonal e desta para a serial, Wisnik (1999) não deixa de lado outras formas de expressão musical, tanto as músicas não ocidentais quanto as formas não eruditas, como o *jazz*, o *rock* e a música popular brasileira; no índice remissivo do livro encontramos Hermeto Pascoal e Palestrina, Gilberto Gil e Giovanni Gabrieli. Há também estudos que visam desconstruir a hierarquia entre a forma poética erudita e escrita, para ser lida, e a letra de música, popular e cantada, como é o caso de Fernanda Medeiros (2001), que mostra como se tenta, em algumas canções, devolver “a voz ao poema”. Em inúmeros outros casos, busca-se estabelecer o estatuto próprio da letra de música, diferenciando-o do poema por seus aspectos prosódicos (não-hierárquicos).

O momento histórico mais trabalhado é, sem dúvida, o dos anos de 1960. Procura-se, ao estudar esta década, refletir sobre o surgimento da canção engajada, informada pelos pressupostos do projeto nacional-popular então hegemônico entre os setores intelectualizados de esquerda. A canção popular politizada é examinada em seus diversos ângulos, do seu comprometimento com a indústria cultural à sua utilização como

peça de resistência à ditadura militar; de seus aspectos inclusivos, ao incorporar os elementos formais da bossa nova, como o ritmo e a harmonia, ao seu procedimento de ruptura, ao questionar a temática solar, referenciada à Zona Sul do Rio de Janeiro e “alienada” da realidade social do país. Naturalmente, o CPC, com seu projeto de levar a arte ao povo, é revisitado várias vezes nos trabalhos acadêmicos que tratam do tema da canção de protesto. Outro assunto contemplado pelos pesquisadores é a censura imposta na época aos meios de comunicação e a maneira como os compositores populares conseguem driblá-la, por vezes através de artimanhas e sutilezas.

O tropicalismo é outro tema deste período que suscitou uma série de discussões resultantes de abordagens díspares, cujas conclusões refletem ora uma visão otimista por parte do sujeito da investigação, ao pensar o papel crítico e positivo do movimento com relação aos parâmetros implantados pela indústria cultural e as possibilidades abertas pelo mundo do *show business*, ora uma avaliação negativa do movimento, atribuindo-lhe idéias convergentes com o pensamento nacional-desenvolvimentista das elites militares que tomaram o poder e mesmo um peso (ou um reflexo) decisivo no processo de alienação política da juventude. Em grande parte dos trabalhos, ressalta-se a convergência do projeto cultural tropicalista com a poética universalista de Oswald de Andrade, notadamente o seu “Manifesto Antropófago”, de 1928, em que Oswald prescreve ao colonizado uma maneira “devorativa” de se lidar com o elemento estrangeiro. Em outros, enfatiza-se o componente contracultural do movimento, ao romper com o projeto nacional-popular e instituir uma política do cotidiano. Costuma-se também contrastar a estética inclusiva da tropicália, que tende a incorporar as mais diferentes manifestações musicais, com a postura excludente dos bossa-novistas, afei-

tos a uma seleção mais rigorosa com relação ao repertório a ser retomado. E tanto pelo seu viés contracultural quanto pela sua postura incorporativa, o movimento tropicalista – ao contrário das vanguardas históricas, que postulam uma ruptura radical com o passado – costuma ser associado à sensibilidade pós-moderna. Ao longo dessa discussão, analisa-se a ambigüidade do tropicalismo, ao aparecer como um movimento que questiona, paradoxalmente, as próprias premissas da concepção de movimento, como o caráter centralizador das vanguardas e a sua tendência a desvalorizar o presente em nome do futuro. Aliás, a absorção, pela canção popular em geral, de informações vanguardistas antes confinadas aos cenáculos eruditos e semi-eruditos (como os contraculturais), assim como o trânsito corrente do compositor popular entre as fronteiras do popular e do “elevado” e do nacional e do estrangeiro, são práticas relevadas pelos estudiosos de diversas áreas.

Música Popular e Modernismo

Os anos de 1920, 1930 e 1940 recebem, de igual forma, muita atenção dos pesquisadores de música, principalmente pelo fato de os músicos populares passarem a ser objeto de interesse por parte das instituições culturais dos sucessivos governos de Getúlio Vargas. A música – como o samba recém-criado – é analisada, neste período, como elemento importante no projeto de consolidação da identidade nacional. A institucionalização dos desfiles das escolas de samba no Rio de Janeiro, outrora relegadas a espaços marginais da cidade, como os morros do Estácio e da Mangueira, é examinada como fenômeno importante no processo de cooptação, pelo governo, das manifestações populares. Assim, analisa-se o caráter épico dos samba-enredos, em que se procura exaltar a natureza e a cultura nacionais. Dentre essa imensa variedade de representações do nacional, destaca-se o

ícone Carmem Miranda, na maioria das vezes vista como um estereótipo da brasilidade.

Destacam-se de igual modo as análises que buscam nas décadas de 1920 e 1930 um certo diálogo dos compositores populares com os poetas modernistas. No caso dos músicos, observam-se os pontos em comum de sua estética com a coloquialidade da poética de Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira, entre outros. Os poetas, por outro lado, são normalmente vistos em sua atitude “antropofágica” com relação à musicalidade popular, tomando como pressuposto que a “alteridade” que procuram em muito pode ser encontrada nos elementos “primitivos” e nas diversas etnias que tecem a nossa mestiçagem. *O Mistério do Samba*, de Hermano Vianna (1995b), e *O Encontro entre Bandeira e Sinhô*, de André Gardel (1996), são trabalhos representativos desse tipo de abordagem.

Alguns aspectos comportamentais do compositor popular em diversos momentos da história, como as suas facetas boêmia, marginal e malandra, costumam instigar os pesquisadores. Fenômenos como os da capoeira, associados à malandragem desde o século XIX, e os cenários noturnos e boêmios de Copacabana e de outros redutos do Rio de Janeiro tornam-se objeto de pesquisa, assim como a construção da idéia do malandro – ou a “dicção malandra no samba”, como profere Claudia Matos (1982 e 2001) –, na música, no teatro de revista e em outros meios populares. Em vários casos o discurso malandro é visto sob o prisma da flexibilidade, de uma saída possível em meio a um ambiente político e cultural hostil, tal como procede Gilberto Vasconcellos em *Música Popular: De Olho na Fresta* (1977). A atitude boêmia, analisada nas boates de Copacabana dos anos de 1950, freqüentadas por figuras sofisticadas, regadas a uísque e afeitas a crises existenciais, é geralmente associada a um ambiente desesperançado, a um clima *noir*, propício a desilusões amoro-

sas. Quando se observa a boemia nos redutos populares, lida-se com o personagem do marginal, do indivíduo socialmente desclassificado, que recorre à cachaça para esquecer a dor-de-cotovelo.

Canção Popular: Cultura de Massa e Discurso Pós-moderno

Outro fenômeno que desperta a atenção dos pesquisadores e provoca polêmicas é o da cultura de massa. Muitas vezes usa-se a categoria “indústria cultural” com conotação negativa, avaliando-se o depauperamento do produto artístico no intenso processo de comercialização que caracteriza o mundo contemporâneo. As abordagens pós-modernas tendem a ser mais complacentes com o mundo do *show business*, mostrando a possibilidade de se aliar a criatividade e a experimentação ao mero entretenimento. As escolas de samba, e mesmo as práticas carnavalescas mais recentes, como os trios elétricos, são analisados com cuidado especial pelos adeptos da “indústria cultural”, na medida em que são vistos a partir do critério da massificação. A canção popular, como não poderia deixar de ser, passa por avaliação semelhante quando observada a partir de seu comprometimento com o mundo do espetáculo. Se outras variáveis são colocadas em pauta, como a possibilidade de o compositor popular explorar as tecnologias disponíveis no mercado, ressaltam-se as condições flexíveis com que se depara no mundo atual, que lhe permitem aliar a sedução do grande público à experimentação. Nessa linha de trabalho que envolve a comunicação de massa, o rádio e a indústria fonográfica são bastante estudados, principalmente porque, ao emergirem com força no cenário dos anos de 1920 e 1930, aceleram o processo já em curso de comercialização da música popular. As décadas posteriores, de 1940 e 1950, são consideradas a época áurea do rádio, com destaque para a Rádio Nacional, cujos artistas, os

famosos cantores de lamê, alcançam grande repercussão popular.

Outros recortes trazem um ar de novidade, como os estudos de gênero ou os que discutem a questão da globalização. Estes últimos aparecem nas duas últimas décadas, ganhando espaços que antes eram majoritariamente ocupados pelos estudos biográficos ou por questões macrosociológicas, como a hegemonia do paradigma nacional-popular na década de 1960 ou a relação entre música popular e resistência política (nos anos de ditadura militar) e cultural (no que diz respeito à manutenção ou não de certas tradições através da música popular brasileira). Na maioria das vezes, procura-se entender as manifestações musicais contemporâneas recorrendo-se a teorias que dão conta do processo de globalização e da emergência dos discursos moderno e pós-moderno. Merecem destaque os estudos sobre os diversos tipos de bricolagem musical realizados em di-

ferentes cantos do país, como as criações musicais que reeditam a sensibilidade incorporativa do tropicalismo, ao misturar ritmos nacionais e estrangeiros, o movimento Mangue Beat, iniciado em Recife com o grupo de Chico Science, o pagode (paulistano e carioca), o *reggae*, o *funk* e o *hip-hop* em suas sucessivas versões regionais, e os ritmos baianos, do Oludum ao *axé music*. Entre esses trabalhos, alguns tiveram recepção significativa no Brasil, como *O Mundo funk* carioca, de Hermano Vianna, que alcançou três edições (1988, 1995 e 1997), e o mais recente de Micael Herschmann, *O Funk e o Hip-hop Invadem a Cena* (2000). É digno de menção – e também de uma edição brasileira – o livro organizado por Christopher Dunn e Charles Perrone e publicado pela Universidade da Flórida, *Brazilian Popular Music and Globalization* (2001a), com artigos de músicos (como Caetano Veloso) e de vários estudiosos de música popular no Brasil.

Bibliografia

Abreu, Felipe

2001 “A Questão da Técnica Vocal ou a Busca da Harmonia entre Música e Palavra”. *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.

Aguiar, Joaquim Alves de

1989 *Música Popular e Indústria Cultural*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IEL.

1989-1990 “Nasce uma Estrela”. *Revista USP*, 4: 65-68.

1991 “Memória do Rigor: Música Popular Brasileira”. In: *Anais do Congresso da Abralic*, Belo Horizonte.

1994 “Panorama da Música Popular”. In: Saul Sosonowski e Jorge Schwartz (orgs.), *Brasil: O Trânsito da Memória*, São Paulo, Edusp.

Aires, Mary Pimentel

1984 *Terra dos Sonhos: O Cearense na Música Popular Brasileira*. Fortaleza, SCDEC.

Albuquerque Junior, Durval Muniz de

1994 *O Engenho Anti-moderno: A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

- Almeida, Laura Beatriz Fonseca de
 1993 *Poeta na Medida do Possível: A Trajetória de Torquato Neto*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Alves, Arivaldo de Lima
 1995 *A Estética da Pobreza: Música, Política e Estilo*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, Escola de Comunicação.
- Anhanguera, James
 1978 *Corações Futuristas: Notas sobre a MPB*. Lisboa, A Regra do Jogo.
- Antônio, Irati *et al.*
 1988 *Bibliografia da Música Brasileira, 1977-1984*. São Paulo, ECA/USP.
- Araújo, Maria Thereza de
 1980 *O Cancioneiro do Vale*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Letras.
- Araújo, Mozart de
 1994 *Rapsódia Brasileira*. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará.
- Araújo, Paulo C.
 1999 *Eu Não Sou Cachorro Não: Memória da Canção Popular "Cafona"*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UNI-Rio.
- Araújo, Samuel & Fuks, Leonardo
 2001 "Práticas Vocais no Samba Carioca: Um Diálogo entre a Acústica Musical e a Etnomusicologia". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Ariza, Adonay
 1996 *A Música Brasileira no Contexto das Tendências Internacionais*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH.
- Armstrong, Piers
 2001 "Songs of Olodum: Ethnicity, Activism, and Art in a Globalized Carnival Community". In: Charles A. Perrone & Christopher Dunn (orgs.), *Brazilian Popular Music and Globalization*, Gainesville, University Press of Florida.
- Augusto, Paulo Roberto Peloso
 1996 *Tangos Brasileiros: Rio de Janeiro, 1870-1920*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Augras, Monique
 1993 "A Ordem na Desordem: A Regulamentação do Desfile das Escolas de Samba e a Exigência de 'Motivos Nacionais'". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21.
 1998 *O Brasil do Samba-enredo*. Rio de Janeiro, FGV.
- Avancini, Maria Marta Picarelli
 1996 *Nas Tramas da Fama: As Estrelas do Rádio em sua Época Áurea – Brasil, Anos 40 e 50*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH.

- Avelar, Idelber
 2001 "Defeated Rallies, Mournful Anthems, and the Origins of Brazilian Heavy Metal".
In: Charles A. Perrone & Christopher Dunn (orgs.), Brazilian Popular Music and Globalization, Gainesville, University Press of Florida.
- Ayala, Maria Igenes Novais
 1988 *No Arranco do Grito: Aspectos da Cantoria Nordestina*. São Paulo, Ática.
- Baldelli, Débora
 2000 *O Hip-hop na Cena Carioca: Uma Etnografia no Bairro da Lapa*. Monografia, Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Sociologia e Política.
- Barros, Laan Mendes de
 1994 *Consumo da Canção de Consumo: Uma Análise dos Processos de Recepção da Música Popular Brasileira por Jovens Universitários*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, ECA.
- Barros, Orlando de
 1995 *Custódio Mesquita, um Compositor Romântico: O Entretenimento, a Canção Sentimental e a Política no Tempo de Vargas (1930-1945)*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Bastos, Rafael José de Menezes
 1996 "A 'Origem do Samba' como Invenção do Brasil (por que as canções têm música?)". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31.
- Batista, Josias Soares
 1987 *A Música de Luiz Gonzaga: Literatura e Fonte de Pesquisa*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Letras.
- Behage, Gerard
 1973 "Bossa and Bossas: Recent Changes in Brazilian Urban Popular Music". *Ethnomusicology*, XVII (2), maio.
 1980 "Brazilian Musical Values of the 1960s and 1970s: Popular Urban Music from Bossa Nova to Tropicália". *Journal of Popular Culture*, 13: 3.
- Beltrão Junior, Synval
 1993 *A Musa-mulher na Canção Brasileira*. São Paulo, Estação Liberdade, 1993.
- Bento, Maria Aparécida
 1990 *Cantar Paulistano: Adoniram Barbosa*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Escola de Comunicação e Artes.
 1998 *São Paulo Sonora nos Anos 60: A Canção Popular*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, Escola de Comunicação e Artes.
- Berlinck, Manoel T.
 1976 "Sossega Leão: Algumas Considerações sobre o Samba como Forma de Cultura Popular". *Contexto*, 1.
 1984 *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas, Papirus.

- Blikstein, Isidoro
1988 "Notas sobre o Artigo *Sérgio Ricardo na Praça do Povo*". *Revista Brasileira de História*, 8 (15), set. 1987/fev. 1988.
- Borges, Beatriz
1982 *Samba-canção: Fratura e Paixão*. Rio de Janeiro, Codecri.
- Braga, Paulo César
2000 "How to Organize a Movement: Caetano Veloso's Tropical Path". *Studies in Latin America Popular Culture*, 19.
- Brito, Ieda M.
1986 *Samba na Cidade de São Paulo: Um Exercício de Resistência Cultural (1900-1930)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, FFLCH.
- Buarque de Hollanda, Heloísa & Messeder Pereira, Carlos Alberto
1980 *Patrulhas Ideológicas Marca Reg*. Rio de Janeiro, Brasiliense.
1981 *Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde, 1960-1970*. São Paulo, Brasiliense.
- Buarque de Hollanda, Heloísa & Gonçalves, Marcos A.
1985 *Cultura e Participação nos Anos 60*. São Paulo, Brasiliense.
- Bugalho, Sérgio
2001 "O Poema como Letra de Canção". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Calado, Carlos
1990 "Notas sobre a Música Popular Brasileira e o Jazz". In: _____. *O Jazz como Espectáculo*, São Paulo, Perspectiva.
- Caldas, Waldenyr
1979 *Acorde na Aurora: Música Sertaneja e Indústria Cultural*. São Paulo, Editora Nacional, 2 ed.
1987 *O que É Música Sertaneja*. São Paulo, Brasiliense.
1989 *Iniciação à Música Popular Brasileira*. 2. ed. São Paulo, Ática.
1995 *Luz Néon: Canção e Cultura na Cidade*. São Paulo, Studio Nobel/Sesc.
- Caldeira, Jorge
1982 *Noel Rosa: De Costas para o Mar*. Rio de Janeiro, Brasiliense.
1988 *Voz Macia: O Samba como Padrão de Música Popular Brasileira, 1917-1939*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Campo, Mônica Brincalepe
1995 *Desafio e Vicissitudes Político-culturais das Esquerdas*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

- Caretta, Álvaro Antônio
 1997 *Paixão no Samba-canção: Uma Leitura Semiótica*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Carmo, Laura Aparecida F.
 1988 "A Tradição ainda Canta: Alguns Aspectos da Poesia da Canção Caipira". *Letras Vernáculas*, UFRJ.
- Carmo, Maurício Martins do
 2001 "‘Dá Licença de Contar’: Quatro Interpretações de ‘Saudosa Maloca’". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Carvalho, Gilberto de
 1982 *Chico Buarque: Análise Poético-musical*. Rio de Janeiro, Codecri.
- Carvalho, José Jorge & Segato, R. L.
 1994 "Sistemas Abertos e Territórios Fechados: Para uma Nova Compreensão das Relações entre Música e Identidades Sociais". *Série Antropologia*, 164.
- Carvalho, Luiz Fernando Medeiros de
 1978 *A Jura e o Critério da Platéia no Samba de Ismael Silva*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Letras.
- Carvalho, Martha de Ulhôa
 1991 *Música Popular em Montes Claros, Minas Gerais, Brasil: A Study of a Middle Class Popular Music Aesthetics in the 1980's*. Tese de doutorado, Cornell University.
 1994 "Tupi or Not Tupi: MPB Popular Music and Identity in Brazil". In: David Hess & Roberto da Matta (eds.), *The Brazilian Puzzle: Culture on the Borderlands of the Western World*, Nova York, Columbia University Press.
- Carvalho, Regina
 1994 *O Amor e o Amendoim: Da Poética de João Bosco à Leitura da MPB*. Dissertação de mestrado, Florianópolis, UFSC, Centro de Comunicação e Expressão.
- Castagna, Paulo & Schwarz, Werner
 1993 "Uma Bibliografia do Violão Brasileiro (1916-1990)". *Revista Música*, ECA/USP, 4 (2): 190-218.
- Castro, Luis Edmundo de
 2000 *Modernidade e Crítica na Música Popular Brasileira dos Anos 50*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFF, Ciências das Artes.
- Cavalcanti, Maria Laura
 1994 "Alegorias Carnavalescas: Uma Arte Coletiva". *Piracema*, 2 (2).
 1995 *Carnaval Carioca: Dos Bastidores ao Desfile*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
 1996-1997 "A Cidade e o Samba". *Revista USP*, 32.
- Cazes, Henrique
 1998 *Choro: Do Quintal ao Municipal*. São Paulo, Editora 34.

- Chaves, Celso Loureiro
 2000 "Memórias do Passado no Presente: A Fenomenologia de *Transa*. *Studies in Latin American Popular Culture*, 19.
- Cleto, Ciley
 1996 *Blanc/Bosco: Arte e Resistência*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Coelho, Frederico Oliveira
 1999 *Canção de Protesto – Cultura, Poder e História na Música Popular Brasileira dos Anos 60*. Monografia, Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS.
 2002 *Eu, Brasileiro, Confesso Minha Culpa e Meu Pecado: Cultura Marginal no Brasil dos Anos 60 e 70*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS.
- Cohen, Sara
 1988 *Obra Pianística de Ernesto Nazareth: Uma Aplicação Didática*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ.
- Contier, Arnaldo Daraya
 1986 *Brasil Novo: Música, Nação e Modernidade*. Tese de livre-docência, São Paulo, USP, FFLCH.
 1991 "Música no Brasil: História e Interdisciplinaridade: Algumas Interpretações (1926-1980)". *Anais do Simpósio da ANPUH*. São Paulo, CNPq-Infour.
 1998 "Edu Lobo e Carlos Lyra: O Nacional e o Popular na Canção de Protesto (Anos 60)". *Revista Brasileira de História*, 35.
- Correa, Tupã Gomes
 1987 *Mercado da Música: Disco e Alienação*. São Paulo, Expert.
- Crook, Larry
 1993 "Black Consciousness, Samba-reggae and the Re-Africanization of Bahia Carnival Music in Brazil". *The World of Music*, 35 (2).
 2001 "Turned-around Beat: *Maracatu de Baque Virado* and Chico Science". In: Charles A. Perrone & Christopher Dunn (orgs.), *Brazilian Popular Music and Globalization*, Gainesville, University Press of Florida.
- Cunha, Fabiana Lopes
 2000 *Da Marginalidade ao Estrelato: O Samba na Construção da Nacionalidade (1917-1945)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, FFLCH.
- Cyntrão, Sylvia & Chaves, Chico
 1999 *Da Paulicéia à Centopéia Desvairada: As Vanguardas e a MPB*. Rio de Janeiro, Elo.
- Da Matta, Roberto
 1993 "O Poder Mágico da Música de Carnaval: Decifrando Mamãe Eu Quero". In: _____. *Conta de Mentiroso: Sete Ensaios de Antropologia Brasileira*, Rio de Janeiro, Rocco.

- Dantas, José Maria de Souza
1988 *MPB: O Canto e a Canção*. Rio de Janeiro, Livro Técnico.
- Dias, Carlos Eduardo de Moraes
1997 *Canção Popular: Propaganda Ideológica e a Era Vargas*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, Escola de Comunicação e Artes.
- Dias, Márcia
1997 *Sobre a Mundialização da Indústria Fonográfica no Brasil, Anos 70-90*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH.
- Dias, Rosa Maria
1994 *Lupicínio e a Dor-de-Cotovelo*. Rio de Janeiro, Leviatã.
- Diniz, Júlio
1987 *Uns Caetanos: Estudo de Composições*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Letras.
1998 *Música e Literatura*. Monografia apresentada no Seminário Permanente de Literatura Comparada, Rio de Janeiro, SEPLIC/Ed. UFRJ.
2000 "Na Clave do Moderno: Algumas Considerações sobre Música e Cultura". *Semear – Revista da Cátedra Padre Antônio Vieira de Estudos Portugueses*, Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Letras.
2001 "A Voz como Construção Identitária". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Duarte, Fernando José Carvalhaes
2001 "A Sílabas (Tonta de Tanto Tom) na Boca das Eras: Notação Prosódica da Música Brasileira". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Dunn, Christopher
2001 *Brutality Garden: Tropicalia and the Emergence of a Brazilian Counterculture*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- Dunn, Christopher & Perrone, Charles (orgs.)
2001a *Brazilian Popular Music and Globalization*. Gainesville, University Press of Florida.
2001b "Tropicália, Counterculture, and the Diasporic Imagination in Brazil". In: Charles A. Perrone & Christopher Dunn (orgs.), *Brazilian Popular Music and Globalization*, Gainesville, University Press of Florida.
- Esteves, Antônio
1997 "O Baile do Samba com EL Tango". *Revista Cultural Latinoamericana*, 6.
- Farias, Patrícia S. de
1993 *O Território do Rock Brasil: Música Popular e Nacionalidade nos Anos 80*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, Escola de Comunicação.
- Favaretto, Celso F.
1993 "Imagens do Migrante na Música Popular Brasileira". *Travessia*, 6 (17).
1996 *Tropicália: Alegoria, Alegria*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2 ed.

- Fernandes, Adriana
1995 *O Balanço de Chiquinha Gonzaga: Do Carnaval à Opereta*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IA.
- Ferreti, Mundicarmo
1983 *Na Batida do Baião, no Balanço do Forró*. Dissertação de mestrado, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Feitosa, Vera Cristina Rodrigues
1974 "Música e Silêncio em Chico Buarque de Holanda". *Revista Brasileira de Linguística*, 1.
- Ferreira, Hygia Therezinha Calmon
1985 "E Assim Começou a Viagem do Argonauta Caetano Veloso". In: Carlos Daghlian (org.), *Poesia e Música*, São Paulo, Perspectiva.
- Ferreira, Nadiá P.
1972 "Tropicalismo: Retomada Oswaldiana". *Revista de Cultura Vozes*, 10, dez.
- Ferreira Neto, Manoel
1973 *Samba na Cidade*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
- Ferreti, Mundicarmo
1988 *Baião de Dois: A Música de Zé Dantas e Luiz Gonzaga no seu Contexto de Produção e sua Atualização na Década de 70*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana.
- Fialho, Carmela Roseli Palmieri Parente
1994 *Tropicália ou Panis et Circensis: No País do Rei da Vela*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, Departamento de História.
- Fiúza, Alexandre
2001 *Entre Cantos e Chibatas: A Pobreza em Rima Rica nas Canções de João Bosco e Aldir Blanc*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, Faculdade de Educação.
- Fonseca, Ana C. C.
1997 "História Social do Piano. Nacionalismo, Modernismo. Rio de Janeiro (1808-1922)". *Escola de Música*, UFRJ.
- Fontes, Maria Helena Sansão
1999 *Sem Fantasia: Masculino-Feminino em Chico Buarque*. Rio de Janeiro, Graphia Editorial (Série Temas e Reflexões, VII).
- Freitag, Lea Venocour
1985 *Momentos de Música Brasileira*. São Paulo, Nobel.
- Freitas, Sergio Paulo Ribeiro de
1995 *Teoria da Harmonia Popular: Uma Definição das Relações de Combinação entre os Acordes da Harmonia Tonal*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Unesp, Instituto de Artes.

- Fry, Peter
1982 "Feijoada e *Soul Food*: Notas sobre a Manipulação dos Símbolos Étnicos e Nacionais". In: _____. *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Fry, Peter; Carrara, Sérgio & Martins-Costa, Ana Luiza
1988 "Negros e Brancos no Carnaval da Velha República". In: João José Reis (org.), *Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o Negro no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.
- Furtado, João Pinto
1997 "A Música Popular Brasileira dos Anos 60 aos 90: Apontamentos para o Estudo das Relações entre Linguagem e Práticas Sociais". *Pós-História* (revista de pós-graduação em História), Assis, Unesp, vol. 5.
1998 "A Música Popular no Ensino de História: Potencialidades e Limites". In: Francisco Carlos Teixeira da Silva (org.), *História – Cinema, Cidades, Música, Pintura, Narrativas, Iconografia*, Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, Programa de Pós-Graduação em História Social.
- Galvão, Walnice Nogueira
1976 "MMPB: Uma Análise Ideológica". In: _____. *Saco de Gatos: Ensaio Crítico*, São Paulo, Livraria Duas Cidades.
1982 "Sem Malandragem, um Marginal Poeta: Noel Rosa". In: _____. *Noel Rosa. História da Música Popular Brasileira*, São Paulo, Abril Cultural.
- Garcia, Tânia da Costa
1999 "A Canção Popular e as Representações do Nacional no Brasil dos Anos 30: A Trajetória Artística de Carmem Miranda". *História – Questões & Debates*. MPB, Editora UFPR, ano 16, 31, jul./dez. (publicação semestral da Associação Paranaense de História (APAH) e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, pp. 67-94).
- Garcia, Walter
1996 "Os Mutantes de São Paulo". *Revista de Cultura Vozes*, 4, jul./ago.
- Gardel, André
1996 *O Encontro entre Bandeira e Sinhô*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração.
- Gava, José Estevam
1994 *A Linguagem Harmônica da Bossa Nova*. Dissertação de mestrado, São Paulo, IA/Unesp.
- Giani, L. A. A.
1985 *A Música de Protesto: Do Subdesenvolvido à Canção do Bicho e Proezas de Satanás (1962-1966)*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH.
- Godi, Antonio J. V. dos Santos
1997 "Música Afro-carnavalesca: Das Multidões para o Sucesso das Massas Elétricas". In: Lívio Sansone & Jocélio Teles dos Santos (orgs.), *Ritmos em Trânsito: Sócio-an-*

- tropologia da Música Baiana*, São Paulo/Salvador, Dynamis Editorial/Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A.
- 2001 "Reggae in Bahia: A Case of Long-distance Belonging". In: Charles A. Perrone & Christopher Dunn (orgs.), *Brazilian Popular Music and Globalization*, Gainesville, University Press of Florida.
- Godoy, Maria Lucia
1999 *Edu Lobo, Muitos Palcos e uma Arena: Lirismo e Protesto na Música Popular Brasileira*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, Escola de Comunicações e Artes.
- Góes, Fred
2001 "Antropofagia, Tropicalismo e Multiculturalismo: Um Trajeto". In: Nízia Villaça & Fred Góes (orgs.), *Nas Fronteiras do Contemporâneo: Território, Identidade, Arte, Moda, Corpo e Mídia*, Rio de Janeiro, Mauad.
- Goldfeder, Miriam
1980 *Por Trás das Ondas da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Gomes, Marília Cerqueira
2001 "De Memória, Ética e Utopia na Lira da Legião Urbana: Uma Leitura da Canção 'Há Tempos'". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Gomes, Tiago de Melo
1998 *Lenço no Pescoço: O Malandro no Teatro de Revista e na Música Popular – "Nacional", "Popular" e Cultura de Massas nos Anos de 1920*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH.
1999 "Estudos Acadêmicos sobre a Música Popular Brasileira: Levantamento Bibliográfico e Comentário Introdutório". *História – Questões & Debates*. MPB, Editora UFPR, ano 16, 31, jul./dez. (publicação semestral da Associação Paranaense de História (APAH) e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, pp. 95-111).
- Gonçalves, João Carlos
1993 *O Estranho Estrangeiro de Caetano Veloso*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC, Departamento de Comunicação.
- Grosso, Luís Antônio
1996 *O Rock e a Formação do Mercado de Consumo Cultural Juvenil: A Participação da Música Pop-rock na Transformação da Juventude em Mercado Consumidor de Produtos Culturais, Destacando o Caso do Brasil e os Anos 80*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Guerreiro, Almerinda de Sales
1999 *A Trama dos Tambores: O Samba-reggae – Invenção Rítmica do Meio Musical de Salvador, Bahia, Brasil*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, FFLCH.
- Guerreiro, Goli
1997 "Um Mapa em Preto e Branco da Música na Bahia: Territorialização e Mestiçagem no Meio Musical de Salvador (1987/1997)". In: Lívio Sansone & Jocélio Teles dos Santos (orgs.), *Ritmos em Trânsito: Sócio-anthropologia da Música Baiana*, São Paulo/Salvador, Dynamis Editorial/Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A.

- Guimarães, Antônio Carlos Machado
 1985 *A Nova Música Popular de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IEL.
- Guimarães, Selma Santa Rosa Moreira e
 1989 *O Discurso Amoroso na MPB*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IEL.
- Guimarães, Valéria Lima
 2001 *O PCB Cai no Samba: Os Comunistas e a Cultura Popular (1945-1950)*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ.
- Harvey, John
 2001 "Cannibals, Mutants and Hipsters: the Tropical Revival". In: Charles A. Perrone & Christopher Dunn (orgs.), *Brazilian Popular Music and Globalization*, Gainesville, University Press of Florida.
- Herschmann, Micael
 1997 (org.). *Abalando os Anos 90 – Funk e Hip-hop. Globalização, Violência e Estilo Cultural*. Rio de Janeiro, Rocco.
- 2000 *O funk e o Hip-hop Invadem a Cena*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- 2001 "Um Tapinha Não Dói: Funk – Zona de Contato da Cidade do Rio de Janeiro". In: Nízia Villaça & Fred Góes (orgs.), *Nas Fronteiras do Contemporâneo: Território, Identidade, Arte, Moda, Corpo e Mídia*, Rio de Janeiro, Mauad.
- Hoisel, Eveline
 1994 "Tropicalismo: Algumas Reflexões Teóricas". *Brasil/Brazil*, 127.
- Honório Filho, Wolney
 1998 *No Ar: Amores Amáveis*. Tese de doutorado, São Paulo, PUC, Departamento de História.
- Ikeda, Alberto Tsuyoshi
 1988 *Música em Tempo de Transformação: São Paulo, 1900-1930*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Escola de Comunicação e Artes.
- 1995 *Música Política: Imanência do Social*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, Escola de Comunicação e Artes.
- Jambeiro, Othon
 1975 *A Canção de Massa: As Condições de Produção*. São Paulo, Pioneira.
- José, Carmem Lúcia
 1991 *Isto É Brega: Isto É Brega*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Escola de Comunicação e Artes.
- Kiefer, Bruno
 1977 *A Modinha e o Lundu: Duas Raízes da Música Popular Brasileira*. Porto Alegre, Movimento.
- Lenharo, Alcir
 1985 "Luzes da Cidade". *Óculum*, 1.

- 1995 *Cantores do Rádio: A Trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o Meio Artístico de seu Tempo*. Campinas, Ed. Unicamp.
- 1997 "Artistas de Massa e Sociedade: Uma Reavaliação Político-cultural". In: Ângela M. C. Araújo (org.), *Trabalho, Cultura e Cidadania: Um Balanço da História Social Brasileira*, São Paulo, Scritta.
- Leopoldi, José Sávio
1978 *Escola de Samba: Ritual e Sociedade*. Petrópolis, Vozes.
- Lima, Ari
1997 "O Fenômeno Timbalada: Cultura Musical Afro-pop e Juventude Baiana Negromestiça". In: Lívio Sansone & Jocélio Teles dos Santos (orgs.), *Ritmos em Trânsito: Sócio-antropologia da Música Baiana*, São Paulo/Salvador, Dynamis Editorial/Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A.
- 2001 "Black or *Brau*: Music and Subjectivity in a Global Context". In: Charles A. Perrone & Christopher Dunn (orgs.), *Brazilian Popular Music and Globalization*, Gainesville, University Press of Florida.
- Lins, Elizabeth Travassos
1992 "Repertórios Tradicionais e Indústria Cultural: Quem Ganha e Quem Perde". *Art*, 21.
- Lopes, Conceição
1999 *A Letra Brasileira de Paulo César Pinheiro – Literatura e Identidade Cultural*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, Jornalismo.
- Lopes, Paulo Eduardo
1996 *A Desinvenção do Som: A Dialógica do Tropicalismo*. Tese de doutorado, USP, FFLCH.
- Louzada Filho, O. C.
1979 "A Festa da Bossa: Impacto, Sintaxe e Declínio". *Arte em Revista*, 2, ano I, maio/ago.
- Lucas, Maria Elizabeth
1992 "Música Popular: A Porta ou Aporta na Academia?". *Em Pauta*, 4 (6).
- Lucchesi, Ivo & Diaguez, Gilda
1993 *Caetano, Por que Não? Uma Viagem entre a Aurora e a Sombra*. Rio de Janeiro, Leviatã.
- Lühning, Ângela
1997 "O Compositor Mozart Camargo Guarnieri e o Segundo Congresso Afro-brasileiro em Salvador, 1937 (homenagem póstuma)". In: Lívio Sansone & Jocélio Teles dos Santos (orgs.), *Ritmos em Trânsito: Sócio-antropologia da Música Baiana*, São Paulo/Salvador, Dynamis Editorial/Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A.
- 2001 "Música: Palavra-chave da Memória". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.

- Magaldi, Cristina
 1999 "Adopting Imports New Images and Alliances in Brazilian Popular Music of the 1990's". *Popular Music*, 18 (3): 309-329.
- Maia, Luis Paulo
 1982 *Tropicalismo: A Polêmica Trajetória de Caetano Veloso e Gilberto Gil*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ.
- Maltz, Bina
 1993 *Antropofagia e Tropicalismo*. Porto Alegre, Editora da Universidade.
- Maya, Ivone da Silva Ramos
 2001 "Musicalidades Subentendidas no Modernismo Brasileiro". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Mammi, Lorenzo
 1996 "Erudito/Popular". In: Márcia Paiva & Maria Ester Moreira (orgs.), *Cultura: Substantivo Plural*, Rio de Janeiro/São Paulo, CCBB/Editora 34.
 1992 "João Gilberto e o Projeto Utópico da Bossa Nova". *Novos Estudos CEBRAP*, 34.
- Martins, J. B.
 1978 *Antropologia da MPB: Natureza, Ritmo, Texto, Cultura*. São Paulo, Obelisco.
- Martins, José de Souza
 1974 "Viola Quebrada". *Debate e Crítica*, 4.
 1975 "Música Sertaneja: A Dissimulação na Linguagem dos Humilhados". In: _____. *Capitalismo e Tradicionalismo: Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil*, São Paulo, Pioneira.
- Martins, Lúcia M.
 1986 "Irmãs do Samba: O Papel da Mulher no Universo da Escola de Samba". EBA/UFRJ.
- Matos, Claudia Neiva
 1982 *Acertei no Milhar: Samba e Malandragem no Tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 2001 "Dicções Malandras no Samba". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Matos, Maria Izilda Santos de.
 1996a "O Masculino, o Feminino e suas Relações em Lupicínio Rodrigues". *Arrebalde*, 2.
 1996b "No Cotidiano da Boemia". *Revista Brasileira de História*, 32.
 1996c *Melodia e Sintonia em Lupicínio Rodrigues: O Feminino, o Masculino e suas Relações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
 1997 *Dolores Duran: Experiências Boêmias em Copacabana dos Anos 60*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
 1999 "História e Música: Pensando a Cidade como Territórios de Adoniran Barbosa".

- História – Questões & Debates*. MPB, Editora UFPR, Ano 16, 31, jul./dez. (publicação semestral da Associação Paranaense de História/APAH e do Programa de Pós Graduação em História da UFPR).
- 2000 *Meu Lar É o Botequim: Alcoolismo e Masculinidade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Matos, Maria Izilda S. & Faria, Fernando A.
1995 “Desvendando os Perfis do Samba-canção: As Relações Feminino e Masculino em Lupicínio Rodrigues”. *História e Perspectiva*, 12-13.
- Matta, Gildete Matos da
1981 *Samba, Marginalidade e Ascensão*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS.
- McGowen, Chris & Pessanha, Ricardo
1998 *The Brazilian Sound: Samba, Bossa Nova and the Popular Music of Brazil*. 2 ed. Philadelphia, Temple University Press.
- Medaglia, Júlio
1989-1990 “Assim Não Dá!...”. *Revista USP*, 4: 69-72.
- Medeiros, Fernanda
2001 “‘Pipoca Moderna’: Uma Lição – Estudando Canções e Devolvendo a Voz ao Poema”. *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Medeiros, Paulo de Tarso
1986 *A Nova Sensibilidade em Algumas Canções de Consumo: Digressão Introdutória do Estudo do Problema da Dimensão Contracultural*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IEL.
- Medeiros, Thais Gomes
2000 *“A Lágrima Clara sobre a Pele Escura”: Um Estudo Comparativo entre o Samba e o Fado*. Monografia, Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Sociologia e Política.
- Medina, Carlos Alberto
1973 *Música Popular e Comunicação: Um Ensaio Sociológico*. Petrópolis, Vozes.
- Meihy, José Carlos Sebe Bom
1986 *Carnaval, Carnavais*. São Paulo, Ática.
- Mello, João Baptista Ferreira de
1990 *O Rio de Janeiro dos Compositores da Música Popular Brasileira: Uma Introdução à Geografia Humanística*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- Menezes, Adélia
1997 “O Eterno Feminino: Modulações a Propósito das Letras de Chico Buarque”. *Literatura e Sociedade*, 2.
- Miranda, Dilmar Santos de
2001 *Tempo da Festa X Tempo do Trabalho: Transgressão e Carnavalização na Belle Épo-*

- que *Tropical*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Moby, Alberto Ribeiro da Silva
 1992 "O Lugar do Samba: As Relações entre o Samba e o Espaço Urbano no Estado Novo". *Cadernos ICHF*, 72.
- 1994 *Sinal Fechado: A Música Popular Brasileira sob Censura*. Rio de Janeiro, Obra Aberta.
- 1999 "A Breve e Profícua Vida do Compositor Popular Julinho da Adelaide". *História – Questões & Debates*. MPB, Editora UFPR, ano 16, 31, jul./dez. (publicação semestral da Associação Paranaense de História /APAH e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR).
- Moehn, Frederick
 2000 "In the Tropical Studio: MPB Production in Transition". *Studies in Latin American Popular Culture*, 19.
- 2001 "Good Blood in the Veins of this Brazilian Rio, or a Cannibalist Transnationalism". In: Charles A. Perrone & Christopher Dunn (orgs.), *Brazilian Popular Music and Globalization*. Gainesville, University Press of Florida.
- Monteiro, Lúcia M. de O.
 1983 *Análise Litero-musical de um dos Aspectos da Obra de Caetano Veloso*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação.
- Montes, Maria Lúcia
 1996-1997 "O Erudito e o que É Popular ou Escolas de Samba: A Estética Negra de um Espetáculo de Massa". *Revista USP*, 32.
- Moraes, José Geraldo Vinci de
 1989 *As Sonoridades Paulistanas: A Música Popular na Cidade de São Paulo (Final do Século XIX ao Início do Século XX)*. São Paulo. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC, Departamento de História.
- 1994 "Sonoridades Urbanas". *Revista de Cultura Vozes*, 87 (3).
- 1997 "Sonoridades Paulistanas: A Música Popular na Cidade de São Paulo (Fim do Século XIX, Início do Século XX)". São Paulo, Funarte/Bienal.
- 1998a "Música, Futebol e Arte". *Página Central*, 6.
- 1998b *Metrópole em Sinfonia: História, Cultura e Música Popular em São Paulo nos Anos 30*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- 2000 *Metrópole em Sinfonia: História, Cultura e Música Popular na São Paulo dos Anos 30*. São Paulo, Estação Liberdade.
- Moraes, J. L. M.
 1997 "A Fina Flor da Música Popular Brasileira: Estudo da Autoria Feminina no Cançãoeiro Popular". *Letras Vernáculas*, UFRJ.

- Moreira, Roberto Sábato Cláudio
 1997 "Malandragem e Identidade". *Série Sociológica*, 147.
 1998 *Malandragem e Identidade*. Brasília, Ed. UnB.
- Morelli, Rita
 1991 *A Indústria Fonográfica: Um Estudo Antropológico*. Campinas, Ed. Unicamp.
- Mukuna, Kazadi Wa
 s.d. *Contribuição Bantu na MPB*. São Paulo, Global.
- Murphy, John
 2001 "Self-discovery in Brazilian Popular Music: Mestre Ambrósio". In: Charles A. Perrone & Christopher Dunn (orgs.), *Brazilian Popular Music and Globalization*, Gainesville, University Press of Florida.
- Napolitano, Marcos
 1998a *Seguindo a Canção: Engajamento Político e Indústria Cultural na Trajetória da Música Popular Brasileira (1959-1969)*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
 1998b "Pretexto, Texto e Contexto na Análise da Canção". In: Francisco Carlos Teixeira da Silva (org.), *História – Cinema, Cidades, Música, Pintura, Narrativas, Iconografia*, Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, Programa de Pós-Graduação em História Social.
 1998c "A Invenção da Música Popular Brasileira: Um Campo de Reflexão para a História Social". *Latin American Music Review*, 19 (1).
 1999a "O Conceito de 'MPB' nos Anos 60". *Revista História – Questões & Debates. MPB*, Editora UFPR, ano 16, 31, jul./dez. (publicação semestral da Associação Paranaense de História/APAH e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR).
 1999b "Tradição e Modernidade: João Gilberto e a Revolução Musical Brasileira". *História – Questões & Debates. MPB*, Editora UFPR, ano 16, 31, jul./dez. (publicação semestral da Associação Paranaense de História/APAH e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR).
- Napolitano, Marcos; Amaral, Maria Cecília & Borja, Wagner Cafagni
 1986-1987 "Linguagem e Canção: Uma Proposta para o Ensino de História". *Revista Brasileira de História*, 13.
- Napolitano, Marcos e Villaça, Mariana
 1998 "Tropicalismo: Relíquias do Brasil em Debate". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 18 (35): 53-75.
- Nascimento, Antônio Adriano
 1990 *A Influência da Habanera nos Tangos de Ernesto Nazareth*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, ECA.
- Naves, Santuza Cambraia
 1988a *Objeto Não Identificado: A Trajetória de Caetano Veloso*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional.

- 1988b Artigo sobre Caetano Veloso publicado na seção "Vice-versa". *Verve*, 15, set. 1988.
- 1992 "Caetano Veloso: Moderno, Pós-moderno, ou, Noutras Palavras, Muito Romântico?" *Antropologia Social/Comunicações do PPGAS*, 1, abr., Museu Nacional/UFRJ.
- 1995 "Modéstia à Parte, meus Senhores, Eu Sou da Vila: A Cidade Fragmentada de Noel Rosa". *Estudos Históricos*, 16.
- 1998a *O Violão Azul: Modernismo e Música Popular*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- 1998b "E Onde Queres Romântico, Burguês". *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, 2 (1/2), jan./dez.
- 2000 "Da Bossa Nova à Tropicália: Contenção e Excesso na Música Popular". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (43).
- 2001a *Da Bossa Nova à Tropicália*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor (coleção Descobrimos o Brasil).
- 2001b "A Canção Crítica". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Neiva Moreira, Maria Micaela Bissio
- 1999 *Do samba Eu Não Abro Mão: Chico Buarque nos Anos 60*. Monografia, Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Sociologia e Política.
- Nogueira, Ilza Maria Costa
- 1995 "Análise Musical e a Perspectiva Histórica". *Boletim do Núcleo de Estudos Avançados da UFRGS*, 2.
- Noronha, Celi Borima de
- 1994 *Tribos Urbanas: Uma Visualidade Brasileira na Arte do Carnavalesco: Escolas de Samba Paulistas*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Escola de Comunicação e Artes.
- Noronha, Míriam Porto
- 1994 *Dimensões da Vida Urbana sob o Olhar de Chico Buarque*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC, Departamento de História.
- Novaes, Regina Reyes
- 1999 "Ouvir para Crer: Os Racionais e a Fé na Palavra". *Religião e Sociedade*, 20 (1).
- Oliveira, Cláudia Maria Silva de
- 1996 *Quando Canta o Brasil: A Rádio Nacional e a Construção de uma Identidade Nacional Popular (1936-1945)*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PUC, Departamento de História.
- Oliveira, Fátima Amaral Dias de
- 1990 *Trilha Sonora: Topografia Semiótica Paulistana nas Canções Independentes das Décadas de Setenta e Oitenta*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH.
- Oliveira, Jamary
- 1992 "Reflexões Críticas sobre a Pesquisa em Música no Brasil". *Em Pauta*, 4 (5).

- Oliveira, José Luiz
 1990 *Uma Estratégia de Controle: A Relação do Poder do Estado com as Escolas de Samba do Rio de Janeiro no Período de 1930 a 1985*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ.
- Oliveira, Sérgio Fernando Campanella de
 1999 *Dicção dos Intérpretes na Canção Popular: Uma Abordagem Semiótica*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- Oliven, Ruben George
 1984 "O Dinheiro na Música Popular Brasileira". *Latin American Music Review*, 5 (1).
 1985 "A Antropologia e a Cultura Brasileira". *Cadernos de Estudos*, 12.
 1986 "A Malandragem na Música Popular Brasileira". In: _____. *Violência e Cultura no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 3 ed.
 1988 "The Woman Makes (and Breaks) the Man: The Masculine Imagery in Brazilian Popular Music". *Latin American Music Review*, 9 (1).
- Paiano, Enor
 1994 *O Berimbau e o Som Universal: Lutas Culturais e Indústria Fonográfica nos Anos 60*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Escola de Comunicação e Artes.
 1996 *Tropicalismo: Bananas ao Vento no Coração do Brasil*. São Paulo, Scipione.
- Paiva, Vera Lúcia
 1996 "A Língua inglesa aos Olhos dos Sambistas". *Signótica*, 7.
- Paranhos, Adalberto
 1990 "Novas Bossas e Velhos Argumentos: Tradição e Contemplação na MPB". *História e Perspectivas*, 3.
- Pécora, Alcir & Franchetti, Paulo
 1987 *Caetano Veloso*. 2 ed. São Paulo, Nova Cultural.
- Pederiva, Ana Bárbara Aparecida
 1998 *Jovens Tardes de Guitarras, Sonhos e Emoções: Fragmentos do Movimento Musical-cultural Jovem Guarda*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC, Departamento de História.
- Pedro, Antônio
 1980 *Samba da Legitimidade*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Pedrosa, Henrique
 1988a *Música Popular Brasileira Estilizada: O Popular e o Erudito na Cultura Brasileira – O Caso da Música*. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula.
 1988b *Metodologia Marxista na Historiografia da Música no Brasil*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Conservatório Nacional de Música.

- Pereira, Carlos Alberto Messeder
 1995 *Reinventando a Tradição. O Mundo do Samba Carioca: O Movimento de Pagode e o Bloco Cacique de Ramos*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ, Escola de Comunicação.
- Pereira, João Baptista Borges
 1970 "O Negro e a Comercialização da Música Popular Brasileira". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 8.
- 2001 *Cor, Profissão e Mobilidade: O Negro no Rádio de São Paulo*. São Paulo, Edusp.
- Pereira, Simone Luci
 1998 *Bossa Nova: É Sal, É Sol, É Sul: Música e Experiências Urbanas no Rio de Janeiro (1954-1964)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC, História Social.
- Peres, Thalita Maria Cardoso
 1995 *Os Tangos para Piano de Chiquinha Gonzaga: Uma Análise Descritiva*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Conservatório Brasileiro de Música.
- Perrone, Charles A.
 1982 "A Música Popular num Romance Brasileiro de Trinta: De Memórias de um Sargento de Milícias a Marafa". *Latin American Music Review*, 3 (1).
- 1985 "From Noigrandes to Milagre da Alegria: The Complete Poets and Contemporary Brazilian Popular Music". *Latin America Music Review*, 6 (1).
- 1988 *Letras e Letras da MPB*. Rio de Janeiro, Elo.
- 1989 *Masters of Contemporary Brazilian Song*. Austin, University of Texas press.
- 1989-1990 "Poesia Concreta e Tropicalismo". *Revista USP*, 4.
- Perrone, Charles A. & Dunn, Christopher (orgs.)
 2001 *Brazilian Popular Music and Globalization*. Gainesville, University Press of Florida.
- 2001a "'Chiclete com Banana': Internationalization in Brazilian Popular Music". In: _____. *Brazilian Popular Music and Globalization*. Gainesville, University Press of Florida.
- 2001b "Myth, Melopeia, and Mimesis: Black Orpheus, Orfeu, and Internationalization in Brazilian Popular Music". In: _____. *Brazilian Popular Music and Globalization*. Gainesville, University Press of Florida.
- Pinheiro, Luís Roberto Martins
 1992 *Ruptura e Continuidade na MPB: A Questão da Linha Evolutiva*. Dissertação de mestrado, Florianópolis, UFSC, Centro de Ciências Humanas.
- Pinho, Osmundo de A.
 1997 "The Songs of Freedom: Notas Etnográficas sobre Cultura Negra Global e Práticas Contraculturais Locais". In: Lívio Sansone & Jocélio Teles dos Santos (orgs.), *Ritmos em Trânsito: Sócio-antropologia da Música Baiana*, São Paulo/Salvador, Dynamis Editorial/Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A.

- 2001 "Fogo na Babilônia": Reggae, Black Counterculture, and Globalization in Brazil". In: Charles A. Perrone & Christopher Dunn (orgs.), *Brazilian Popular Music and Globalization*, Gainesville, University Press of Florida.
- Prado, Decio de Almeida
1989-1990 Três Movimentos (Musicais) em torno de 1930". *Revista USP*, 4: 13-26.
- Prandini, José Carlos
1996 *Um Estudo da Improvisação na Música de Hermeto Pascoal: Transições e Análises de Solos Improvisados*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IA.
- Puterman, Paulo Marcos
1985 *Choro: A Construção de um Estilo Musical*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de
1986 "Escolas de Samba do Rio de Janeiro ou a Domesticação da Massa Urbana". *Cadernos CERU*, 1.
1992 *Carnaval Brasileiro: O Vivido e o Mito*. São Paulo, Brasiliense.
- Raphael, Alison
1990 "From Popular Culture to Microenterprise: The History of Brazilian Samba Schools". *Latin American Music Review*, 11 (1).
- Reis, Arthur Octavio Dutra Carvalho
2001 *Música, "Instrumental" ou "Brasileira"?*. Monografia, Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Sociologia e Política.
- Reis, Letícia V. de S.
1993 *Na Batucada da Vida: Samba e Política no Rio de Janeiro (1889-1930)*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, FFLCH, Antropologia Social.
- Revistas e outras publicações
1972 *Revista de Cultura Vozes. Música Popular e Realidade Cultural*, ano 66, 66 (9), nov.
1999 *História – Questões & Debates. MPB*. Editora UFPR, ano 16, 31, jul./dez. (publicação semestral da Associação Paranaense de História/APAH e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR).
- Tropicália 20 Anos*. SESC/Administração Regional do Estado de São Paulo.
- Ribeiro Neto, Amador
1993 *Errante Folião Viajante: Uma Abordagem das Canções de Carnaval de Caetano Veloso*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
1999 *Caetano Veloso, Compositor Neobarroco*. Tese de doutorado, São Paulo, PUC, Departamento de Comunicação.
- Ridentí, Marcelo
1993 "A Canção do Homem enquanto seu Lobo Não Vem: As Camadas Intelectualizadas na Revolução Brasileira". In: _____. *O Fantasma da Revolução Brasileira*, São Paulo, Unesp.

- 2000 *Em Busca do Povo Brasileiro: Artistas da Revolução, do CPC à Era da Tv*. Rio de Janeiro, Record.
- Risério, Antonio
 1989-1990 "O Solo da Sanfona: Contextos do Rei do Baião". *Revista USP*, 4.
 1993 *Caymmi: Uma Utopia de Lugar*. São Paulo/Salvador, Perspectiva/Copene.
 1998 "Tropicalismo". *Revista da Bahia*, 32 (26), maio.
- Rocha, Francisco Alberto
 2001 *Adoniran Barbosa Poeta da Cidade: Trajetória e Obra do Radioator e Cancionista – Os Anos 50*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, História Social.
- Rodrigues, Ana Maria
 1984 *Samba Negro, Espoliação Branca*. São Paulo, Hucitec.
- Rodrigues, Antônio Medina.
 1989-1990 "De Música Popular e Poesia". *Revista USP*, 4.
- Rodrigues, Benito Martins
 1998 *Luar da Cidade, Sertão de Néon: Literatura e Canção nas Obras de Catulo da Paixão Cearense e Orestes Barbosa*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, FFLCH.
- Ruiz, Adílson José
 1986 *Infinita Tropicalia*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Escola de Comunicação e Artes.
- Salvadori, Maria Ângela Borges
 1986 "Malandras Canções Brasileiras". *Revista Brasileira de História*, 13.
 1990 *Capoeiras e Malandros: Pedacos de uma Sonora Tradição Popular (1890-1950)*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH.
- Sandroni, Carlos
 1997 *Transformation de la Samba à Rio de Janeiro, 1917-1933*. Tese de doutorado, Université de Tours.
 2001a *Feitiço Decente*. Rio de Janeiro, Ed. da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Ed. Jorge Zahar.
 2001b "Ritmo Melódico nos Bambas do Estácio". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Sansone, Livio
 1999 "Funk Baiano: Uma Versão Local de um Fenômeno Global?" In: Lívio Sansone & Jocélio Teles dos Santos (orgs.), *Ritmos em Trânsito: Sócio-antropologia da Música Baiana*, São Paulo/Salvador, Dynamis Editorial/Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A.
 2001 "The Localization of Global Funk in Bahia and in Rio". In: Charles A. Perrone & Christopher Dunn (orgs.), *Brazilian Popular Music and Globalization*. Gainesville, University Press of Florida.

- Sansone, Lívio & Santos, Jocélio Telles de
- 1998 *Ritmos em Trânsito: Sócio-antropologia da Música Baiana*. São Paulo, Dynamis.
- Santaella, Lúcia
- 1986 *Convergências: Poesia Concreta e Tropicalismo*. São Paulo, Nobel.
- Santa Fé Jr., Clóvis
- 2001 *O Rock Politizado Brasileiro dos Anos 80*. Dissertação de mestrado, Araraquara, Unesp, Faculdade de Ciências e Letras.
- Sant'Anna, Affonso Romano de
- 1978 *Música Popular e Moderna Poesia Brasileira*. Petrópolis, Vozes.
- 2000 "Canto e Palavra". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Sant'Anna, Romildo
- 1985a "Caetano: Viagens e Trilhos Urbanos". In: Carlos Daghlían (org.), *Poesia e Música*, São Paulo, Perspectiva.
- 1985b "Sampa, uma Parada". In: Carlos Daghlían (org.), *Poesia e Música*, São Paulo, Perspectiva.
- 1996 *A Moda de Viola: Ensaio do Cantar Caipira*. Tese de livre-docência, São José do Rio Preto, Unesp, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.
- Santiago, Silviano
- 1978 *Uma Literatura nos Trópicos: Ensaio sobre Dependência Cultural*. São Paulo, Perspectiva.
- 1982 *Vale Quanto Pesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1977 "Fazendo Perguntas com o Martelo". In: Vasconcellos, *Música Popular: De Olho na Fresta*, Rio de Janeiro, Graal.
- Santos, Jocélio Teles dos
- 1997 "Divertimentos Estrondosos: Batusques e Sambas no Século XX". In: Lívio Sansone & Jocélio Teles dos Santos (orgs.), *Ritmos em Trânsito: Sócio-antropologia da Música Baiana*, São Paulo/ Salvador, Dynamis Editorial/Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A.
- Schaeber, Petra
- 1997 "Música Negra nos Tempos de Globalização: Produção Musical e *Management* da Identidade Étnica – O Caso do Olodum". In: Lívio Sansone & Jocélio Teles dos Santos (orgs.), *Ritmos em Trânsito: Sócio-antropologia da Música Baiana*, São Paulo/ Salvador, Dynamis Editorial/Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A.
- Schwarcz, Lília Moritz
- 1995 "Complexo de Zé Carioca: Notas sobre uma Identidade Mestiça e Malandra". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29.
- Schwarz, Roberto
- 1978 "Cultura e Política, 1964 – 1969". In: _____. *O Pai de Família e Outros Estudos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Sevcenko, Nicolau
 1998 "A Capital Irradiante: Técnicas, Ritmos e Ritos do Rio". In: _____ (org.), *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 3 (*República: Da Belle Époque à Era do Rádio*), São Paulo, Companhia das Letras.
- Silva, Anazildo
 1974 *A Poética de Chico Buarque: A Expressão Subjetiva como Fundamento da Significação*. Rio de Janeiro, Sophos.
- Silva, E. M. da
 1994 *A Jovem Guarda e os Anos 60: Uma Festa de Arromba*. Dissertação de mestrado, Assis, Unesp.
- Silva, Herom Vargas
 1994 *Exercícios Titânicos: Criação Estética e MPB sob o Signo da Relação*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, ECA.
- Silva, Maria Aparecida da
 1998 *Um Estudo do Estilo de Noel Rosa em Letras que Abordam a Condição Social da Mulher*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC, Departamento de Letras.
- Silva, Suylan Midlej e
 1997 "O Lúdico e o Étnico no Funk do 'Black Bahia'". In: Lívio Sansone & Jocélio Teles dos Santos (orgs.), *Ritmos em Trânsito: Sócio-antropologia da Música Baiana*, São Paulo/ Salvador, Dynamis Editorial/Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A.
- Silveira Jr., Wlateral Garcia da
 1998 *Bim Bom: A Contradição sem Conflitos de João Gilberto*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Simonka, Ana Rita Seraphim Pietroforte
 1990 *Cantores da Noite*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, Escola de Comunicação e Artes.
- Simson, Olga de Moraes Von
 1989 *Branco e Negro no Carnaval Popular Paulistano, 1914-1988*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Siqueira, Baptista
 1970 *Lundum X Lundu*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- Siqueira, Claudio P.
 1999 *Paulinho da Viola, o Caminho de Volta: Um Estudo Poético Musical da Canção Popular*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, FFLCH, Literatura Comparada/Teoria Literária.
- Soares, Reinaldo S.
 1999 *O Cotidiano de uma Escola de Samba Paulistana: O Caso da Vai-Vai*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, FFLCH, Antropologia Social.

- Sodré, Muniz
 1979 *Samba: O Dono do Corpo*. Rio de Janeiro, Codecri.
- 1983 *A Verdade Seduzida: Por um Conceito de Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, Codecri.
- Soihet, Rachel
 1978 *A Subversão pelo Riso: Estudos sobre o Carnaval Carioca da Belle Époque ao Tempo de Vargas*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- Soler, Luís
 1978 *As Raízes Árabes na Tradição Poético-Musical do Sertão Nordestino*. Recife, UFPE-Universitária.
- Sovik, Liv
 1998 "Ponha seu Capacete: Uma Viagem à Tropicália Pós-moderna". *Revista da Bahia*, 32 (26), maio.
- 2000 "Tropicália: Canonical Pop". *Studies in Latin American Popular Culture*, 19.
- 2001 "Globalizing Caetano Veloso". In: Charles A. Perrone & Christopher Dunn (orgs.), *Brazilian Popular Music and Globalization*, Gainesville, University Press of Florida.
- 1994 *Vaca Profana: Teoria Pós-moderna e Música Popular Brasileira*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, Escola de Comunicação e Artes.
- Sussekind, Flora
 1985 *Literatura e Vida Literária: Polêmicas, Diários e Retratos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Tatit, Luiz
 1987 *A Canção: Eficácia e Encanto*. 2 ed. São Paulo, Atual.
- 1989-1990 "Canção, Estúdio e Tensividade". *Revista USP*, 4.
- 1994 *Semiótica da Canção: Melodia e Letra*. São Paulo, Escrita.
- 1995a "A Construção do Sentido na Canção Popular". *Língua e Literatura*, 21.
- 1995b "Valores Inscritos na Canção Popular". *Música*, 1-2.
- 1996 *O Cancionista: Composição de Canções no Brasil*. São Paulo, Edusp.
- 1997 *Questões do Gosto no Banquete de Mário de Andrade*. São Paulo, Educ.
- 2001 "Quatro Triagens e uma Mistura: A Canção Brasileira no Século XX". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Teixeira, Francisco Carlos
 1998 "Memórias, Esquinas e Canções". *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, 11 (1/2), jan./dez.
- Teixeira, João Gabriel
 1999 "National Identity in Brazilian Popular Music". *Latin American Music Review*, 20 (1).

- Tinhorão, José Ramos
 1965 "Marcha e Samba". *Revista Civilização Brasileira*, ano I, 8, jul.
- 1969 *O Samba Agora Vai...* Rio de Janeiro, JCM.
- 1972a *Música Popular, Teatro e Cinema*. Petrópolis, Vozes.
- 1972b *Música Popular – De Índios, Negros e mestiços*. Petrópolis, Vozes.
- 1973 *Pequena História da Música Popular: Da Modinha à Canção de Protesto*. Petrópolis, Vozes.
- 1976 *Os Sons que Vêm da Rua*. Rio de Janeiro, Edições Tinhorão.
- 1981 *Música Popular: Do Gramophone ao Rádio e TV*. São Paulo, Ática.
- 1986 *Pequena História da Música Popular: Da Modinha ao Tropicalismo*. São Paulo, Art Editora.
- 1997 *Música Popular – Um Tema em Debate*. São Paulo, Editora 34.
- 1997a *História Social da Música Popular Brasileira*. São Paulo, Ed. 34.
- 1997b *Música Popular: Um Tema em Debate*. São Paulo, Ed. 34.
- Toni, Flávia C.
 1989 *O Pensamento Musical de Mário de Andrade*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, ECA.
- Tosta, Márcia Regina Dias
 1997 *Sobre a Mundialização da Indústria Fonográfica no Brasil: Anos 70-90*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Travassos, Elizabeth
 1997 *Os Mandarins Milagrosos: Arte e Etnografia em Mário de Andrade e Béla Bartók*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/Funarte.
- 2000 *Modernismo e Música Brasileira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor (coleção Descobrimdo o Brasil).
- 2001 "O Avião Brasileiro: Análise de uma Embolada". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Trece, David
 1997 "Guns and Roses: Bossa Nova and Brazil's Music of Popular Protest, 1958-68". *Popular Music*, Cambridge University Press, 16/1.
- Trotta, Felipe
 2001 "Dinheiro e Solidão no 'Pecado Capital' de Paulinho da Viola". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Ulhoa, Alejandro Sanmiguel
 1991 *Pagode, Modernidade e Música Popular*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH.
- Valença, Raquel
 1993 *Palavras de Purpurina: Estudo Lingüístico do Samba-enredo (1972-1992)*. Dissertação de mestrado, Niterói, UFF.

- Varela, Dailor
 1972 "Da Tropicália ao Lamê: A Moda Jovem como Produto de Consumo". *Revista de Cultura Vozes*, 66 (3).
- Vasconcellos, Gilberto
 1977 *Música Popular: De Olho na Fresta*. Rio de Janeiro, Graal.
- Vasconcellos, Gilberto & Suzuki Jr., Matinas
 1985 "A Malandragem e a Formação da Música Popular Brasileira". In: Sérgio Buarque de Hollanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. III (*O Brasil Republicano*), São Paulo, Difel.
- Veiga, Ericivaldo
 1997 "O Errante e Apocalíptico Muzenza". In: Lívio Sansone & Jocélio Teles dos Santos (orgs.), *Ritmos em Trânsito: Sócio-antropologia da Música Baiana*, São Paulo/Salvador, Dynamis Editorial/Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A.
- Veiga, Manuel
 1998 "O Estudo da Modinha Brasileira". *Latin American Music Review*, 19 (1).
- Velloso, Mônica Pimenta
 1990 "As Tias Baianas Tomam Conta do Pedaco: Espaço e Identidade Cultural no Rio de Janeiro". *Estudos Históricos*, 6.
 1997 *Mário Lago: Boemia e Política*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- Verzoni, Marcello
 1996 *Ernesto Nazareth e o Tango Brasileiro*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Uni-Rio/PPGM.
- Vianna, Hermano
 1988 *O Mundo Funk Carioca*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
 1990 "Funk e Cultura Popular Carioca". *Estudos Históricos*, 6.
 1994 *A Descoberta do Samba: Música Popular e Identidade Nacional*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional.
 1995a *O Mundo Funk Carioca*. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar/Ed. UFRJ.
 1995b *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- Vianna, Hildegardes
 1973 "Nascimento e Vida do Samba". *Revista Brasileira do Folclore*, 12 (35), abr.
- Vicente, Eduardo
 1996 *A Música Popular e as Novas Tecnologias Digitais no Campo de Produção da Canção Popular de Massas*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH.
- Vieira Filho, Raphael R.
 1997 "Folguedos Negros no Carnaval de Salvador (1880-1930)". In: Lívio Sansone & Jocélio Teles dos Santos (orgs.), *Ritmos em Trânsito: Sócio-antropologia da Música Baiana*, São Paulo/Salvador, Dynamis Editorial/Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A.

- Vilanova, Sebastião
1974 "O Nordeste na Música Popular Discográfica do Brasil". *Revista de Cultura Vozes*, 48.
- Vilarino, Ramon Casas
1997 "As Vozes da MPB no Processo de Constituição da Memória Popular (1965-1969)". *Boletim de Pesquisa*. São Paulo, Educ, Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC, 8: 81-87.
- 1999 *A MPB em Movimento: Música, Festivais e Censura*. São Paulo. Editora Olho D'Água.
- Villaça, Mariana Martins
2000 *Tropicalismo (1967-1969) e Grupo de Experimentacion Sonora (1969-1972): Engajamento e Experimentalismo na Canção Popular, no Brasil e em Cuba*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, FFCLH.
- Waddey, Ralph C.
1981 "Viola de Samba and Samba de Viola in the Reconcavo of Bahia (Brazil)" *Latin American Music Review*, 2 (2).
- Wisnik, José Miguel
1987 "Algumas Questões de Música e Política no Brasil". In: Alfredo Bosi (org.), *Cultura Brasileira: Temas e Situações*, São Paulo, Ática.
- 1999 *O Som e o Sentido: Uma Outra História das Músicas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- 2000 "A Gaia Ciência: Literatura e Música Popular no Brasil". *Ao Encontro da Palavra Cantada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Xavier, Ana Maria Castellã
1989 *Os Grandes Festivais da MPB (1965-1968)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC.
- Yúdice, George
1994 "The Funkfication of Rio". In: Tricia Rose (ed.). *Microphone Fiends: Youth Music and Youth Culture*. Nova York, Routledge.
- Zampronha, Maria de Lourdes
1995 "Callado Júnior: Um Músico a Serviço do Brasil". *Arte e Cultura*, 9.
- Zan, José Roberto
1996 *Do Fundo de Quintal à Vanguarda: Contribuição para uma História Social da Música Popular Brasileira*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp, IFCH.
- Zeron, Carlos Alberto M. R.
1991 *Fundamentos Histórico-políticos da Música Nova e da Música Engajada no Brasil a Partir de 1962: O Salto do Tigre de Papel*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, FFLCH, Departamento de História.

Resumo

Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos sobre Música Popular no Brasil

O presente texto inclui um levantamento bibliográfico de estudos acadêmicos sobre música popular no Brasil (áreas de História, Sociologia, Antropologia, Teoria Literária e Teoria da Comunicação, entre outras) e uma análise de temas e metodologias predominantes nesse campo. As questões suscitadas são diversas – entre outras, a música popular no período modernista; a construção do conceito de MPB nos anos de 1960; a estética tropicalista; os processos atuais de recriação musical, como o *funk* e o *hip-hop*; as convergências entre movimentos musicais e literários; a cultura de massa e o discurso pós-moderno –, assim como as visões teóricas – por exemplo, reflexões sobre as identidades culturais através de manifestações musicais e carnavalescas, abordagens etnomusicológicas e leituras semiológicas da canção.

Palavras-chave: música popular; cultura popular; Brasil.

Abstract

Survey and Review of Academic Popular Music Studies in Brazil

This text includes a bibliographical survey of academic studies of popular music in Brazil (in such disciplines as history, sociology, anthropology, literary theory and communications theory) and an analysis of dominant themes and methodologies in this field. Various issues are raised — popular music in the Modernist period, the construction of the concept of “MPB” in the Sixties, the aesthetics of Tropicália, such current processes of musical re-creation as funk and hip-hop, convergences of musical and literary movements, mass culture and postmodern discourse, among others — as well as theoretical views, such as reflections on cultural identities expressed through music and carnival, ethnomusicological approaches and semiological readings of songs.

Keywords: popular music; popular culture; Brazil.

Résumé

Relevé et Commentaire Critique d'Études Académiques sur la Musique Populaire au Brésil

Ce texte inclue un relevé bibliographique d'études académiques sur la musique populaire au Brésil (domaines de l'histoire, de la sociologie, de l'anthropologie, de la théorie littéraire et de la théorie de la communication, parmi d'autres) ainsi qu'une analyse de thèmes et de méthodologies prédominantes dans ce domaine. Les questions soulevées sont diverses, parmi lesquelles : la musique populaire dans la période moderniste; la construction du concept de Musique Populaire Brésilienne (MPB) dans les années 1960; l'esthétique tropicaliste; les méthodes actuelles de récréation musicale, comme le funk et le hip-hop; les convergences entre mouvements musicaux et littéraires; la culture de masse et le discours du postmod-

ernisme. Il en est de même par rapport aux approches théoriques. Nous nous penchons, par exemple, sur les réflexions à propos d'identités culturelles par des manifestations musicales et carnavalesques ; les abordages d'ethnomusicologie et les lectures sémiologiques de la chanson.

Mots-clés: musique populaire ; culture populaire ; Brésil.

A Estrutura das Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto

Lúcio Rennó

Introdução

Uma pergunta que tem instigado a ciência política norte-americana no último meio século é quão politicamente incompetente é o eleitor norte-americano. Traduzindo isso para o jargão da disciplina: até que ponto as preferências ideológicas do eleitor são desestruturadas (*unconstrained*)? As implicações normativas dessa questão são impressionantes. Para alguns autores, a qualidade da democracia está baseada no envolvimento direto de cidadãos em assuntos públicos. Para outros, mesmo não participando diretamente das decisões de âmbito público, cidadãos são atores centrais no processo de escolha de governantes. Portanto, se os eleitores forem ineptos há uma grande chance que o sistema político como um todo reflita um pouco dessa inaptidão.

Contudo, não há um consenso acerca da incapacidade política do eleitor nos Estados Unidos. Alguns autores são mais críticos em relação à quantidade e à qualidade das informações em posse de eleitores e à maneira pela qual eles a utilizam em momentos de decisão política. Outros têm uma visão mais condescendente sobre os critérios utilizados pelos cidadãos para fazer suas escolhas políticas. O propósito dessa revisão da literatura sobre comportamento eleitoral nos Estados Unidos é explorar ambos os lados desse debate, enfatizando as implicações da estrutura das crenças de massa nas decisões de voto dos eleito-

res. Começarei por delinear as principais controvérsias que orientam tais estudos, basicamente o debate entre Philip Converse e Robert Lane sobre a coerência e a consistência do sistema de crenças de massa norte-americano. Depois passarei à discussão de estudos recentes que ora revisam ora rejeitam as afirmações de Converse, propondo explicações teóricas que não necessariamente seguem a lógica do argumento de Lane.¹

A última parte centrar-se-á no debate sobre como a estrutura das crenças de massa afeta as escolhas eleitorais. A discussão sobre a estrutura dessas crenças enfoca a identificação dos critérios empregados por cidadãos para definir suas preferências sobre temas e acontecimentos políticos. Entre as escolhas políticas dos cidadãos afetadas pela consistência da estrutura de crenças de massa encontra-se a escolha de candidatos e partidos durante as campanhas eleitorais. O processo cognitivo de decisão individual (modelos de decisão baseados na memória ou modelos de atualização de expectativas), as habilidades de avaliar a atuação de governantes no período entre eleições (voto retrospectivo *versus* voto prospectivo) e, finalmente, o nível de generalização empregado por eleitores na avaliação do desempenho dos representantes eleitos (voto sociotrópico ou voto baseado na condição econômica pessoal [*pocketbook*]) são todos influenciados pela forma pela qual as crenças e as opiniões individuais estão estruturadas.

Uma preocupação constante ao explorar os diversos aspectos desse debate é enfatizar as inovações metodológicas propostas por esses estudos. Toda essa discussão é extremamente rica no emprego de desenhos de pesquisa criativos para testar explicações teóricas inovadoras. Além disso, o desenho da pesquisa e as técnicas de mensuração empregadas têm impacto marcante nas implicações normativas derivadas da empiria. As conclusões a que chegam os pesquisadores são bastante condicionadas pelas estratégias de pesquisa por eles adotadas. Portanto, o desenvolvimento e a melhora da qualidade das formas de mensuração usadas para avaliar as crenças de massa são potencialmente a contribuição mais significativa desses estudos para o acúmulo de conhecimento sobre comportamento eleitoral, principalmente porque tais estratégias de pesquisa podem e devem ser empregadas no estudo de outros casos.

Isso nos leva ao último ponto a ser explorado nessa revisão da literatura. Apesar de os estudos aqui discutidos enfocarem o caso dos Estados Unidos, as formas de testar as hipóteses e as maneiras de mensurar os fenômenos estudados lá podem ser exportados para outros casos que tenham eleições livres, legítimas e competitivas. Em outras palavras, os desenhos de pesquisa elaborados para o estudo dos Estados Unidos são também apropriados para a avaliação de assuntos similares em perspectiva comparada. Dessa forma, se pode passar a discutir questões mais interessantes, como, por exemplo, qual é o efeito de distintos arcabouços institucionais nos mecanismos individuais de escolha eleitoral.

Estruturação Ideológica² e suas Implicações Normativas

Em 1964, Philip E. Converse publicou o que viria a ser um dos mais influentes trabalhos sobre opinião pública nos Estados Unidos, "The Nature of Belief Systems in

Mass Publics". Seu objetivo era descrever a estrutura das crenças de massa do eleitor norte-americano e diferenciá-la do sistema de crenças da elite. A principal diferença entre ambos é que, ao contrário do segundo, o primeiro não é estruturado. Com isso o autor quer dizer que o cidadão comum não tem um sistema de crenças internamente consistente e coerente.

Por sistema de crenças estruturado, Converse refere-se à forma pela qual idéias e atitudes se correlacionam (1964, p. 207). Ou seja, se um observador externo souber de uma atitude específica de um cidadão, e se tal cidadão tiver um sistema de crenças estruturado, então aquele observador externo terá condição de prever a ocorrência de outras crenças correlacionadas à primeira. Em sistemas de crenças estruturados pode-se esperar que certos conjuntos de atitudes e idéias covariem. Há uma co-ocorrência de valores com uma ordenação hierárquica específica, indo de conceitos mais gerais, abstratos, para outros mais específicos e concretos.

Converse encontrou evidências, usando dados de pesquisas de opinião pública dos anos de 1950, de que o cidadão norte-americano não tem um sistema de crenças estruturado. Quando se passa das crenças da elite para a das massas, o impacto de valores mais gerais e abstratos deixa de ser influente e o alcance das opiniões torna-se mais restrito. As crenças do cidadão comum são voltadas para assuntos mais concretos, mais próximos ao lar³ (Converse, 1964, p. 213). Além disso, valores mais gerais e mais específicos parecem não estar fortemente correlacionados. Portanto, as crenças de massas não são tão ordenadas quanto às de elite.

O impacto de um contínuo ideológico liberal/conservador, por exemplo, perde sua força quando se move da análise das crenças da elite para às das massas. Tanto em nível agregado quanto individual, Converse encontra uma série de inconsistências nas crenças de massa. O cidadão comum tem dificul-

dade em relacionar aspectos mais concretos da vida cotidiana e de assuntos públicos com valores mais gerais. Perde-se a capacidade de articular valores gerais, como posturas liberais e conservadoras, com assuntos específicos, como tomar posições ante propostas políticas dos diferentes partidos. O cidadão comum não consegue ver os eventos políticos na amplitude total de seu alcance. A participação política é menor entre eleitores menos sofisticados, e a identificação partidária des-tes passa a ser o único vínculo entre assuntos de interesse nacional e aqueles que se referem a problemas locais. Identificação partidária passa a ser o principal atalho cognitivo dos cidadãos politicamente menos sofisticados para minimizar a dificuldade das escolhas eleitorais. Contudo, e isso deve ficar claro, trata-se de uma identificação partidária formada na infância e raramente influenciada por acontecimentos posteriores, já que os cidadãos, na sua maioria, não sabem e não se interessam por grande parte das políticas e dos temas defendidos pelos partidos.

Converse também mostra que os indivíduos não são coerentes quando se mede sua opinião em momentos distintos. Ou seja, a falta de correlação entre certos valores encontrada no estudo de apenas um momento temporal não pode ser atribuída a uma possível organização idiossincrática dos valores em cada indivíduo, pois em dois tempos distintos, o mesmo cidadão oferece respostas diametralmente opostas a perguntas idênticas. A conclusão a que chega Converse é que os cidadãos comuns oferecem respostas aleatórias a questões idênticas em períodos cronológicos distintos. Daí a famigerada expressão que o eleitor norte-americano parece não ter atitudes (*non-attitudes*) diante de certos assuntos.

A conclusão maior a que chega Converse é que a opinião pública de massa no Estados Unidos está fragmentada em uma "plethora de assuntos restritos" (1964, p. 245). A estrutura das crenças de massa não é organizada de forma similar a uma escala de Gutt-

man, onde, para se ter uma certa atitude, é necessária a presença de uma outra subordinada. Públicos de massa aparentam ter um engajamento de atenção restrito. O perigo da baixa sofisticação do eleitor norte-americano é o aumento da possibilidade de serem manipulados por mensagens persuasivas, e o que mais especificamente assusta a Converse é o medo de uma replicação dos movimentos fascistas europeus nos Estados Unidos dos anos de 1960.

Os resultados de Converse também fortalecem a defesa feita por Schumpeter de uma democracia procedimental (1942). Como os cidadãos comuns estão mais preocupados com assuntos concretos e específicos e não são capazes de tomar decisões coerentes acerca de temas mais gerais, estes assuntos devem, então, ser deixados a encargo dos representantes eleitos. Formas mais diretas de participação popular no governo não são e não devem ser tidas como desejáveis, já que o grande público não está atento a uma ampla gama de assuntos. Converse e Schumpeter, portanto, são veementes defensores da democracia representativa em detrimento de versões mais participativas, de gestão direta.

Por outro lado, Lane (1962) tem uma visão mais benevolente de seus concidadãos. Em vez de usar dados de *survey*, Lane emprega técnicas de conversação e de entrevistas aprofundadas para identificar a ideologia política latente dos cidadãos comuns. O propósito é identificar as fontes das preferências ideológicas individuais que, como tais, dão suporte a instituições democráticas. Lane encontra uma organização mais coerente, embora idiossincrática, das crenças de massa. Quando opiniões são colocadas em contextos de outras opiniões – perguntas sem tarefas de resposta predefinidas e o uso de questões de aprofundamento (*probes*) facilitam a contextualização de opiniões – Lane encontra um cidadão não tão incoerente.

Evidentemente que as implicações normativas dessa conclusão são bastante distin-

